

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EN CADA CUADRA UN COMITÉ, EN CADA BARRIO REVOLUCIÓN:
OS CDR E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA EM
CUBA (1960-1975)

RHENAN PEREIRA SANTOS

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EN CADA CUADRA UN COMITÉ, EN CADA BARRIO REVOLUCIÓN:
OS CDR E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA EM
CUBA (1960-1975)

RHENAN PEREIRA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira Santos, Rhenan

En cada cuadra un comité, en cada barrio
revolución: os CDR e a participação popular na
transição socialista em Cuba (1960-1975) / Rhenan
Pereira Santos. -- 2017.
169 f.

Orientador: Mathias Seibel Luce.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. História. 2. História Política. 3. Transição
socialista. 4. Democracia. 5. Revolução Cubana. I.
Seibel Luce, Mathias, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EN CADA CUADRA UN COMITÉ, EN CADA BARRIO REVOLUCIÓN:
OS CDR E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA EM
CUBA (1960-1975)

RHENAN PEREIRA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carla Cecília Campos Ferreira (UFRJ) – Conceito A

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos (IF-SUL) – Conceito A

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (PPGHIST/UFRGS) – Conceito A

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (PPGHIST/UFRGS)

Os membros da banca deliberaram pela recomendação de publicação do trabalho.

Porto Alegre

2017

*Aos meus alunos e alunas,
fontes inesgotáveis de esperançosa alegria.*

AGRADECIMENTOS

Nesses pouco mais de dois anos, pude contar com um número muito grande de pessoas, fundamentais para que a minha trajetória no mestrado fosse concluída com sucesso. Mesmo que brevemente, gostaria de agradecer a todos que fizeram parte deste processo. Me desculpo de antemão por aqueles que, eventualmente, possam não estar citados aqui. Longos raciocínios foram elaborados a partir de ocasiões tão breves como termos alguns minutos de conversa enquanto tomávamos um café, nos cruzávamos pelos corredores do IFCH, debatíamos em sala de aula ou descansávamos entre um período e outro na sala dos professores. Não seria viável citar nominalmente todos vocês. Saibam, contudo, que sou grato.

Agradeço ao meu orientador, professor Mathias Luce, por ter me acompanhado nos últimos anos enquanto eu me formava como historiador e marxista, formação que, embora eternamente inconclusa, chega em um importante marco com esta dissertação. Suas críticas, ideias e sugestões foram inestimáveis e, por isso, estendo a ti os méritos que este trabalho possa ter para o conhecimento histórico e para a teoria marxista da transição.

Aos membros do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA-UFRGS), espaço onde uma nova geração de historiadores críticos têm se formado e que tive o privilégio de fazer parte. Cito, especialmente, Alice Toldo, Alejandro Romero, Fernando Becker, Gabriela Figueiredo, Luana Santos e Mateus Meireles. Admiro-os e agradeço por toda a ajuda que recebi de vocês, em especial na cuidadosa leitura que fizeram deste trabalho. Também preciso estender este agradecimento aos responsáveis pelo projeto Arquivo Vânia Bambirra, ligado ao Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, os professores Mathias Luce e Carla Ferreira, que também coordenaram os trabalhos do HEDLA. Sua dedicação faz justiça a memória dessa pesquisadora latino-americana incontornável.

Aos membros da banca que avaliou esta pesquisa: Carla Ferreira, Charles Domingos e Enrique Padrós. Nutro grande admiração pelo trabalho dos três, admiração que mostrou-se merecida ao constatar a rigorosa e ética avaliação que pude receber em meu exame de qualificação e no decorrer da banca de mestrado. Espero que o estudo dessa dissertação tenha sido uma experiência tão prazerosa para vocês como o foi para mim escrevê-la.

Aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Vocês criaram um dos ambientes mais ricos e férteis para a produção do conhecimento que pude encontrar em minha trajetória acadêmica. Tenho certeza que aprendi mais com vocês nestes dois anos do que em todo o meu tempo de estudos anterior. Agradeço, em especial, aos colegas que dedicaram seu tempo para debater comigo muitas das questões e problemas que foram

sendo colocados no decorrer da pesquisa. Com o risco de deixar muitas pessoas de fora, gostaria de mencionar, ao menos, Cláudio Klippel, Erick da Silva, Henrique de Aro, Hildebrando Alves e Walter Lippold.

Aos professores e alunos da E.M.E.F. General Osório, de Canoas, por me acompanharem árdua, mas sempre gratificante, trajetória da docência. Em especial aos professores que, ao meu lado, lutam por uma educação popular de qualidade, superando seus desafios cotidianos; e aos alunos que, dia após dia, provam ter sido acertada minha decisão de tornar-me professor.

Aos amigos que fiz desde que ingressei no curso de licenciatura em História da UFRGS, no ano de 2010, e que vem me acompanhado desde então, para muito além da academia. Sou grato pela forma como fui recebido em Porto Alegre por todos vocês quando vim do interior para realizar o sonho de me tornar historiador. Novamente assumindo o risco de ter deixado um grande número de pessoas de fora, preciso agradecer especialmente três pessoas: Carlos Jarenkow, Cassiano Fraga e Lourenço Teixeira, companheiros que levarei para a vida através de uma estrada repleta de blues e rock'n'roll (vocês são show!).

Ao Paulo Gonçalves, fiel amigo que fiz e que espero manter por toda minha vida. Sempre tive a certeza de poder contar contigo, certeza que não falhou em nenhuma vez durante esses anos de mestrado. Eu não seria metade do historiador e professor que sou sem a tua amizade.

Aos meus familiares queridos, Eliete e Volnei, Carol, Yuri e Fernando, por terem me dado todo o suporte e carinho que precisei nesses anos. Boa parte de tudo que eu fiz nos últimos vinte e sete anos foi tentar deixar vocês todos orgulhosos. O sorriso de vocês no momento em que meu orientador lia a ata de defesa de dissertação fez com que todo o esforço para que essa dissertação ficasse pronta tenha valido a pena.

Finalmente, agradeço e dedico essa dissertação à Luana Santos, companheira que encontrei para me acompanhar nesta e que tem feito parte de todos os desafios e sonhos que construí. Ninguém aqui se dedicou mais a me ajudar com esse trabalho do que tu e serei eternamente grato por isso. Espero estar sendo alguém a altura do companheirismo e do amor que tu me dedicas.

RESUMO

Os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR) cumpriram um papel fundamental no processo de transição socialista iniciado em Cuba a partir de 1959. A Revolução, através deles, pode contar com o apoio das massas cubanas para enfrentar as muitas tarefas que se colocavam como desafios para a construção do socialismo no país. Construção que teria sido ainda mais difícil, não fossem os muitos *cederistas* em todo o país. Seu nascimento surge como resposta ao violento ataque contrarrevolucionário desencadeado com a ajuda do imperialismo estadunidense, mas rapidamente sofre uma profunda transformação. Os CDR, de forma bastante orgânica, passam a assumir as tarefas organizativas da vida cubana, fazendo com que a população atuasse em atividades que eram, até aquele momento, competência exclusiva do Estado. Com isso, os *comités* contribuem para a transformação do próprio caráter do Estado, tarefa essencial da transição socialista. O fato de que esta fosse uma sociedade de capitalismo dependente aumenta a dramaticidade da tarefa. Além disso, os CDR foram um importante canal para a participação política das massas cubanas, em um contexto em que as instituições políticas ainda não estavam suficientemente estabelecidas no país (período entre 1960 e 1975). Nesse sentido, agiram de forma dialética na contradição entre massas e vanguarda revolucionária, tensionando o processo em um sentido de maior democratização.

Palavras-chave: Revolução Cubana – *Comités de Defensa de la Revolución* – Transição Socialista – Democracia.

ABSTRACT

The *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR) played a key role in the process of socialist transition initiated in Cuba in 1959. The Revolution, through them, can count on the support of the Cuban masses to face the many tasks that challenge for the construction of socialism in the country. Construction would have been even more difficult, if it were not for the many *cederistas* across the country. His birth comes as a response to the violent counterrevolutionary attack unleashed with the aid of US imperialism, but quickly undergoes a profound transformation. The CDR, in a very organic way, began to assume the organizational tasks of Cuban life, making the population work in activities that until then were the exclusive competence of the State itself. With this, the *comités* contribute to the transformation of the character of the State, an essential task of the socialist transition. The fact that it was a society of dependent capitalism increases the drama of the task. In addition, the CDR were an important channel for the political participation of the Cuban masses, in a context where political institutions were not sufficiently established in the country yet (between 1960 and 1975). In this sense, they acted dialectically in the contradiction between the masses and the revolutionary vanguard, stressing the process in a sense of greater democratization.

Keywords: Cuban Revolution – *Comités de Defensa de la Revolución* – Socialist Transition – Democracy.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo Primeiro: <i>democracia, revolução e participação popular</i>	29
1. Algumas considerações teóricas iniciais: democracia capitalista, democracia socialista	29
1.1. Caracterizando a democracia capitalista.....	30
1.2. Pensar a transição socialista em termos de democracia.....	37
1.3. A alternativa dos conselhos.....	43
1.4. Democracia socialista e repressão.....	47
2. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência	52
2.1. Os limites do Estado dependente.....	52
2.2. A contribuição de Vânia Bambirra para a transição socialista.....	55
Capítulo Segundo: <i>os Comités de Defensa de la Revolución</i>	62
1. Balanço da política cubana pós-1959	62
1.1. Apoio popular e mobilização das massas.....	62
1.2. O peso dos condicionantes históricos: as agressões estadunidenses e a Guerra Fria.....	78
1.3. Teria sido Fidel Castro um ditador?.....	86
2. A formação dos CDR	93
2.1. Criar um sistema de vigilância revolucionária.....	93
2.2. Batismo de fogo: Playa Girón.....	96
2.3. Amadurecimento.....	101
Capítulo Terceiro: <i>cumprindo as muitas tarefas da Revolução</i>	107
1. Sistema de vigilância revolucionária	107
1.1. Ação e reação na vigilância revolucionária.....	107
1.2. Os CDR na Crise dos Mísseis.....	110
1.3. A organização da vigilância.....	111
1.4. O combate ao crime comum e a questão das atividades “antissociais”.....	114
1.5. Influxo na vigilância: os CDR baixam a guarda.....	118
1.6. Os CDR no contexto da “Safrá Gigante”.....	120

2. Sistema de organização revolucionária.....	121
2.1. O funcionamento e a estrutura cederista.....	121
2.2. Saúde.....	127
2.3. Alimentação e abastecimento.....	130
2.4. Educação.....	131
2.5. Obras públicas e serviços.....	132
2.6. Gestão da população.....	135
2.7. Safra Gigante.....	138
3. Sistema de participação política revolucionária.....	141
3.1. Mobilização de massas e apoio ideológico.....	142
3.2. Educação revolucionária.....	147
3.3. Relações internacionais.....	149
3.4. Legislação e Poder Popular.....	152
Considerações finais.....	158
Referências bibliográficas.....	164

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo compreender de que forma os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR) serviram como via para a participação popular em Cuba nos primeiros anos da Revolução. Experiência singular deste processo, os *comités* serão analisados no período em que o poder esteve mais concentrado nas mãos da vanguarda, entre a vitória revolucionária, em 1959, até a implementação do sistema de *Poder Popular*¹, em 1976, momento em que é estabelecido um sistema eleitoral representativo em todo o país.

Enquanto organização de massas, os CDR fizeram parte de múltiplas dinâmicas, inter-relacionadas: como força contrarrestante às investidas do imperialismo² e da contrarrevolução; buscando superar as tarefas que a transição socialista impunha; e servindo como espaço para a atuação política, nos marcos de uma democracia socialista em construção. Todas essas questões se inserem nas particularidades de um país de capitalismo dependente que, ao buscar uma ruptura sistêmica radical, precisa superar os desafios específicos colocados por essa realidade. Pretendemos, assim, contribuir para a teoria marxista, tentando compreender qual o papel de uma organização de massas da envergadura dos CDR no contexto da transição socialista em um país de capitalismo dependente.

Os CDR aparecem na história cubana como a maior organização de massas surgida após a tomada do poder pelo Exército Rebelde, em 1959. Sua criação se deu em um ato público de Fidel Castro Ruz, através do discurso proferido em 28 de setembro de 1960³, com o objetivo inicial de fazer frente as agressões impetradas pelo imperialismo estadunidense. Nesse sentido, os CDR se caracterizaram, logo após seu nascimento, como uma organização do povo cubano contra o inimigo externo que buscava reverter as transformações sociais iniciadas com a Revolução – e que tinham crescente radicalização –, em um momento de plena efervescência

¹ Nos referimos ao sistema de governo original implementado em Cuba a partir de 1976, não ao conceito.

² Partimos da definição leninista do conceito de imperialismo, como “estágio monopolista do capitalismo”. Lenin destaca cinco características fundamentais para esse conceito: “1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”. Nos interessa salientar sua dimensão predatória e dominadora, brilhantemente sintetizada na passagem em que Lenin afirma ser o imperialismo “a época do capital financeiro e dos monopólios, que provocam, em toda parte, a tendência para a dominação e não para a liberdade”. LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.124, 163.

³CASTRO RUZ, Fidel. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, a su llegada de la Organización de Naciones Unidas, en la concentración frente a Palacio, el 28 de septiembre de 1960**. Departamento de Versiones Taquigraficas del Gobierno Revolucionario. Disponível em <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f280960e.html>. Acesso em 26 abr. 2015.

do processo contrarrevolucionário. Fidel, no mencionado discurso, convocava o povo cubano:

Vamos a establecer un sistema de vigilancia colectiva, ¡vamos a establecer un sistema de vigilancia revolucionaria colectiva! Y vamos a ver cómo se pueden mover aquí los lacayos del imperialismo, porque, en definitiva, nosotros vivimos en toda la ciudad, no hay un edificio de apartamentos de la ciudad, ni hay cuadra, ni hay manzana, ni hay barrio, que no esté ampliamente representado aquí. Vamos a implantar, frente a las campañas de agresiones del imperialismo, un sistema de vigilancia colectiva revolucionaria que todo el mundo sepa quién vive en la manzana, qué hace el que vive en la manzana y qué relaciones tuvo con la tiranía; y a qué se dedica; con quién se junta; en qué actividades anda. Porque si creen que van a poder enfrentarse con el pueblo, ¡tremendo chasco se van a llevar!, porque les implantamos un comité de vigilancia revolucionaria en cada manzana, para que el pueblo vigile, para que el pueblo observe, y para que vean que cuando la masa del pueblo se organiza, no hay imperialista, ni lacayo de los imperialistas, ni vendido a los imperialistas, ni instrumento de los imperialistas que pueda moverse.⁴

Seu batismo de fogo se daria em poucos tempo após sua criação: às vésperas da invasão em Playa Girón, os então 8 mil membros dos CDR cumprem a ordem de “redobrar a vigilância” contra a agressão que se avizinhava. A partir de sua atuação são capturados conspiradores e recuperados artigos de primeira necessidade, ações contrarrevolucionárias que buscavam dar apoio ao ataque, gerando caos interno. Esse evento marcará a organização e se tornará um símbolo permanente de orgulho e responsabilidade pela segurança do processo revolucionário – “a quinta coluna fomos nós que detivemos”.⁵ No fim de 1961 podemos observar que o número de seus membros já é bastante elevado: se contabilizam 100 mil comitês, com um total de mais de meio milhão de integrantes.⁶

Mas a sua atuação no seio da sociedade cubana não se restringiu a um sistema de vigilância revolucionária, de função repressiva, como originalmente idealizado. Em fins de 1960, os CDR passam a se responsabilizar pela distribuição dos bens de primeira necessidade escondidos para a especulação, tornando-se, a partir de 1962, os responsáveis pela fiscalização do abastecimento básico de cada núcleo familiar. Paulatinamente, penetrarão nas mais distintas esferas da vida social da ilha. Os CDR, marcadamente orientados pelo princípio do trabalho voluntário e por um expressivo senso de responsabilidade pela sobrevivência da Revolução, atuaram em campanhas de vacinação, realizando campanhas para doação de sangue, para a economia de matéria-prima, na manutenção dos espaços urbanos, bem como na organização de atividades culturais e desportivas. Nas palavras de uma *cederista*: “os Comitês como

⁴ Ibidem.

⁵ HARNECKER, Marta. **Cuba**: democracia ou ditadura? Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p.140.

⁶ Ibidem, p.141.

organismos de massas, são quem na verdade carrega com todas as tarefas da Revolução”.⁷ Uma afirmação bastante forte, sem dúvida, mas que traz considerável parcela de verdade, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes. Temos segurança ao afirmar que a sua importância no próprio funcionamento do país será absolutamente essencial.

O impacto das organizações de massa em um processo revolucionário – e dos CDR, no caso cubano – não pode ser menosprezado. “Elas consolidam o regime, porém o fazem salientando as exigências democráticas do socialismo, fortalecendo as pressões das bases e dando certa organicidade às expectativas de democratização do estilo de vida de todo o povo”.⁸ Dito isso, é impossível compreender as dinâmicas de participação popular inseridas no processo revolucionário cubano sem que se leve em conta o papel que os CDR desempenharão enquanto a maior organização de massas do país.

Como mencionado, os *Comités* se encontram nas mais distintas instâncias da vida cubana, das mais singelas às mais complexas. De modo geral, podemos abstrair as atividades relativas a “defesa da revolução”, como expresso em seu nome, através de três níveis inter-relacionados: sua dimensão repressiva, enquanto sistema de vigilância interno contra a ação contrarrevolucionária; sua dimensão organizativa, como poderoso sistema de organização da vida cotidiana; e sua dimensão política, como espaço para a atuação política a partir da base. Com o fim do período mais intenso de agressões contrarrevolucionárias, observamos um movimento de transição entre esses distintos níveis. Sua segunda função – organizativa – recebe cada vez mais destaque, de modo relacional à redução de seu papel como organização para a defesa da revolução em seu sentido mais literal, repressivo. Como espaço político, adquire relevância sobretudo quando pensamos em seu caráter como mecanismo de agitação e educação revolucionária e ideológica. Ao fim do período estudado, se incorporam no processo de elaboração do sistema de Poder Popular.

A afirmação de que a ênfase na atuação cederista sofre certo deslocamento não significa dizer que ocorra o cessar das agressões contrarrevolucionárias. Estas continuarão pairando sobre a ilha, com a ameaça constante de uma possível intervenção militar pelos Estados Unidos da América, através de seus *marines* ou de tropas mercenárias, repetindo *Girón*. A existência da base militar de Guantánamo serviu como um eficiente lembrete, assim como ocorreu com os diversos atentados e sabotagens ocorridos na ilha, muitas vezes trazendo vítimas fatais. Não podemos desprezar o impacto dessa ameaça constante, que afeta o desenrolar da história cubana

⁷ Ibidem, p.144

⁸ FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.302.

fortemente. Mas é inegável que esta ameaça não se apresenta como nos primeiros anos da Revolução, embora insista em oscilar, na intensidade de sua iminência, nos distintos momentos vividos por Cuba. Essa conclusão é reforçada quando lembramos o papel que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desempenhará como uma espécie de agente estabilizador. Tudo isso contribui para que os CDR passem, cada vez mais, a assumir um caráter político-organizativo mais acentuado.

Nos capítulos que se seguem a essa introdução discutiremos esse movimento de forma mais atenta. Por enquanto, precisamos antecipar a seguinte afirmação, evitando equívocos causados por uma análise mais apressada: os CDR não foram uma organização estanque, o que fica bastante claro ao analisarmos, mesmo que brevemente, esse processo histórico. Foram, de fato, uma organização dinâmica, que sofreu importantes transformações qualitativas em sua atuação. É sobretudo o caráter qualitativo dessa transformação – representado nesse movimento em direção a uma forma cada vez mais organizacional e política – que precisa ser levado em conta para a nossa exposição, se buscamos compreender a transição socialista.

Cumpramos observar, de forma mais detida, o que quero dizer ao afirmar uma dimensão política na atuação dos CDR. A transição para o socialismo é, em si mesmo, uma luta política, na medida em que podemos defini-la como momento onde cumpre ao proletariado a tarefa de assumir o poder do Estado⁹ para, através dele, impor seus desígnios às demais classes, submetendo a burguesia a uma política que “destrua suas bases materiais de existência”.¹⁰ As três dimensões de atuação citadas anteriormente, pelo seu teor, se configurariam aqui como

⁹ Compreendemos o Estado a partir da definição conceitual de Osório. Nesse sentido, “[...] o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada”. Essa definição não restringe a compreensão de Estado a um conjunto de instituições que organizam uma determinada sociedade, mas reconhece que o Estado é, essencialmente, dominação de classe: “A presença das instituições, corpo de funcionários, leis e normas que organizam a convivência humana em sociedade pode ser uma exigência marcada pela complexificação da vida societária. Mas damos o nome de Estado apenas quando esta tarefa está atravessada pelas funções de dominação e poder de classes sociais. O elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classes”. Notemos que essa caracterização é absolutamente essencial para a teoria da transição socialista, na medida em que “a diferenciação entre funções técnicas e administrativas (que operam sobre coisas) e funções políticas de dominação (que operam sobre grupos humanos) oferece elementos para compreender o significado da tese da “extinção” do Estado, referindo-se ao fim destas últimas funções e não necessariamente das primeiras”. Finalmente, Osório sintetiza sua definição afirmando que “falamos de Estado, portanto, para nos referir a uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação”. Nesta perspectiva, o Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas. O Estado capitalista é sempre um Estado de classes”. OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 17, 19-21.

¹⁰ MARINI, Ruy Mauro. Prólogo. IN: BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana**: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974, p.11.

distintas formas de atuação política. Para fins analíticos, entretanto, sua dissecação tríplice, desde que mantenhamos essa articulação, tem um importante papel expositivo. Portanto, ao nos referirmos à dimensão política da atuação dos CDR, estamos nos referindo, em primeiro lugar, a forma como os *comités* se apresentaram como espaço alternativo para a participação política ativa das massas; em segundo lugar, em um nível institucional, culminando no estabelecimento do sistema de *Poder Popular*.

Finalmente, salientamos que nossa compreensão teórica sobre o Estado é tributária do trabalho de Jaime Osório.

* * *

Após a delimitação do objeto de estudo, precisamos estabelecer qual o nível de análise estudado. Para tanto, é mister que seja adotado um rigoroso critério teórico-metodológico, na medida em que essa não deveria ser uma decisão meramente arbitrária. Jaime Osorio traz importante reflexão nesse sentido, propondo distintas formas de periodização que se relacionam com os distintos processos que podemos nos deter ao refletir sobre o tema do poder e do Estado. Dentre elas, penso ser útil aquela que parte das formas de governo, na medida em que esse tipo de classificação nos “remete a um conjunto de questões sobre como se exerce o poder”.¹¹

Vânia Bambirra sustenta que a Revolução Cubana vive dois momentos distintos: a etapa democrática e a etapa socialista, a primeira durando até a primeira metade de 1960, momento em que se desenvolve um processo qualitativamente novo.¹² Durante o primeiro período – a revolução democrática –, o movimento revolucionário cumpre a tarefa de, através do poder estatal, buscar a destruição das bases para o poder do antigo Estado e da burguesia. É importante lembrarmos que esta não é uma etapa democrático-burguesa, simplesmente, mas fruto de correlações de força onde o proletariado ainda não é capaz de submeter definitivamente o poder burguês em sua totalidade.

Na segunda etapa, a revolução socialista, observamos importantes transformações, que justificam a classificação por Bambirra desse momento como qualitativamente novo: a economia cubana começa a se socializar; as relações de produção se transformam; se destroem os restos da superestrutura jurídica, política e administrativa; a base da dominação capitalista é liquidada, sendo substituída por novas formas de poder e de organização social; e a correlação

¹¹ OSORIO, Jaime. Op. Cit., p.85-86.

¹² BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana**: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974, p.139.

de forças é definitivamente transformada em favor do proletariado e do campesinato.¹³ Nossa pesquisa se inicia praticamente junto desse processo, com o surgimento dos CDR.

Se seguirmos a partir do que Vânia Bambirra pôde desenvolver em seu trabalho, avançando um pouco mais, observamos que a Revolução Cubana sofre – a partir das reformas políticas de 1972, mas sobretudo com a chegada do ano de 1976 – um novo salto qualitativo: a institucionalização do *Poder Popular* e a promulgação da *Constitución* de 1976. Sobre esse processo, Richard Gott realiza uma síntese oportuna ao dizer que:

Formou-se uma comissão sob a direção de Blas Roca para preparar a minuta de uma nova Constituição, a qual foi enviada para discussão pública tanto das células do Partido quanto nas fábricas e fazendas. Ao mesmo tempo que buscava codificar a estrutura de um novo sistema legal, a Constituição detalhava novos arranjos para uma forma democrática de tomada de decisão. O *Poder Popular* divisava um sistema em três segmentos, de assembleias municipais, provinciais e nacional. Embora tivesse por base o modelo soviético, o sistema tinha uma série de peculiaridades cubanas.¹⁴

Essas transformações geraram consequências profundas nas dinâmicas internas da Cuba socialista, ao ponto em que podemos sustentar que representam o marco de um novo momento vivido pela Revolução, a passagem do controle coletivo para a direção coletiva.¹⁵ A institucionalização do *Poder Popular* “acabou (ou reduziu drasticamente) com a marginalização e a enorme distância cultural que existia entre a comunidade local, o homem do povo e os serviços de administração pública (mesmo depois de 1959)”.¹⁶ O poder, até então consideravelmente centralizado, passa a se diluir pelas mais distintas esferas da vida cubana, com graus variados de aprofundamento.

Nosso marco final se situa justamente antes de ocorrer essa nova transformação qualitativa, a partir de 1976. Sendo assim, analisaremos o intervalo onde ainda não encontramos a institucionalização do *Poder Popular* em operação por todo o país, o período em que o poder se encontrava mais concentrado nas mãos da vanguarda e onde, apesar disso, os CDR foram capazes de trazer dinâmicas originais e alternativas de participação popular que superassem esses limites, ainda que, em muitos casos, apenas parcialmente. Intervalo, portanto, que se inicia em 1960, com o aparecimento da organização, e se conclui em 1975, ao aproximar-se o estabelecimento do *Poder Popular*.

Tendo definido nosso objeto de estudo e, agora, o período em que o analisaremos no

¹³ Idem.

¹⁴ GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.276.

¹⁵ Essa questão será discutida mais detidamente no item 2.2 do Capítulo Primeiro.

¹⁶ FERNANDES, Florestam. Op. Cit., p.298.

decorrer do tempo, devemos estabelecer, com precisão, nosso problema de pesquisa. Este pode ser apresentado da seguinte forma: de que modo os CDR se apresentaram como uma alternativa para a participação popular das massas cubanas, nos marcos de uma experiência de transição socialista em um país de capitalismo dependente, estando esses *comités* inseridos em um contexto onde o poder ainda era exercido, ao menos formalmente, de forma centralizada, a partir das lideranças da vanguarda?

* * *

Para responder à questão proposta, essa pesquisa se compõe de três partes. Em um primeiro momento, buscaremos solucionar algumas questões teóricas surgidas a partir da escolha de nosso problema de pesquisa. Essa pesquisa não seria possível sem que se realizasse uma importante reflexão acerca da democracia, em dois contextos: no interior do sistema capitalista e seu papel durante a transição socialista. Ao estudarmos a participação popular cubana, cristalizada na forma dos CDR, é inevitável, também, que se pondere sobre a relação entre democracia e repressão. É essa dialética que constitui o processo de consolidação de novas instituições políticas, em um sentido amplo, desencadeadas após a vitória de uma revolução socialista. Aproveitaremos o primeiro capítulo para resgatarmos a contribuição de alguns expoentes da Teoria Marxista da Dependência na análise dos países dependentes, bem como sua reflexão acerca da transição socialista.

O Capítulo Segundo tem um papel duplo. Em um primeiro momento, ele apresenta um panorama histórico das instituições políticas cubanas surgidas após 1959. Ora, sua função principal é a de apresentar o meio por onde os cederistas tencionaram a participação política das massas, o que permite ao leitor melhor dominar o contexto em que a organização se insere. O capítulo é concluído com a análise do surgimento dos Comitês de Defensa de la Revolución. Sendo assim, analisamos tanto o momento em que a Revolução se encontrava, como – especialmente – o papel que os cederistas assumem inicialmente. Daí pode-se apontar quais foram as continuidades, rupturas e transformações de sua atuação nos anos seguintes.

O Capítulo Terceiro trata da atuação cederista em si. Ele se compõe, conforme já foi expresso anteriormente, em três subcapítulos que dão conta, cada um, de uma das três dimensões gerais da atuação cederista: vigilância revolucionária, organização e política. É nele onde se cristalizam as considerações feitas previamente quanto aos aspectos teóricos (Capítulo Primeiro) e quanto ao contexto (Capítulo Segundo). Essas três questões (imperialismo e contrarrevolução, tarefas após a tomada do poder e democracia) só se apresentam isoladamente

nessa breve descrição da estrutura da presente pesquisa. Todas essas problemáticas são intrinsecamente inter-relacionadas e, como tal, foram analisadas nesse sentido. De fato, seus limites são bastante fluídos e ultrapassam essa delimitação na maior parte do tempo. As diferentes ênfases se devem a um esforço consciente para a inteligibilidade expositiva.

As fontes históricas que nos baseamos para essa pesquisa se dividem em três conjuntos temáticos. Em primeiro lugar, utilizamos a compilação de discursos feitos por Fidel Castro Ruz, organizadas pelo *Departamento de Versiones Taquigraficas del Gobierno Revolucionario*. Também se somam as publicações de sua autoria que reflitam sobre as questões do nosso interesse. Embora nosso foco esteja concentrado na questão da participação popular, não parece descabido levar o principal líder da Revolução Cubana em consideração. Pelo contrário. Sua capacidade de mobilização e de leitura da vontade das massas, ao ponto de se confundir com o próprio processo revolucionário, não pode ser desprezada.¹⁷ Conforme sintetiza Hobsbawm:

A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa, encarna em seu jovem comandante. Provavelmente nenhum líder do Breve Século XX, uma era cheia de figuras carismáticas em sacadas e diante de microfones, idolatradas pelas massas, teve menos ouvintes céticos ou hostis que esse homem grande, barbudo, impontual, de uniforme de combate amassado, que falava horas seguidas, partilhando seus pensamentos um tanto assimétricos com as multidões atentas e crédulas (incluindo esse escritor). Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua de mel coletiva.¹⁸

Também levamos em consideração aspectos da legislação cubana no período, embora ela tenha funcionado como plano de fundo no decorrer da pesquisa. Em nossa exposição, as normas legais cubanas acabaram sendo pouco presentes. Seja como for, nosso conjunto central de fontes históricas para desenvolver esta pesquisa foram as *Cronologías para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*.

Sua autoria é de José Antonio Gell Noa, membro fundador dos CDR e integrante da *Dirección Nacional* desde 1975. Seu trabalho se apresenta como uma cronologia típica. Assim, está organizado por ano, mês e dia, apresentando os mais variados momentos da atuação *cederista* em Cuba, entre os anos de 1959 e 2010. Tendo em vista o nível de análise proposto, nos detivemos exclusivamente nos três primeiros volumes. A forma de apresentação das *Cronologías* é bastante interessante e rica em informações. Essas fontes carregam, sobretudo,

¹⁷ A figura de Fidel Castro será discutida mais detidamente no item 3.3. do Capítulo Primeiro.

¹⁸ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.426.

uma importante qualidade, que as torna extremamente valiosas: embora possam ser consideradas como “de segunda mão”, nos permitem o acesso, mesmo que indireto, a documentos que não seria possível consultarmos de outra forma, dada a dificuldade que encontramos em se obter acesso a acervos documentais cubanos. Como destacado no prólogo do primeiro volume:

no espere el lector hallar en este libro un análisis histórico de la vida y la obra de los Comités de Defensa de la Revolución, no es el caso, aquí encontrarán una cronología de acontecimientos, con una rigurosa fidelidad a las fuentes primarias que propician la información y que además están debidamente referenciadas; se trata, por tanto, de una especie de apuntes para posteriormente escribir la historia.¹⁹

Em si mesmo, esses textos seriam insuficientes para que respondêssemos as questões propostas aqui, na medida em que existe uma quase total ausência de reflexão teórica por parte do autor. Característica coerente com a proposta dessa obra. De nossa parte, buscamos dar um maior sentido aos dados, avançando na reflexão sobre seu conteúdo. Seguindo o que está sugerido na passagem citada, utilizamos seus apontamentos para escrever a história da participação popular através dos CDR. Também é preciso salientar que, enquanto cronologia, esses trabalhos acabam, inevitavelmente, escolhendo determinadas informações e documentos em detrimento de outros. Será preciso ter o máximo cuidado para que se realizem as mediações necessárias ao uso desses textos.

Futuras pesquisas podem, ao se sustentarem em outras documentações aos quais não tivemos acesso, avançar nas análises que apresentamos aqui. De fato, não acreditamos que essa pesquisa perca valor ao afirmarmos seu caráter transitório: este é o fardo inevitável de toda análise histórica. Tudo o que pudemos fazer foi tentar assegurar o máximo rigor e, por consequência, a maior vitalidade para o trabalho que apresentamos.

* * *

Antes de avançarmos, precisamos apresentar algumas considerações teóricas preliminares. Uma questão central para ser destacada nessa introdução diz respeito a noção de originalidade. “A revolução cubana foi a forma específica que o povo cubano encontrou para resolver seus problemas – democráticos, populares, nacionais –, a partir de um momento

¹⁹ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo I. 1959-1961. La Habana: Editora Política, 2008, p.II.

histórico determinado”.²⁰ Podemos arriscar dizer que, se a experiência cubana sobreviveu ao colapso da União Soviética, em muito se deu ao fato de seu processo ter se pautado por um importante sentido de originalidade. Sem levar em conta essa originalidade, correríamos o risco de fragilizar a análise em nome de modelos pré-estabelecidos.

Em perspectiva, podemos encontrar muitos equívocos nas escolhas feitas pela Revolução em seu desenvolvimento, alguns deles consequência direta da aproximação com o campo soviético que, contraditoriamente, forneceu as bases para a estabilidade socioeconômica vivida pelo país entre 1968 e 1985. Não podemos, contudo, negar a originalidade evidente do processo, apesar dessa parcial mimetização. Como Emir Sader nos lembra, “toda revolução é necessariamente heterodoxa”.²¹ Se o socialismo cubano pretendia ser uma experiência orgânica, viva, não poderia ter sido diferente. Nesse sentido, resgatamos a clássica fórmula de Mariátegui: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica”.²² Da mesma forma que Cuba não pretendeu seguir um modelo, não parece ter pretendido apresentar-se como experiência modelar, o que jamais deveria ser buscado em sua história. Nossa abordagem de suas dinâmicas deve ter isso em mente em nome do rigor crítico.

Os CDR – isso será demonstrado posteriormente – surgem como um instrumento de repressão revolucionário contra as agressões, externas e internas, que o processo cubano vinha sofrendo desde o início da insurreição. Essa é a sua função original e, ao menos em seus primeiros anos, mais importante. Mas as necessidades de uma revolução só se tornam claras no seu desenvolvimento. Como já foi citado: a heterodoxia é a característica fundamental de um processo desse tipo. Ela não se apresenta como um todo organizado e previsível desde o princípio, mas de muitas formas, como uma experiência por vezes caótica, quase sempre criativa. O fato da Revolução Cubana ter se apresentado como um processo de importantes, profundas e contínuas transformações qualitativas já em seus primeiros anos é prova disso. Se ocorre a transformação das concepções de mundo expressas pela vanguarda revolucionária²³,

²⁰ SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.115.

²¹ Idem.

²² MARIÁTEGUI, José Carlos. O socialismo indo-americano. IN: LÖVY Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p.109.

²³ Isso, sabidamente, já foi apresentado mais de uma vez como crítica, como uma forma de pecado original da experiência revolucionária cubana: seu caráter inicialmente democrático-burguês. Vânia Bambirra faz uma importante e certa consideração nesse sentido. O mérito de uma direção revolucionária, de fato, “se manifesta na sua capacidade de fazer a ‘análise concreta de uma situação concreta’, de saber compreender as etapas intermediárias de um processo revolucionário e de orientar a ação revolucionária pelo atalho mais curto para superar rapidamente as etapas preliminares, conduzindo o povo para as grandes transformações e à construção de uma sociedade radicalmente nova”. BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana: una reinterpretación**. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974, p.116-117.

também o mesmo ocorre com os CDR. Novas necessidades vão desencadeando o surgimento de novas dinâmicas internas ao movimento. A originalidade aparece, assim, como um importante fator explicativo para o deslocamento observado nas atividades dos *comités*.

Nossa pesquisa também parte de algumas premissas a respeito do processo revolucionário cubano. Elas são pensadas tomando por base reflexões presentes na bibliografia e servem como norteadoras para a compreensão dos rumos que a revolução apresentará a partir de 1959, aos quais se inserem os CDR. Esclarecemos aqui, brevemente, quais são elas.

Em primeiro lugar, o Movimento 26 de julho (M-26-7) se constituiu como um organismo de tipo partidário. A organização buscava consolidar as bases para que uma insurreição nacional fosse possível, tanto em nível político, quanto garantindo uma infraestrutura organizacional mínima. Para tanto, eram necessários amplos e diversificados recursos, materiais e humanos. De fato, o M-26-7 foi uma organização ampla e complexa, composta por grupos de combate, quadros jovens, células operárias secretas, uma organização feminina, seções econômicas e por um aparato de distribuidor de propaganda clandestina por todo o país.²⁴ Entender o M-26-7 nesse sentido auxilia na superação de concepções que entendem a tomada do poder pelos revolucionários unicamente como um ato de heroísmo de um pequeno grupo, de uma vanguarda heroica. A Revolução Cubana foi, mesmo em seu princípio, um esforço desempenhado por uma importante parcela da sociedade, através de uma organização complexa e dinâmica das massas rurais e urbanas, que transforma suas formas de atuação enquanto se desenrolam os eventos e surgem novas necessidades.

Em segundo lugar, os CDR podem ser entendidos como uma organização que assume as funções associadas pela teoria marxista aos conselhos operários, com características bastante particulares e alargando seu alcance. Se pensarmos os conselhos operários como “organizações que combinariam não só a luta econômica, como também a luta política mais geral, tanto no momento da tomada do poder como posteriormente”²⁵, podemos encontrar semelhanças entre estes e os CDR. Os *comités* foram uma experiência singular do processo revolucionário cubano e, nesse sentido, cumpriram muitas das funções colocadas historicamente para os conselhos, de forma bastante original.²⁶ Aparece na análise o desafio de quantificar o grau de autonomia que os *comités* apresentam com relação à instituição de tipo partidário, de que forma ocorre a mediação entre ambos. Tentaremos refletir sobre essa afirmação com maior precisão adiante.

²⁴ BAMBIRRA, Vânia. Op.Cit., p. 50-51.

²⁵ MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia**: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 55.

²⁶ Por exemplo, ao se organizarem, fundamentalmente, em quadras, bairros etc., e não exclusivamente no interior das fábricas e outros espaços de trabalho.

Contudo, é importante assinalar que essa abstração nos ajuda a entender a relação entre os CDR para com o poder central em um sentido onde “partido e conselho atuam juntos com base em uma certa divisão de tarefas entre ambos”.²⁷

Em terceiro lugar, nossa última premissa diz respeito ao caráter da revolução em si. De modo bastante geral, podemos afirmar a existência de duas interpretações frequentes sobre a transformação qualitativa do processo revolucionário, de seu caráter nacional-burguês para o socialista, e ambas nos parecem equivocadas. A primeira delas pretende localizar durante todo o processo revolucionário para a tomada do poder uma perspectiva socialista, desde o seu princípio. Se esta não se manifestava claramente, seria por estar oculta, como espécie de subterfúgio, enganando os ansiosos olhares imperialistas. A segunda, por sua vez, atribui à opção decorrência do oportunismo de Fidel Castro em se aproximar da URSS, com o fim de encontrar uma base de sustentação que pudesse fazer frente às investidas estadunidenses. Encontrando aliado de outro tipo, Cuba teria se consolidado de modo muito distinto.

Pensamos em uma resposta mais precisa e mais complexa que ambas. A revolução cubana se desenvolveu a partir de um programa bastante radical de transformações sociais. A etapa democrática da revolução, por sua vez, mostrou-se insuficiente para o desenvolvimento dessas aspirações que eram pretendidas. Na precisa afirmação de Vânia Bambirra: “a coerência revolucionária conduziu a incoerência com seu programa e exigiu sua superação”²⁸ A via socialista se torna possível no momento em que não há mais como seguir adiante com os avanços sociais pretendidos sem que ocorra um importante salto qualitativo, no momento em que eram esgotadas as possibilidades de avanço no interior do antigo sistema, de matizes dependentes. Era preciso superar os marcos da revolução – e do capitalismo – e aprofundá-la. Essa afirmação não nega o papel que as pressões feitas pelos Estados Unidos possam ter desempenhado na aproximação de Cuba ao bloco soviético, mas reconhece a organicidade desse processo e complexifica a nossa compreensão sobre suas dinâmicas.

* * *

Assim como é fundamental que destaquemos as premissas que dão as bases para a forma como a Revolução Cubana será pensada daqui por diante, também é importante estar claro a forma como entendemos o fato histórico e a produção de seu conhecimento, duas questões que estão diretamente relacionadas, na medida em que “o trabalho do historiador, dizendo

²⁷ Ibidem. p. 36.

²⁸ BAMBIRRA, Vânia. Op. Cit., p. 140.

simplificadamente, é estudar o fato histórico”.²⁹ Fazer essa consideração preliminarmente nos ajuda a entender sobre qual base teórico-metodológica se sustenta a concepção sobre a história em si e seu valor de verdade neste trabalho. Mas de que fato histórico estamos nos referindo? O que o caracteriza?

Consideramos que este seja “o resultado da ação do historiador, de tal forma que o fato histórico, como conhecimento, é uma abstração intelectual, um fragmento que, embora ligado por muitos fios ao passado, decorre de uma escolha do historiador”.³⁰ Uma abstração que busca trazer inteligibilidade para um determinado contexto, superando sua aparência fenomênica, mas sem chegar a ser uma abstração puramente arbitrária. Esta se elabora a partir da subjetividade do historiador e da própria subjetividade de suas fontes, através de um processo de mediação que lhe confere inteligibilidade, a teoria histórica. São as fontes que dão sustento para seu raciocínio e será nelas que o historiador se debruçará para buscar os fatos que pretender operacionalizar. Enquanto forma de conhecimento elaborada a partir dos rastros deixados pelo passado, temos que “um fato nada mais é que o resultado de um raciocínio a partir de vestígios, segundo as regras da crítica”.³¹

E é fundamental que seja assim, na medida em que “a força e a importância social da história devem-se ao fato de que ela se apoia em verdades comprovadas e detém um saber a respeito da sociedade sobre si mesma”.³² Verdades que são transitórias, enquanto fruto do constante debate entre historiadores, da confrontação de novas fontes e do surgimento de novas formas de pensar seus fundamentos teórico-metodológicos. Mas, ainda assim, dotadas de um caráter de verdade, por se originarem de um método e se construírem sobre a realidade concreta do passado. Caráter de verdade que, mesmo dentro de suas limitações, não deveria ser descartado apressadamente. Conforme salienta Hobsbawm, em uma espécie de alerta:

[...] é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas.³³

²⁹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013, p.265.

³⁰ *Ibidem*. p.279.

³¹ PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.67.

³² *Ibidem*. p.256.

³³ HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.371.

Essa é uma postura responsável e ética para com o lugar que ocupamos em nossa sociedade na condição de historiadores. Uma posição militante para com a verdade que, apesar disso, não se deixa cegar por uma falsa impressão de um conhecimento que seja, em si, absoluto e definitivo. Podemos sintetizar essa concepção de história a partir da seguinte passagem:

(...) tanto o sujeito como o objeto mantêm sua existência real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro. Nesse sentido, o conhecimento é uma construção do sujeito, mas não uma construção arbitrária, pois há um referente externo que não se confunde com o sujeito e que este se propõe representar. Mas o referente externo, ao ser conhecido, ganha inevitavelmente as “marcas” da cultura, da linguagem, das características do historiador, da sua forma de expor os fatos e de atribuir sentido a eles. Os acontecimentos, portanto, são apropriados pela recepção ativa do historiador e assim o fato histórico não é um “dado empírico” nem um “produto da mente do historiador”, mas uma *construção* do historiador, *comprometida* com a representação objetiva do acontecido.³⁴

Não é exagero reforçar essa afirmação, na medida em que ela marca um posicionamento com relação a forma como se dá a dinâmica entre história e passado, como dito, “*comprometida* com a representação objetiva do acontecido”. Comprometimento que não exclui seus limites. Trazendo Thompson, complementamos nossa argumentação nesse sentido, ao lembrar que

Os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o *status* ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história.³⁵

Esse processo de construção do conhecimento histórico, finalmente, se desenvolve aqui buscando a coerência com essas proposições teórico-metodológicas. “Na medida em que uma tese (o conceito, a hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico”.³⁶ É essa dialética que buscamos desenvolver adiante, em uma perspectiva crítica da história.

* * *

³⁴ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Op. Cit.*, p.268, grifos no original.

³⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.51

³⁶ *Ibidem*, p.54.

É importante destacarmos até onde a historiografia, e as ciências sociais como um todo, avançaram no que diz respeito às questões que nos preocupam. Apresentamos, naturalmente, um panorama muito breve, mas que ajuda a demonstrar como os *comités* têm estado fora das principais análises desenvolvidas até aqui dedicadas ao processo revolucionário cubano.

Vania Bambirra³⁷ nos demonstrou que a Revolução Cubana foi um processo eminentemente marcado pela participação popular. Longe de desqualificar a atuação da vanguarda revolucionária, sobretudo através do Movimento 26 de julho, seu trabalho complexifica o entendimento dos eventos que desencadearam na vitória revolucionária. O amplo apoio recebido durante a guerra de guerrilhas – e não podemos esquecer, nas cidades – foi condição para o sucesso da derrubada de Fulgêncio Batista. Ao deslocar o foco dos acontecimentos do ponto de vista da vanguarda, centrado naqueles que se tornariam seus heróis e símbolos, Bambirra lança luz sobre indícios que nos ajudam a compreender a origem do amplo apoio popular que o regime instaurado a partir de 1º de janeiro de 1959 receberá. Sem dúvida, contribuiu para pensarmos as características que marcarão a política cubana desde então e a importância que os CDR assumirão, democratizando do processo.

Com uma perspectiva semelhante, Marta Harnecker³⁸ se soma à reflexão acerca da democracia em Cuba, em um trabalho que analisa aspectos da vida política cubana, incluindo entrevistas feitas *in loco* com atores da participação popular. Seu testemunho – e o livro, já em sua apresentação, não se propõe como “teórico”, mas como testemunho – também parte de uma perspectiva a partir das massas e não de suas lideranças. Ele possui um capítulo dedicado aos CDR, mas traz uma reflexão bastante ampla e superficial, por não ser este seu enfoque. É interessante a ênfase dada no fato dos *comités* assumirem a Revolução para si, afirmação que vai ao encontro do que apresentamos neste trabalho. Além disso, traz um breve, porém rico, panorama da experiência de Matanzas.

O trabalho de Florestan Fernandes³⁹ nos ajuda, em uma perspectiva sociológica, a compreender como ocorreu o processo de destruição das antigas estruturas políticas burguesas, levando à uma nova e original institucionalização. O autor enfatizou a questão da originalidade e da transitoriedade, em uma noção positiva, criadora, em constante transformação. Talvez seja a melhor apresentação do sistema político cubano no período em língua portuguesa, embora aborde os *comités* apenas marginalmente.

³⁷ BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana**: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

³⁸ HARNECKER, Marta. **Cuba**: democracia ou ditadura? Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

³⁹ FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Possuímos ao menos três bons trabalhos de síntese sobre a história da Revolução Cubana publicados no Brasil. O primeiro, e mais limitado, é o de Emir Sader.⁴⁰ O autor defende a hipótese de que a busca pela democracia foi um constante norteador do processo e uma das suas principais forças de legitimação da Revolução, apesar de seus reveses. “Democracia social inigualável no mundo”,⁴¹ segundo o autor. Moniz Bandeira⁴², usando como fontes, fundamentalmente, arquivos diplomáticos brasileiros e estadunidense, traça uma análise mais ampla, que vai do começo das intervenções em Cuba pelo governo dos Estados Unidos, no princípio do século XX, até o atual governo de Raul Castro. É rico para compreendermos as relações entre os dois países e o peso que a ação estadunidense colocou sobre a Revolução. O terceiro trabalho é o de Richard Gott⁴³, outra síntese bastante rica e que favorece o traçado de um panorama mais amplo de todo o processo. Os dois últimos trabalhos foram valiosos para que elaborássemos um painel claro dos eventos no decorrer do período estudado.

Dois trabalhos se aproximam um pouco mais de nosso tema. O primeiro é o de Mariana Coll⁴⁴, que estuda o processo de formação do sistema de Poder Popular, passando pelo período em que nos dedicamos e tangenciando a questão dos CDR. A autora parte de uma noção de que a democracia em Cuba deve ser encarada em uma perspectiva de aperfeiçoamento constante, reconhecendo os limites historicamente impostos ao processo. Um outro trabalho, desenvolvido no Brasil, é o de Hélio Doyle.⁴⁵ Sua dissertação, concentrada especificamente na questão da democracia em Cuba, é de bastante fôlego, seguramente o melhor trabalho que encontramos sobre o tema. Em razão disso, nos referimos à sua pesquisa em mais de uma ocasião.

Em todos esses autores – e nos demais presentes em nossa bibliografia – não encontramos uma preocupação específica com os Comités de Defensa de la Revolución, o que entendemos ser uma séria lacuna para a compreensão da política cubana em sua primeira década e meia. Não nos parece ser possível compreender a transição socialista cubana sem darmos conta do papel que os CDR desempenharão e que, como pretendemos demonstrar, foi absolutamente chave. Este é um dos motivos que nos levou a desenvolver essa pesquisa apresentando um panorama mais amplo da atuação cederista no que diz respeito à participação

⁴⁰ SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

⁴¹ Ibidem, p.109.

⁴² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴³ GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁴⁴ COLL, Mariana Fiordelisis. **Poder Popular y autogobierno en Cuba: la revolución desde el municipio**. Tesis para o grau de licenciada em Sociologia. México D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

⁴⁵ DOYLE, Hélio Marcos Prates. **Revolução e Democracia: o Poder Popular em Cuba**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, 1992, 2v.

popular, sem nos determos com mais atenção em pontos e questões específicas. Esperamos que futuras pesquisas deem conta desses aspectos. Nosso presente panorama poderá ser de alguma ajuda.

Capítulo Primeiro

**DEMOCRACIA, REVOLUÇÃO
E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Por que iniciarmos falando de democracia? Ora, poucas questões podem ser mais centrais do que esta – a democracia – para o que pretendemos discutir aqui. Se falamos em participação popular no contexto da transição socialista, falamos em democracia. Não qualquer democracia, mas uma democracia revolucionária, uma nova forma de democracia que carrega em seu seio a missão de ser crescentemente radical, crescentemente democrática. Sendo assim, este não é um conceito que serve apenas como pano de fundo para nossa pesquisa, mas é a razão última para que todo este trabalho se desenvolva.

Este capítulo também se sustenta por razões metodológicas. Para falarmos em democracia revolucionária, precisamos estabelecer de forma segura o que caracteriza uma democracia não-revolucionária ou, como chamaremos daqui para frente, a democracia capitalista. Sendo assim, o capítulo cumpre o papel de nos permitir desenvolver marcos comparativos que nos permitam analisar, no período estudado, quais os “graus de democracia”, por assim dizer, que encontramos na atuação cederista.

No mesmo sentido, desenvolvemos aqui um aporte teórico que nos permita deixar claro como podemos pensar a transição socialista em termos de democracia, questão que, ao nosso ver, não possui um caráter pacificamente estabelecido na teoria. Para tanto, precisaremos dar conta de outros tópicos de estudo: os conselhos, a relação entre transição socialista e repressão, as particularidades do Estado dependente e, finalmente, a própria transição socialista em si.

1. Algumas considerações teóricas iniciais: democracia capitalista, democracia socialista

O primeiro desafio que nos aparece em uma tentativa de compreender a relação entre democracia e transição para o socialismo é o esforço em definir quais são as regularidades presentes na democracia capitalista. Uma avaliação qualitativa das transformações ocorridas em Cuba precisa, necessariamente, se dar em uma perspectiva comparativa, sob o risco de que se isole o processo e este não seja analisado a partir das rupturas que realize. Pensar um determinado sistema político, em si mesmo, tenderá à descrição, pura e simples, por melhor e mais sofisticada que esta tenha sido feita. Nossa intenção não é, por óbvio, a de meramente descrever a política na transição socialista, mas de compreender as suas dinâmicas em uma perspectiva de totalidade. É nesse sentido que compreendemos a política “como a resultante –

dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de ‘sistema político’) – de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder”.⁴⁶

1.1. Caracterizando a democracia capitalista

Ainda que bastante diversos, os distintos sistemas políticos presentes no que, grosso modo, pode ser definido como “mundo ocidental” (ao menos a Europa, as Américas e em partes da África), apresentam algumas regularidades que são constitutivas de sua própria lógica sistêmica, ao ponto em que não é um equívoco pensarmos em termos de um modelo. Modelo que os Estados Unidos da América, em sua política externa, não se constringem em considerar como universal, assumindo a suposta responsabilidade de “levá-lo” onde ainda não esteja plenamente estabelecido, sejam quais forem os meios necessários e quais sejam as consequências de sua implementação. Modelo que, de fato, está intimamente vinculado a um sistema econômico específico – daí nossa opção por caracterizá-lo como democracia capitalista.

Cumpramos salientar que falamos em democracia historicamente. Por outro lado, se precisarmos buscar uma definição capaz de abarcar as regularidades da democracia em um nível bastante abstrato podemos, recorrendo à sua concepção liberal, entender a democracia como uma forma de poder político e decisório que se articula tomando por base a vontade geral.⁴⁷ É esta definição, advinda do Iluminismo, a que mais parece dar conta de uma caracterização de uma democracia compreendida em si mesma.

Compreendemos que, historicamente, se observam distintas formas de democracia, que diferem umas das outras em maior ou menor grau, dada sua origem, sua concepção organizacional e seus objetivos. É nesse sentido que se sustenta a ideia da democracia capitalista como uma forma de organização política consolidada, sobretudo, no século XX, e dotada de características particulares que estão intimamente relacionadas para com o sistema capitalista, origem de sua gestação, ao ponto de se confundirem entre si. A perspectiva comparativa que se propõe se dá em relação a esta forma de manifestação da democracia, e não com um “tipo ideal”, uma abstração do que seria uma forma de democracia perfeita. Em se tratando da história, trabalhamos a partir de manifestações concretas do passado, não do que idealmente este mesmo passado poderia ter sido ou proposto.

⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.38.

⁴⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011, p.120.

Suas origens – da democracia capitalista – parecem não ser apontadas tanto na *pólis* ateniense, como comumente se entende – ou até mesmo justifica ideologicamente, trazendo uma noção de continuidade – e mais no estabelecimento do sistema capitalista enquanto sistema hegemônico global e na própria experiência estadunidense de formação nacional, através da Revolução Americana, cristalização primeira do ideário iluminista. É a partir daí que se desenvolve o raciocínio de Ellen Wood, em uma importante contribuição trazida pela autora ao estudo dos limites da democracia capitalista. A presente caracterização será forte tributária de seu trabalho.

Inicialmente, é essencial que se compreenda a forma pela qual se gesta uma relação de suposta independência entre as esferas econômicas e políticas da vida em sociedade, origem de muitas de suas dinâmicas:

[...] as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelo mecanismo do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres dos meios de produção.⁴⁸

Não há espaço para nos aprofundarmos detidamente sobre a forma como ocorreu esse processo de ruptura. Suas consequências, contudo, precisam ser destacadas. A partir do momento em que ambas as esferas – política e econômica – passam a ser encaradas como dimensões distintas e independentes da vida em sociedade, as formas de desigualdades que delas decorrem – civil e social – podem coexistir com relativa harmonia, sem que o próprio sistema seja enfraquecido em seu funcionamento.

Temos, então, um contexto de suposta igualdade civil, mais ou menos plena⁴⁹,

⁴⁸ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editoria, 2011, p.35.

⁴⁹ Parece óbvio afirmar que esta igualdade é, em verdade, relativa. Especialmente quando pensamos em questões raciais ou de gênero, torna-se claro o descompasso entre uma professada igualdade civil para todos e sua real manifestação. A questão é: em termos jurídicos-formais, partindo de uma concepção em que bastam que recebam o mesmo tratamento legal para serem considerados iguais politicamente, aparece, historicamente, uma tendência para que essa igualdade relativa se manifeste de forma crescente. Nos países ocidentais, hoje são a exceção aqueles que não asseguram os mesmos direitos políticos e civis para todos os seus cidadãos, tanto estrangeiros naturalizados, quanto membros de minorias políticas (caso das mulheres e negros, por exemplo, ainda que não seja o caso, até o momento, para a população homossexual). Nesse sentido, é possível falar de uma situação onde se observa, em linhas gerais, a plena garantia dos direitos civis. Mas apenas a partir dessa perspectiva, bastante literal ao interpretar a afirmação de que “todos são iguais perante a lei”. Naturalmente, não podemos concordar com essa

garantindo os mesmos direitos políticos para todos, convivendo com o mais evidente desequilíbrio econômico entre os agentes que participam dessa mesma relação política. O poder de coerção da elite proprietária não depende mais de um fundamento a partir de privilégios jurídicos – mesmo considerando que estes, eventualmente, ainda existam, o que muitas vezes é o caso –, mas quase que exclusivamente de seu poder econômico. Basta, então, que às relações econômicas sejam garantidas a maior independência possível das dinâmicas políticas de uma sociedade para que as liberdades civis conquistadas possam ser neutralizadas pelas pressões econômicas exercidas pelo capitalismo. Não sem motivo, Wood considera que, a despeito do enorme avanço histórico trazido pela democracia sob o capitalismo, foi a primeira vez em que a democratização dos direitos civis foram possíveis sem que, para tanto, fosse preciso ser repensada a forma como se desenvolvem as relações de propriedade.⁵⁰

É interessante notar que já em Rousseau – e, assim, no interior do pensamento liberal iluminista, embora em seu expoente mais radicalizado – aparece uma crítica à possibilidade de um sistema político democrático que fosse erguido sobre bases que desprezassem a igualdade econômica.⁵¹ Conforme refletiu Coutinho:

O diagnóstico axiológico de Rousseau é completamente diverso do otimismo smithiano: para ele, essa sociedade “liberal” regida pelo mercado – na qual cada um busca aumentar sua propriedade e satisfazer seu interesse – conduz não ao bem-estar geral, mas sim ao aumento da desigualdade *social* (que ele distingue explicitamente da desigualdade natural), com todas as suas sequelas negativas no plano da moral social e individual.⁵²

A partir desse raciocínio, podemos destacar a primeira característica presente na democracia capitalista: meramente formal. A capacidade de um indivíduo exercer poder político não está definida pelos critérios legais internos à esfera política, mas encontra-se fora dela. Sendo garantida a plena liberdade para as transações econômicas – incluindo-se aí, especialmente, a venda da força de trabalho –, o espaço onde os sujeitos políticos serão

afirmação, na medida em que a garantia de acesso aos direitos civis, isoladamente, se configura como uma garantia meramente parcial.

⁵⁰Ibidem, p. 174-177.

⁵¹“Tomando o termo no rigor da sua acepção, nunca existiu verdadeira democracia nem nunca existirá. [...] Aliás, quantas coisas difíceis de reunir tal governo não supõe. Primeiro, um Estado bem pequeno, em que seja fácil reunir o povo e em que cada cidadão possa facilmente conhecer todos os outros; em segundo lugar, uma grande simplicidade de costumes, capaz de prevenir o sem-número de assuntos e discussões espinhosas; depois, muita igualdade nos níveis e nas fortunas, sem o que a igualdade não subsistiria por muito tempo nos direitos e na autoridade; por fim, pouco ou nenhum luxo, porque ou o luxo é efeito das riquezas, ou as torna necessárias”. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Op. Cit., p.122.

⁵² COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 26.

distinguidos e hierarquizados encontra-se, de fato, na esfera econômica, não na política. Nesta, ele aparece sob a forma mistificada de um sujeito equivalente a qualquer outro, com as mesmas condições de os demais para disputar um determinado espaço político. Na econômica, suas diferenças se fazem presentes e estendem seus efeitos para os demais. Conforme sintetiza Emir Sader:

O capitalismo encontra seu fator de propulsão na esfera econômica, através da separação entre meios de produção e força de trabalho, que propicia o não pagamento do trabalho excedente. As relações políticas já não se situam no centro desse mecanismo, sendo solicitadas a desempenhar papel diverso: trata-se da função ideológica de assentar-se *sobre* as relações econômicas de produção, valendo-se da separação dos indivíduos em relação aos meios de produção para organizá-los socialmente desligados de seus lugares junto aos instrumentos de trabalho.⁵³

A segunda característica que destacaremos para a democracia capitalista é decorrente da primeira, dos mecanismos que atribuem esse caráter meramente formal. A separação entre as esferas econômica e política, como dissemos, levou à autonomização da primeira em relação à segunda. Ainda que mantenham uma relativa capacidade de influência entre si, essa relação tenderá a ser mais favorável no sentido de que as relações econômicas consigam afetar as relações políticas e muito menos favorável no sentido inverso.

Hoje estamos completamente acostumados a definir a democracia menos (ou quase nunca) em termos de governo pelo *demos* ou poder popular do que em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, proteção de uma esfera da privacidade, defesa do indivíduo e da “sociedade civil” contra o Estado, e coisas tais.⁵⁴

Não há dúvida de que, ao menos em termos históricos gerais, essas características podem ser interpretadas como avanços, melhorias nas formas como os sujeitos se relacionam em sociedade. O problema se dá ao constatar que, mesmo sendo parte integrante de um projeto para uma vida política igualitária, essas definições têm pouca relação direta com a democracia, quando a entendemos como o governo exercido pelo *demos*, e não esgota as condições para o igualitarismo. Ocorre que a democracia, historicamente, passa a ser confundida e limitada, cada vez mais, ao liberalismo. Sobretudo limitada. O mercado é situado em um lugar externo à vida política, sob o argumento ideológico de dever ser um espaço de liberdade absoluta. Ainda que mais ou menos regulamentado, conforme os distintos contextos

⁵³ SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.40.

⁵⁴ WOOD, Ellen Meiksins. Op. Cit., p.199.

históricos, temos como uma importante consequência a impossibilidade de se questionar a forma como se dão as relações de propriedade a partir da via institucional. A própria forma como se entende a política, aparece mistificada. Podemos acrescentar: “a assimilação da democracia ao mercado, que deixa toda a latitude à economia e a maximização do lucro, renega a política em prol da gestão”.⁵⁵

Pensar a condição de cidadania como, essencialmente, a ausência de um senhor de qualquer tipo – como pode, por exemplo, ser rastreado em sua origem ateniense –, torna-se a antítese de uma democracia que é, fundamentalmente, liberal. Liberalismo e democracia se confundem a tal ponto – e podemos observar isso em distintas realidades – que questionar a liberdade do mercado, o poder inerente às relações de propriedade, significaria questionar a própria compreensão que uma sociedade tem sobre suas instituições políticas. “Na estrutura conceitual da democracia liberal não se pode falar, nem mesmo *pensar*, em liberdade *do* mercado”.⁵⁶ A característica liberal da democracia capitalista é a manifestação mais clara de seu aprisionamento.

Essas duas primeiras caracterizações da democracia capitalista (meramente formal e liberal) talvez sejam os pontos mais críticos onde uma determinada formação econômico-social em um contexto de transição ao socialismo se confrontará, ao elaborar formas de organização política originais. Ao questionar as relações de propriedade, questiona-se estruturalmente a própria concepção até então presente de democracia. Ao transformá-las, é muito provável que transformem-se também suas relações políticas. Mas não de todo. Chegar nessa conclusão imediatamente significaria atribuir à base econômica da sociedade a capacidade de transformar, imediata, mecânica e automaticamente, sua superestrutura. Tomar uma metáfora (base e superestrutura) por uma explicação científica já gerou diversos e importantes equívocos no interior do pensamento marxista.⁵⁷ Ainda assim, parece possível pensar que, ao subverter a lógica da propriedade, uma determinada sociedade seja capaz de subverter a capacidade da esfera econômica agir sobre a esfera política, ou mesmo se confundir com ela.

Duas outras características da democracia capitalista, contudo, apresentam características um tanto quanto distinta, mas também estão relacionadas às origens das características anteriores. Um historiador que pretenda pensar a democracia no contexto da transição para o socialismo não pode se esquivar de levá-las em consideração, sob pena de

⁵⁵ LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.48.

⁵⁶ WOOD, Ellen Meiksins. Op. Cit., p.201.

⁵⁷ Para uma discussão sobre a relação entre metáfora e explicação científica em Marx, dando destaque, inclusive, para a metáfora da base e superestrutura, ver SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.46-72.

cometer importantes equívocos de análise. Mais do que isso, pode incorrer no erro de enxergar profundas transformações políticas onde existem apenas mudanças parciais, ou mesmo superficiais. Assim como ocorreu com as duas primeiras, estas também possuem relação entre si, mas em um outro sentido: o paulatino “afastamento” da política em relação ao sujeito.

A terceira característica da democracia capitalista é sua concepção federativa. Suas origens podem ser encontradas com os “pais fundadores” estadunidenses, que buscavam uma democracia mais ampla, porém abstrata e passiva. Esse modelo organizacional, se não gestado, ao menos sistematizado historicamente nos Estados Unidos da América, se reproduzirá nos mais variados locais, com ou sem a sua influência direta.

Onde Clístenes tinha feito do *demo* local a base da cidadania ateniense, os federalistas se esforçaram para mudar o foco da política da localidade para o centro federal. (...) O “povo” já não era definido, tal como fora no *demo* ateniense, como uma comunidade ativa de cidadãos, mas como uma coleção desagregada de cidadãos privados cujo aspecto público era representado por um Estado central distante.⁵⁸

Conforme nos traz Wood, a organização federativa da sociedade cumpre o papel de afastar as dinâmicas envolvendo as tomadas de decisões políticas dos sujeitos que estão, em teoria e formalmente, envolvidos nelas, com a noção de que o bem público estaria longe da vontade geral. O distanciamento geográfico, sob o argumento de uma maior eficiência administrativa⁵⁹, retira do local, do espaço de convivência imediato, o poder político e a capacidade de tomada de decisões. Variando nos distintos contextos, geralmente se atribuirá a este a tarefa de administrar as questões que dizem respeito apenas à esfera de relações mais imediata. Questões “nacionais” (o exército, a política externa e etc.) serão de competência exclusiva da unidade federativa, com pouca influência de decisão local.

Ao estudarmos os avanços políticos trazidos por uma experiência de transição ao socialismo, não podemos desconsiderar a importância da forma como o Estado se organiza. Em nome da soberania popular, contorna-se o espaço onde os sujeitos vivem e disputam seus interesses, onde a política se manifesta em sua forma mais concreta. Leva-se o palco político – todo ou em parte, mas quase sempre expressivamente – para uma localidade abstrata que se situaria acima dos municípios, distritos, departamentos e etc., representado no Estado nacional,

⁵⁸ WOOD, Ellen Meiksins. Op. Cit., p.189.

⁵⁹ Deixemos claro que esse argumento não pode ser descartado *a priori*. Uma maior análise de cada contexto histórico traria respostas mais concretas sobre a eficiência da organização federativa para a administração pública. Em realidade, talvez importe menos compreender isso do que observar as suas consequências. Ainda que “agindo de boa fé”, é muitas vezes indiscutível que o poder local acaba se fragilizando por decorrência de sua dispersão.

na União.

Finalmente, passamos para a quarta e última característica presente na democracia capitalista: sua faceta representativa. Assim como ocorre com a organização federativa, ela é elaborada no contexto da Revolução Americana, a origem da representatividade na forma como hoje a entendemos. Esta deveria funcionar como uma espécie de filtro, que limitaria o poder político efetivo dos indivíduos e o transferiria para um corpo de cidadãos apresentados como “representantes naturais” da multidão. Esse filtro se tornaria tão eficiente quanto fosse maior a diferença entre um pequeno número de representantes e uma grande massa de representados.

De uma necessidade concreta – na medida em que é difícil imaginar uma coletividade social de grandes dimensões tendo espaço para que cada indivíduo, isoladamente, manifeste suas opiniões e vontades –, a representação se apresenta como parte da essência mesma dessa forma de democracia. “A república americana estabeleceu firmemente uma definição de democracia em que a transferência do poder para os ‘representantes do povo’ constituiu não somente uma concessão necessária ao tamanho e à complexidade, mas a própria essência da democracia em si”.⁶⁰

Essa forma de alienação política – através de uma transferência de poderes para um corpo de representantes – é absolutamente estranha a concepção grega de democracia, por exemplo, onde a eleição era a exceção, não a regra. Se os Estados Unidos não foram os criadores da ideia de representação, parece certo que ocorreu com eles uma profunda identificação para com esta ideia. Substituindo a participação pela passividade, esta “é a democracia civilizada com um toque de oligarquia”.⁶¹ Hobsbawm é preciso nesse sentido:

O ideal da soberania do mercado não é um complemento à democracia liberal, e sim uma alternativa a ela. É, na verdade, uma alternativa a todos os tipos de política, pois nega a necessidade de decisões políticas, que são justamente aquelas relativas aos interesses comuns ou grupais que se distinguem da soma das escolhas, racionais ou não, dos indivíduos que buscam suas preferências pessoais. [...] A participação no mercado substitui a participação na política. O consumidor toma o lugar do cidadão.⁶²

Jacques Rancière, em acordo com essa linha de raciocínio, é bastante categórico:

[...] a representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações. Não é uma forma de adaptação da democracia

⁶⁰ Ibidem, p.187.

⁶¹ Ibidem, p.188.

⁶² HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.105-106.

aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm títulos para se ocupar dos negócios comuns.⁶³

Netto e Braz observam nessa dinâmica um fenômeno correlato ao próprio sistema capitalista. Assim como no capitalismo existe a tendência para a concentração do capital, no sistema político gestado dentro de sua lógica ocorre a tendência para a concentração do poder político nas mãos de, cada vez mais, poucos. Esta seria uma manifestação do caráter intrinsecamente antidemocrático do capitalismo:

A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo e, em especial, do capitalismo monopolista: ao mesmo tempo em que desqualificam a política, ladeando as instâncias representativas (parlamento, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso dos seus *lobbies*, essas “elites orgânicas” do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros – realizam a **sua** política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes. E não é preciso dizer da característica corrupta dessa política.⁶⁴

Tendência esta que cumpre um papel chave para o próprio funcionamento do sistema capitalista: “o poder centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade descentralizado”.⁶⁵ Manifestação que esconde, sob uma máscara democrática, seu profundo sentido oligárquico.

Temos, após essa breve digressão, uma caracterização da democracia capitalista. Ela é bastante geral, na medida em que analisa as regularidades presentes em suas distintas manifestações históricas em formações sociais específicas. Mas serve aqui como um plano básico para orientar uma caracterização que seja mais precisa em apresentar determinada realidade concreta. Pensando a democracia capitalista como meramente formal, liberal, federativa e representativa, temos um ponto de partida rico para compreender seus limites e quais são as tarefas que se impuseram historicamente na sua superação.

1.2. Pensar a transição socialista em termos de democracia

A democracia para mim é todo o processo de transformação de relações de

⁶³ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.69.

⁶⁴ NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012, 236-237, grifos no original.

⁶⁵ HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.50.

poder desigual em relações de autoridade partilhada. Onde quer que haja luta contra o poder desigual, há processo de democratização. [...] Trata-se de uma democracia sem fim, e esse é, para mim, o verdadeiro programa socialista; socialismo é democracia sem fim.⁶⁶

Nossa pesquisa sobre a democracia parte, ao menos, de duas importantes premissas, ambas trazidas a partir das reflexões de Georges Labica. A primeira é a de que “a afirmação, como um dado indiscutível, do caráter, ou melhor, da essência democrática de nossos regimes políticos ocidentais é resguardada com os maiores cuidados. Trata-se de uma fantasmagoria de que devemos nos livrar”.⁶⁷ Foi a partir daí que se desenvolveu a discussão da primeira parte do capítulo, com o objetivo de desmistificar a forma como a democracia capitalista é encarada hoje, um obstáculo para o trabalho histórico e para uma compreensão mais precisa de suas dinâmicas. Sem abandonar essa “fantasmagoria”, não teremos nem a capacidade de entender a democracia capitalista em si, muito menos avaliar qualitativamente uma experiência que tenha buscado, com ou sem sucesso, a sua superação, como foi o caso da experiência cubana. Este papel desmistificador pode – e deve – ser cumprido pela história.

Reconhecer a historicidade da democracia é fundamental, na medida em que nos permite abandonar uma concepção idealista que a compreenda como um dever ser universal, imutável, a ser atingido pelos nossos sistemas políticos, tidos como “fracos”, insuficientes. Enquanto forma de exercício do poder, a democracia é histórica e se manifesta das mais distintas formas. A única democracia, portanto, que é – possivelmente – exclusiva ao capitalismo é a democracia capitalista. Há quase duas décadas Florestan Fernandes nos perguntava que tipo de democracia buscávamos como valor final:

[...] a capitalista, que institucionaliza a classe como meio social de dominação e fonte de poder, ou a socialista, que deve tomar como alvo a eliminação das classes e o desenvolvimento da autogestão coletiva, passando por um período de dominação da maioria, tão curto quanto possível?⁶⁸

A segunda premissa é a de que “democracia e revolução são estreitamente relacionadas. A um tal ponto – e isso vale tanto para a história quanto para a teoria – de não serem mais dissociáveis”.⁶⁹ Ela não apenas é importante teoricamente, como é uma importante justificativa

⁶⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016, p.133

⁶⁷ LABICA, Georges. *Op. Cit.*, p.55.

⁶⁸ FERNANDES, Florestan. Democracia e Socialismo. **Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.12. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1989/mes/01.htm>. Acesso em 6 set. 2015.

⁶⁹ LABICA, Georges. *Op. Cit.*, p.50.

para esse trabalho e para as pesquisas que pretendam se debruçar sobre essa questão em uma perspectiva crítica. Não podemos pensar em socialismo sem pensar em termos de democracia. Doyle também é categórico: “Quem não reconhece a ditadura do proletariado ou democracia socialista como necessária à construção do socialismo, como um tipo de Estado, não pode se considerar marxista”.⁷⁰ Ao dizer isso, pretendemos afirmar que um trabalho que estude uma experiência de transição rumo ao socialismo não pode perder de vista que a busca por uma nova e mais completa forma de democracia é uma condição fundamental para a análise dessa experiência. Nesse sentido, o elemento central em qualquer democracia deveria ser, conforme nos trouxe, brilhantemente, Ruy Mauro Marini,

[...] o reconhecimento de divergências e choques de interesse entre os atores políticos (a democracia socialista converte em sujeitos políticos reais as grandes massas populares, o que a democracia burguesa limita e reprime) e a possibilidade efetiva de que esses atores possam solucioná-los pacificamente, mediante a negociação e o consenso. No momento em que um sujeito impõe a outro uma solução de força, está abandonando o terreno da democracia, por mais que aos olhos contemporâneos ou na perspectiva da história essa imposição trate de se justificar como uma medida destinada a garantir a democracia no longo prazo.⁷¹

Isso porque o socialismo não é apenas um programa de transformações econômicas, mas também políticas. Essa dualidade traz uma importante complexidade para a análise da experiência cubana. Assim como a transformação econômica não reflete imediata e automaticamente nas estruturas políticas de uma determinada sociedade, não gera uma reação transformadora mecânica, o inverso também é verdadeiro. Conforme nos traz Marini:

[...] a interdependência que se estabelece entre democracia e socialismo não deve ocultar o fato de que, longe de constituir uma identidade, ambos correspondem a dois conceitos – e se os conceitos são bons, duas realidades – perfeitamente diferentes ainda quando unidos por um nexo indissolúvel. Enquanto relação dialética, as realidades que nesses conceitos se inscrevem, ainda quando mutuamente determinadas, possuem vida própria, podendo desenvolver-se de maneira assimétrica e até contraditória.⁷²

Cabe refletirmos sobre essa questão detidamente. Nesse sentido, pode ser de grande ajuda resgatarmos a contribuição de István Mészáros para a análise da relação entre

⁷⁰ DOYLE, Hélio Marcos Prates. **Revolução e Democracia**: o Poder Popular em Cuba. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, 1992, p.149.

⁷¹ MARINI, Ruy Mauro. Socialismo e democracia, 1993. IN: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (orgs.) **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.201.

⁷² *Ibidem*, p.200.

transformações políticas e econômicas na transição socialista. Ele nos traz que:

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as “garantias políticas” para a continuação da dominação, já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização *formal*.⁷³

Temos, então, a compreensão de que “lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética”.⁷⁴ Nessa unidade dialética, ambas se desenvolvem com temporalidades distintas. Mesmo assim, compõe um mesmo processo e não podem ser abordadas separadamente. Mészáros é preciso ao afirmar: “dada sua relação de autossustentação recíproca, Estado, capital e trabalho poderiam apenas ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo”.⁷⁵ Se a conquista do poder político – e mesmo a esfera da distribuição –, por sua vez, ocorre em um intervalo de tempo mais curto do que a superação das condições econômicas até então vigentes na produção capitalista, o poder político deveria ser, dessa forma, encarado como um dos “primeiros passos”, uma das primeiras tarefas da transição socialista:

[...] enquanto a *distribuição* é imediatamente receptiva à mudança por decreto (e, mesmo assim, apenas em uma extensão estritamente limitada pelo nível de produtividade socialmente atingido), as condições de *produção*, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte à revolução, exatamente as mesmas que antes. É isto que, por um longo tempo, praticamente impossibilita aos trabalhadores tornarem-se “produtores livremente associados”, tal como previsto antecipadamente, mesmo sob as circunstâncias politicamente mais favoráveis.⁷⁶

Esse aparente “descompasso” entre uma mudança política radical e a transformação da lógica produtiva sistêmica reforça a tese de que a transição ao socialismo se configure como um processo que é, necessariamente, longo.

Por mais limitada que uma pesquisa histórica seja, em virtude de seu nível de análise, ou pela escolha de seu objeto, ainda assim se faz necessário ter em mente essa unidade dialética entre as lutas políticas e socioeconômicas. Surge a necessidade, assim, de se reconhecer as suas

⁷³ MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.576.

⁷⁴ Ibidem, p.566.

⁷⁵ Ibidem, p.576.

⁷⁶ Ibidem, p.575.

mediações, as formas como as distintas dinâmicas se articulam e se condicionam mutuamente. Reconhecer, mesmo, que estas podem se desenvolver no interior de cronologias distintas, dados os seus variados ritmos de transformação. Reconhecer, em cada contexto histórico, a contribuição real dada pela transformação política em uma determinada tentativa de se gestar uma nova sociedade, até onde se avançar e quais foram os seus limites. Enfim, compreender que esse processo é sempre complexo e que não podemos obter sua compreensão isoladamente, da mesma forma como essa transformação não pode se sustentar quando ocorre de forma fragmentada, incompleta. De fato, estas são afirmações que podem ser buscadas no cerne do pensamento marxiano.

Ao estudar a curta experiência da Comuna de Paris, Marx refletiu sobre muitas das medidas adotadas pelos *communards*, seus sucessos e fracassos. Esta análise é uma rica forma de compreender a maneira como Marx pensava a revolução social e suas demandas históricas, também um exemplo de como essa análise pode ser desenvolvida rigorosamente. Assim como destacado anteriormente, invoca a necessidade de que se pense democracia em associação ao socialismo, necessariamente. Encontramos lições no pensamento marxiano para tanto: “mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da maquinaria estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios objetivos. O instrumento político de sua escravização não pode servir como o instrumento político de sua emancipação”.⁷⁷ A superação de uma antiga lógica societária é uma tarefa destrutiva, mas também positiva, criadora.

Não adentraremos nas questões relativas ao definhamento do Estado. Cumpre salientar, entretanto, a necessidade de que se transformem as instituições públicas – e, naturalmente, políticas – no contexto da transição ao socialismo. A imperatividade da transformação para a superação da antiga sociedade é a conclusão geral que podemos chegar ao estudar a obra de Marx. Por isso, acreditamos que uma dada experiência revolucionária pode ser analisada, avaliada, a partir da profundidade com a qual se deu essa transformação, seu impacto na vida dos distintos grupos sociais que assumiram essa tarefa.

Retornemos à *Guerra Civil na França*. Em se tratando mais especificamente das medidas políticas tomadas pela Comuna, Marx destacou a forma como os parisienses passaram a eleger não apenas seus representantes, mas também funcionários públicos e membros das forças policiais. Todos receberiam o salário de um operário e, talvez mais importante, seriam removíveis a qualquer tempo, bastando a vontade daqueles que lhes conferiram o cargo. Fruto de uma experiência revolucionária concreta, criação da classe trabalhadora francesa, a Comuna

⁷⁷ MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.169.

parece ter sido capaz de romper com o caráter mistificado que o sufrágio apresenta no interior do sistema capitalista. A removibilidade dos cargos elegíveis contribuiu para diminuir a “externalidade” com a qual geralmente se pensam os cargos políticos, sua autonomização artificial frente ao corpo social responsável pela sua eleição. “Ela [a Comuna] é o povo agindo para si mesmo, por si mesmo”⁷⁸, não mais através de uma mediação parcialmente independente de sua vontade. Com muita razão, Marx afirmou que:

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atraiçoar [*misrepresent*] o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio.⁷⁹

Também acerca do já citado “ritmo” de transformação da sociedade no contexto da transição socialista, também encontramos contribuições de Marx. Ao criticar o Programa de Gotha, Marx afirmou:

Nosso objeto aqui é a sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu.⁸⁰

Dessa passagem podemos encontrar uma primeira resposta. Antes de sermos capazes de determinar a velocidade com que se transformou um determinado contexto, devemos conseguir reconhecer quais são as instituições que se transformam – ou são criadas – ao ponto de tornarem-se novas, tendo realizado a superação das anteriores. Além disso, reconhecer quais são aquelas que permanecem como antes ou, em alguns casos, sofrem transformações que não diferenciam suas características intrinsecamente relacionadas ao antigo modo de produção. Também destacar aquelas que, mesmo mudando, continuam reproduzindo a mesma lógica sistêmica pregressa. Em suma, reconhecer quais são as “marcas econômicas, morais e espirituais” da sociedade que pretendeu-se romper. No contexto do presente trabalho, compreender a forma como os CDR se inserem nesse processo.

“Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra”.⁸¹ Aqui, Marx reconheceu a necessidade de um período de

⁷⁸ Ibidem, p.108.

⁷⁹ Ibidem, p.58.

⁸⁰ MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.29.

⁸¹ Ibidem, p.43.

transição entre as duas formas de sociedade. Quando nos referimos à transição rumo ao socialismo, estamos nos referindo a ele. Mas evitemos defini-lo de forma mais esquemática. Equívocos importantes já foram tomados graças a concepções “etapistas” dos processos revolucionários.

O que nos parece inquestionável é admitir que as sociedades não se transformam como por um passe de mágica, não são revolucionadas por um conjunto de novas leis, pelo voluntarismo de um grupo ou mesmo pela vontade, isoladamente, de uma classe. Existe um período de transição com mudanças radicais, onde se confundem as formas antiga e nova da sociedade, que pode aparecer de forma fluida e de difícil delimitação. Finalmente, esse período, como discutimos antes, tende a ser necessariamente longo e não necessariamente harmônico temporalmente, no que diz respeito às transformações políticas e econômicas.⁸²

1.3. A alternativa dos conselhos

“As instituições do Estado capitalista são organizadas segundo os objetivos da livre concorrência: não basta mudar o pessoal para dirigir a sua atividade em outro sentido”.⁸³ É na construção do novo Estado que surge a importância de pensarmos a categoria de conselho, se referindo, mais especificamente, aos conselhos operários. Diferentes de outros tipos – de forma bastante sintética –, na medida em que reúnem em si questões econômicas e políticas, não se restringindo à lutas “corporativistas”, mas abarcando o próprio processo de pensar e assumir a transformação da sociedade.⁸⁴ Ou ainda: “os conselhos operários são a forma organizativa durante o período de transição no qual a classe trabalhadora luta pelo poder, destrói o capitalismo e organiza a produção social”.⁸⁵

Observe-se que a escolha de tratar desta questão não é arbitrária, mas sustentada historicamente, na medida em que reconhecemos que

⁸² Trabalharemos melhor com o período de transição socialista no item 2.2 deste capítulo.

⁸³ GRAMSCI, Antonio. A conquista do Estado. IN: PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 123.

⁸⁴ Na busca de uma diferenciação para as distintas formas de organização do tipo conselho, podemos destacar três: “1) os *conselhos de fábrica*, voltados mais para a luta reivindicatória envolvendo questões diretamente vinculadas ao processo de trabalho e de produção; 2) o *controle operário*, representando a tentativa dos trabalhadores influírem sobre a gestão da produção através da vigilância exercida sobre as atividades dos agentes responsáveis pela direção dos meios de produção e sua fabricação; 3) e os *conselhos operários* propriamente ditos, organizações que combinariam não só a luta econômica, como também a luta política mais geral, tanto no momento da tomada do poder como posteriormente.” MARTORANO, Luciano Cavini, Op. Cit., p.55.

⁸⁵ PANNEKOEK, Anton. A organização dos conselhos. IN: PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). Op. Cit., p.171-172.

[...] os conselhos foram a principal forma política de caráter popular encontrada pelos trabalhadores na tentativa de construir uma nova democracia ao longo do século 20. Em parte, esse fato pode ser explicado porque os conselhos operários – a exemplo da Comuna de Paris e dos Sovietes em 1905 e 1917 –, foram fruto da própria luta dos trabalhadores e não uma prévia invenção de seus líderes políticos ou de intelectuais socialistas.⁸⁶

Esse caráter bastante orgânico dos conselhos os torna, em nossa opinião, parte essencial das análises que privilegiem o estudo das relações entre democracia e transição para o socialismo. Acontece que um conselho operário não necessariamente se manifesta historicamente a partir de um modelo pré-concebido, justamente por sua organicidade. As distintas experiências revolucionárias podem encontrar distintas formas de organizar a classe trabalhadora em torno do processo que se desenvolve, com maior ou menor autonomia. Como identificá-los, portanto?

Parece certo afirmar que não existe uma organização revolucionária em si mesmo. Um organismo não será revolucionário pela maneira como se estrutura, pelos membros que o compõe e, muito menos, pelo seu nome, mas pela prática concreta que ele realize dentro da ação revolucionária. Do contrário, incorremos no risco da “fetichização”, de nos apegarmos a um determinado objeto sem sermos capazes de reconhecer seu caráter revolucionário (ou não).

A organicidade do conselho, em si, já seria um critério relevante para sua compreensão. Ele precisa ser a “expressão viva do movimento real dos trabalhadores”.⁸⁷ Nesse sentido, eles são um espaço de disputa dinâmico, entre três atores: trabalhadores, vanguarda revolucionária e os próprios conselhos, e não um espaço estático e imutável. Essa disputa ou tensão parece ser inevitável. Como dissemos, a transformação da sociedade não ocorre de modo mecânico e automático, mas intensamente dinâmico. Os conselhos dificilmente poderiam se apresentar dessa forma e certamente não quando forem, de fato, revolucionários. Essa sociedade que é gestada pela luta revolucionária, “devido à presença da luta de classes, é uma sociedade intrinsecamente conflituosa e não harmônica”.⁸⁸ Uma certa dose de “caos” não pode ser desconsiderada aqui...

A busca pela plena socialização da política passa pela sua transferência à classe que assume a tarefa revolucionária. A partir da hipótese que estamos trabalhando, isso se desenvolve através dos conselhos. Não exclusivamente, por certo. As diferentes experiências revolucionárias se desenrolaram partindo de dinâmicas distintas. Mas se consideramos

⁸⁶ MARTORANO, Luciano Cavini, Op. Cit., p.49.

⁸⁷ Ibidem, p.59.

⁸⁸ Ibidem, p.98.

historicizar a relação entre democracia e transição para o socialismo, precisamos ter em mente algum critério comparativo. Poderíamos partir da seguinte afirmação:

A socialização política designa o conjunto de medidas práticas que garantem a permanente ampliação das atribuições administrativas e estatais exercidas pelo proletariado, facultando-lhe o exercício de seu papel dirigente durante a transição. A sua concretização está reservada ao conjunto dos trabalhadores e não à ação de organismos partidários e estatais.⁸⁹

O que temos aqui é uma consideração que vai ao encontro do que desenvolvemos até agora. A democracia socialista, ao buscar a superação da democracia capitalista, precisa romper com as características que tornavam esta o instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, o instrumento de sua subordinação. Assim como se socializam os meios de produção, o poder de decisão deve ser igualmente socializado, ainda que isso não possa ocorrer no mesmo ritmo. Uma das formas que poderíamos utilizar como referência seria pensar de que modo esse poder passa para as organizações de tipo conselho, de que forma elas assumem as responsabilidades políticas e organizacionais dessa nova sociedade. Essa transferência pode se dar de modo gradual. Seu ritmo também deve ser considerado, de modo semelhante como refletimos no item anterior. Não podemos perder de vista que a transição socialista é uma “contínua revolucionarização de todas as esferas da estrutura social”.⁹⁰ A vitória da revolução socialista não significa a vitória da socialização política, mas o início desse processo que, assim, pode ou não ser bem-sucedido, em variados graus de sucesso/fracasso.

Esse movimento de transferência pode não apenas ocorrer entre a antiga ordem social e a nova, mas entre vanguarda/partido e conselhos. De certa forma, esta seria uma transferência de poder “interna”, na medida em que se desenvolve entre as forças que estão envolvidas na Revolução. Esse movimento se caracteriza pela transição do poder estatal para instâncias não-estatais da sociedade, “marcando a vigência de uma autogestão em escala mais ampla”.⁹¹ Muito pode decorrer da não existência desse fenômeno. O crescimento do autoritarismo de um corpo dirigente seria um dos mais evidentes, mas igualmente perigoso seria o surgimento de um sentimento generalizado de apatia política, fenômeno típico da democracia capitalista.⁹² “O único caminho para o renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democracia, a opinião pública.”⁹³ Da mesma forma,

⁸⁹ Ibidem, p.109.

⁹⁰ Loc. Cit.

⁹¹ Ibidem, p.118.

⁹² Ibidem, p.125.

⁹³ LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. IN: PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini. **Teoria**

Não há inimigo maior da ditadura de classe que a ditadura do partido. Ou seja: não há obstáculo maior para o socialismo, dificuldade maior para a revolução, maior opositor ao sistema de conselhos que o partido. A superação do partido é a precondição elementar da revolução, do sistema de conselhos, do socialismo.⁹⁴

O conselho é a superação da lógica representativa até então vigente, quando esta se manifesta. Ele supera seus marcos e cria uma nova forma de dirigir a sociedade, com maior ou menor sucesso, em cada caso, a partir do momento em que, como afirma Valentino Gerratana, recoloca o sufrágio e as instituições representativas sobre outra lógica de funcionamento.⁹⁵ Substituindo a antiga mediação, alienante, o conselho tem a potencialidade de superar a geração da já citada autonomização daquele que recebe o mandato, considerado como independente para com seus eleitores. Eles “aproximam” essa relação. Nesse sentido,

[...] uma teoria política do socialismo teria que substituir o conceito tradicional de representação pelo conceito de delegação controlada de atribuições, apoiando-se na ideia do mandato imperativo e da revogabilidade, ou seja, a delegação especificaria previamente as tarefas – seu conteúdo e as principais medidas decorrentes –, a ser executada pelo delegado eleito; diferenciando-se da noção de representação designando o ato de agir *em nome* e alguém ou alguma entidade. O objetivo seria criar instrumentos eficazes que impedissem a apropriação por parte do delegado do mandato que lhe foi atribuído, isto é, o delegado não é possuidor de um mandato próprio e original, mas sim portador de um mandato outorgado e derivado que seria mantido enquanto tal.⁹⁶

De certa forma, eles podem funcionar como uma espécie de “antídoto” contra os perigos da burocratização, da autonomização do Partido frente às massas, combatendo as limitações do poder político delegado, em especial, conforme traz Lucio Magri, no que diz respeito a “oposición entre una massa formalmente poseedora de la soberania pero incapaz de ejercer el poder, y una minoria, formalmente ejecutora de una voluntad soberana, e investida en realidad de todo el poder”.⁹⁷ Potencialidade que também foi afirmada por Max Adler:

Os conselhos operários têm a sua função mais importante precisamente nesse ponto, para reavivar a democracia; quer dizer, a autodeterminação do povo, na

e prática dos conselhos operários. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.98-99.

⁹⁴ RÜHLE, Otto. Os conselhos. IN: PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). Op. Cit., p.117.

⁹⁵ GERRATANA, Valentino. Temática conciliar y extinción del estado. IN: **Consejos obreros y democracia socialista**, Cuadernos de Pasado y Presente 33. Ediciones Pasado y Presente: Córdoba, 1972, p.9.

⁹⁶ MARTORANO, Luciano Cavini. Op. Cit., p.158.

⁹⁷ MAGRI, Lucio. Parlamento o consejos obreiros. IN: **Consejos obreros y democracia socialista**, Cuadernos de Pasado y Presente 33. Ediciones Pasado y Presente: Córdoba, 1972, p.22.

medida em que coloca a burocracia sob o mais forte controle, eliminando-a o máximo possível e transformando-a em simples órgão auxiliar ao portar consigo o poder regulador e executivo.⁹⁸

Finalmente, cumpre salientar que os conselhos também são instituições de caráter pedagógico, que educam as massas no decorrer da práxis revolucionária. Eles são o momento inicial onde a classe trabalhadora se apropria do poder político, como nunca antes possuiu, e precisa aprender a lidar com ele entre acertos e equívocos, naturais em experiências como esta. É por isso que Lukács afirma que o novo Estado revolucionário, assentado sobre os conselhos operários,

[...] deve servir para superar pedagogicamente a apatia e a divisão dessas camadas, *para educar para a atividades, para a participação autônoma da vida estatal*. É uma das funções mais primordiais do sistema de conselhos unir cada momento da vida social que o capitalismo divide.⁹⁹

Existindo a presença dos conselhos em um contexto de transição socialista eles serão, muito provavelmente, o espaço privilegiado para a concretização das práticas que buscam a socialização da política. O sucesso da superação da antiga democracia capitalista dependerá, em muito, da forma como estes se organizarem. A ausência da citada transferência “interna” de poder entre as forças revolucionárias pode aparecer como a principal característica explicativa para compreendermos o surgimento de períodos de apatia política que, nesse sentido, reproduzem por si mesmo o autoritarismo e a centralização. Compreender de que forma o poder político foi transferido para os CDR será um de nossos objetivos, na medida em que eles parecem ter cumprido muitas das funções de um conselho, permanecendo como uma organização singular e original no contexto da Revolução Cubana.¹⁰⁰

1.4. Democracia socialista e repressão

Passaremos para uma outra questão, com a mesma pertinência das anteriores: qual a relação entre o processo de construção de uma experiência democrática socialista e a repressão?

⁹⁸ ADLER, Max. Tarefas dos conselhos operários. IN: *Ibidem*, p. 185.

⁹⁹ LUKÁCS, György. O Estado como arma. PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). *Op. Cit.*, p.135.

¹⁰⁰ Cumpre salientar que a temática dos conselhos é muito mais ampla do que apresentamos aqui. Este subtítulo tem por objetivo apresentar um panorama teórica que nos ajude a operacionalizar nossa pesquisa mas não esgota a questão, nem mesmo superficialmente. Indicamos a leitura do número 33 dos Cuadernos de Pasado y Presente, dedicado a temática dos conselhos operários e a democracia socialista.

Em um certo sentido, podemos observar a tendência para que um processo radical de transformações em uma dada sociedade se elabore através do uso radical da violência. E isso se dá porque, conforme nos alertou Mészáros, “a classe dominante tem muito a perder; não irá ceder por sua própria vontade”.¹⁰¹ Intelectuais, tais como Lenin, invocaram a inevitabilidade da violência, como quando ele afirma que “a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem uma revolução violenta”.¹⁰² Por fim, Engels também foi particularmente taxativo nesse sentido:

Esses senhores já terão visto alguma revolução? Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que há, um ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra, com auxílio dos fuzis, das baionetas e dos canhões, meios por excelência autoritários; e o partido que triunfou tem de manter a sua autoridade pelo temor que as suas armas inspiram aos reacionários.¹⁰³

A questão do uso da violência, dessa forma, não importa apenas para o objetivo de sobrepujar a resistência das classes sociais que detém o aparato repressivo do Estado. Além disso, a violência é o mecanismo pelo qual uma dada aliança de classes revolucionária impõe a sua autoridade em nome do prosseguimento das transformações pretendidas e em oposição a força contrarrestante então despojada. Um modo, sendo assim, de garantir sua dominação política. Dominação, contudo, que pertencerá à maioria da população. Novamente, citando Lenin:

As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravistas modernos, ou seja, os proprietários fundiários e os capitalistas.¹⁰⁴

Sendo, então, o “completo aniquilamento de qualquer exploração” o objetivo maior de uma revolução desencadeada por parte dos explorados, surgem algumas tarefas que precisam ser solucionadas. Essas tarefas podem se cumprir de diferentes formas, mas por certo que não de qualquer forma. Marx, em uma de suas mais clássicas passagens, nos lembrava que “os

¹⁰¹ MÉSZÁROS, Istvan. Op. Cit., p.573.

¹⁰² LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do revolucionário na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.41.

¹⁰³ ENGELS, Friedrich. **Sobre a autoridade**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>. Acesso em 28 mar. 2016.

¹⁰⁴ LENIN, Vladimir Ilitch. Op. Cit., p.45.

homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.¹⁰⁵ Ora, podemos supor a possibilidade de que o aparato repressivo do Estado seja solapado mediante vias não-violentas? A força das armas dos soldados da burguesia pode ser derrotada de formas pacíficas?

É fácil supor que, na medida em que as camadas exploradas se levantem contra suas formas de dominação, que combatam a propriedade privada do grande capital, que contrariem os interesses do imperialismo, as classes dominantes lhes respondam com violência. Isso, claro, quando chegamos ao momento em que a via pacífica, mais estável, tenha se tornado insuficiente para a vitória dessas elites. Cuba nos foi um claro exemplo disso. No caso concreto do processo revolucionário cubano, a via das armas se apresentou como um mecanismo incontornável para a defesa contra as agressões contrárias ao seu desenvolvimento:

A maioria dos críticos dos componentes autoritários presentes nos sistemas chamados “socialismo real” costuma deixar de lado um aspecto importante que contribuiu para o fortalecimento das tendências centralizadoras e repressivas nas organizações que assumiram o poder: o cerco imposto pelos países capitalistas, especialmente a partir de 1945, quando os Estados Unidos assumem a liderança mundial. [...] No caso de Cuba, a pressão do exterior nunca cessou. Nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em clima de permanente conflito, que é justamente o mais favorável ao fortalecimento das tendências autoritárias existentes.¹⁰⁶

Este será um balanço inevitável. Devemos nos perguntar: de que modo a violência revolucionária pode se apresentar? Qual a sua medida e o seu papel histórico? Uma importante fonte para essa reflexão se encontra no pensamento de Victor Serge. Fazendo uma ligação com a passagem de Marx, citada anteriormente, podemos destacar o seguinte trecho, onde se afirma que a violência revolucionária nasce das condições históricas preexistentes a ela:

A Revolução não escolhe armas. Traz para a arena ensanguentada as armas que a História forjou, aquelas que acabam de cair das mãos de uma classe dirigente vencida. Ontem, para reprimir os explorados, a burguesia necessitava de um forte aparelho repressivo: hoje, os proletários e os camponeses também precisam de um forte aparelho de repressão para destruir a resistência final dos exploradores expropriados, para os impedir de recuperar o poder, para os obrigar à abdicação permanente dos seus privilégios.¹⁰⁷

¹⁰⁵ MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.25.

¹⁰⁶ AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p.119.

¹⁰⁷ SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. IN: **A hora obscura**: testemunhos da repressão política. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p.274.

Assim como não escolhe suas armas, a revolução não cria a repressão, mas “ressuscita-a”. Utiliza a força que foi ferramenta da dominação de classe até então como instrumento para subverter essa mesma dominação e trazer seu fim. Longe de inovar, realiza os passos – semelhantes, mas não os mesmos – seguidos pelas revoluções anteriores. É nesse sentido que Serge afirma que “a repressão é uma das funções essenciais de todo o poder político. O Estado revolucionário, na primeira fase de sua existência pelo menos, tem necessidade disso mais que nenhum outro”.¹⁰⁸ Mais ainda: “é facilmente esquecido que a sociedade burguesa, mesmo depois das revoluções que acabaram por formá-la, teve necessidade, para nascer e crescer, de alguns *séculos de terror*”.¹⁰⁹

Temos, então, a violência como uma necessidade histórica. Uma ferramenta que guarda na sua essência um poderoso potencial caótico, nem sempre controlado, na medida que tem a destruição como definição de si mesma. Se a tarefa da revolução é destruir uma antiga sociedade para, depois disso, construir uma nova, a violência se presta fundamentalmente para essa primeira função. Destruir as instituições preexistentes e destruir as forças contrarrestantes surgidas com a vitória revolucionária. Ainda assim, segue sendo uma ferramenta perigosa, mesmo que necessária. Nesse sentido, Serge alerta que “em todas as lutas sociais, uma certa porcentagem de excessos, de abusos, de erros, não poderá ser evitada. O dever do partido e de todo revolucionário é trabalhar para evitar essas desilusões e esses erros”.¹¹⁰

O autor também salienta que “a repressão é eficaz quando completa o efeito de eficazes medidas de política geral”.¹¹¹ Ora, para evitar excessos, é preciso que a violência seja utilizada no sentido consciente de um fim específico, revolucionário. Seus inimigos são, portanto, igualmente específicos e condizentes com um determinado projeto.¹¹² Quando o Estado, sob a égide do capitalismo, reprime, ele combate as consequências de seu próprio funcionamento. Ignorando, em suas políticas, os fatores causais, ele assegura o fato de que precisará reprimir

¹⁰⁸ Ibidem, p.285.

¹⁰⁹ Ibidem, p.280.

¹¹⁰ Ibidem, p.297.

¹¹¹ Ibidem, p.300.

¹¹² A importância da estratégia revolucionária – o que inclui o uso da violência – é bem trabalhada por Marta Harnecker. A autora sintetiza a estratégia nos afirmando que: “São tarefas da estratégia revolucionária: a) definir corretamente os inimigos da revolução, tanto os inimigos estratégicos quanto os imediatos. Avaliar suas forças e sua estratégia provável. Aproveitar ao máximo as contradições entre os inimigos da revolução; b) determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus possíveis aliados; c) construir o exército político revolucionário, isto é, articular essa aliança, ou aglomerado, de forças sociais capaz de levar adiante a revolução até sua vitória. Elaborar os planos para incorporar à revolução setores cada vez mais amplos da população. Concentrar essas forças contra o inimigo imediato. Determinar o elo decisivo que permitirá atrair para si todo o conjunto, indicando o ponto central para o qual deve convergir e em torno do qual deve se condensar toda a multiforme atividade de vanguarda; e) determinar a via mais provável do desenvolvimento da revolução”. HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 70.

novamente, repetidas vezes. Nesse sentido, a repressão burguesa se apresenta como forma ineficaz – e cíclica – de violência. Não é o que projeta Serge para a violência revolucionária. Essa é uma diferença fundamental.

O Estado capitalista não combate as causas geradoras dos problemas sociais que exigem sua violência porque elas são inevitáveis dentro da sua lógica reprodutiva. Questioná-las seria questionar as bases que sustentam o próprio capitalismo, a opressão do homem pelo homem. O mesmo não deveria ocorrer no Estado proletário, já que “o Estado dos trabalhadores trabalha para seu próprio desaparecimento. A suprema diferença entre a escravidão-repressão exercida pelo proletariado é que constitui uma arma necessária da classe que trabalha para a abolição de todas as formas de exploração”.¹¹³ Repressão buscando o fim de todas as formas de opressão, portanto; repressão que busca o fim das próprias condições de sua existência.

Sobre a questão da repressão revolucionária, Doyle nos traz algumas considerações importantes, ao retirar a ênfase de seu caráter propriamente violento no sentido físico. Uma revolução de caráter socialista precisa ruir as bases das classes que detinham o poder até então, e isso ocorre sobre algum grau de violência. Mas para o autor, e temos acordo, isso não significa dizer que a repressão seja buscada como fim em si mesmo e, principalmente, essa é uma violência utilizada de forma absolutamente consciente e, dentro do possível, humana:

O conceito de democracia socialista é claro quanto à minoria que se opõe ao socialismo por seus interesses de classe: é preciso reprimi-la, impedir que restaure o capitalismo e a exploração intrínseca ao sistema. Mas, essa repressão é essencialmente política e ideológica e não se justifica que a seu pretexto sejam violados os direitos humanos. Isso quer dizer que um empresário pode ter suas propriedades expropriadas e um inimigo da Revolução que lute contra ela pode ser detido, mas não podem ser assassinados, condenados sem julgamento com base em leis prévias, serem impedidos de trabalhar, passar fome, serem deportados ou submetidos a torturas. Um adversário do socialismo só pode ser punido por suas ideias e por expô-las se seus atos violarem a legislação legitimamente estabelecida pela maioria em defesa do sistema. A eliminação da burguesia como classe não significa a eliminação física dos burgueses.¹¹⁴

Na medida em que os CDR se apresentem como uma organização em nome da defesa da Revolução, eles portam uma destacada faceta repressiva. Exercendo essa faceta repressiva, assumem o risco de que ela se manifeste sob formas além das “esperadas”, que exerça abusos, de forma propositada ou não, exigindo a constante vigilância sobre o teor de seus métodos. Enquanto exerçam uma forma de repressão revolucionária, precisam levar em conta seu

¹¹³ SERGE, Victor. Op. Cit., p.302.

¹¹⁴ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.173.

objetivo final, a construção de uma sociedade socialista. Buscando a construção de uma sociedade socialista, precisam exercer uma forma de repressão que busca gerar as condições para que desapareça a necessidade de sua existência, que combata suas condições materiais: uma forma de violência que alcance o fim da própria violência.

2. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência

Os países latino-americanos, sob os marcos do capitalismo dependente, possuem particularidades que os diferenciam dos demais e influenciam diretamente nas formas pelas quais se desenvolve um processo de ruptura de sua lógica. Esses processos foram densamente discutidos – e atualmente retomados – pelos intelectuais que compõe a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Conforme trouxe Carcanholo:

Teoria marxista da dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial.¹¹⁵

Além disso, esses teóricos possuem uma contribuição fundamental para pensarmos a transição socialista. Nesse sentido, trazemos o trabalho de Vânia Bambirra, ao qual iremos nos dedicar posteriormente. Essas reflexões se mostrarão essenciais para a análise proposta, na medida em que Cuba, antes da Revolução, se configurava como um país de capitalismo dependente e precisou enfrentar os seus limites no contexto de transição.

2.1. Os limites do Estado dependente

Podemos definir a categoria de dependência, em linhas bastante gerais, como uma situação condicionante, na qual um certo grupo de países tem a sua economia submetida e condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, “externa” a si. Logo, é possível afirmarmos que o país dependente se desenvolve de forma relacional à expansão de outro. A dominação pelas quais estão submetidos os países dependentes, por sua vez, é fruto de

¹¹⁵ CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr.2013, p.192. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2015.

uma espécie de predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítica das economias centrais. Essa reflexão permite trazer um novo ponto de compreensão sobre o fenômeno do subdesenvolvimento. Não uma característica de países “atrasados”, superável a partir de uma série de medidas político-econômicas, mas uma forma particular de seu desenvolvimento, inerente a ele e essencial para a pujança das economias desenvolvidas.¹¹⁶

Para tanto, a articulação entre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os interesses dominantes nas sociedades dependentes se faz necessária, considerando que a dependência externa é impraticável sem o respaldo de setores nacionais que se beneficiem dessa condição, às custas dos limites impostos em suas economias de origem. Supera-se a ideia de alienação por parte das elites locais, para substituí-la pela de compromisso. As elites locais do país dependente, ou parte delas, são partícipes ativas da lógica da dependência, a despeito das consequências prejudiciais ao seu país. Isso nos leva a uma importante conclusão: romper com a dependência conservando as estruturas que a mantém, muito provavelmente, seria uma tentativa infrutífera.

Essa tentativa também poderia ser fonte de caos internamente, econômico e político, tendo em vista que essas mesmas estruturas foram gestadas a partir da lógica da dependência, construídas e desenvolvidas sob essas condições. Seu funcionamento, portanto, se dá no sentido de garantir a reprodução do sistema enquanto tal. Negando a concepção de que o subdesenvolvimento possa ser superado dentro da lógica da dependência, a sua ruptura traz como condição necessária a transformação das estruturas internas de um determinado país para, assim, enfrentar-se as estruturas internacionais geradoras dessa situação.¹¹⁷ Como bem sintetiza Jaime Osorio:

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.¹¹⁸

Surge a questão: quais são as estruturas internas afetadas pela dependência? Em linhas gerais, a orientação de sua produção, as formas de acumulação do capital, a reprodução de sua

¹¹⁶ SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clássicos Políticos; Banco central de Venezuela, 2012, p.361.

¹¹⁷ Ibidem, p.366.

¹¹⁸ OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p.206.

economia e – fundamental para reflexão proposta aqui – as estruturas sociais e políticas.¹¹⁹ Dito isso, aceitamos que a forma como se desenvolverá um processo revolucionário no interior desses marcos assume condições, tarefas e limites próprios, específicos à sua lógica sistêmica particular.

O imperialismo é um elemento constitutivo do capitalismo dependente, mas precisa ser compreendido como um todo complexo. Não apenas reduzido aos elementos visíveis, ele se manifesta na própria maneira como o capitalismo funciona e se reproduz nesses países, afetando a lógica de seu desenvolvimento em um nível bastante íntimo. Marini, ao analisar as características do capitalismo dependente latino-americano, compreende que não é possível questioná-las sem que, com isso, questione-se o próprio capitalismo, enquanto sistema. Para ele, nesse contexto, não há anti-imperialismo possível fora da luta socialista.¹²⁰ Essa será uma questão que permeará as dinâmicas dos países dependentes que buscaram o caminho da transição socialista, situação que fica clara no caso cubano. A resistência do capital estrangeiro se faz ainda mais presente, no momento em que ele está imbricado no funcionamento mesmo dos países dependentes, afetando a quase totalidade de suas dinâmicas.

Esse Estado dependente possui características particulares que nos interessam. A maneira como as autoridades estatais são vistas, como um estrato superior da sociedade, “externo”, tende a aparecer de forma muito mais radicalizada nas economias dependentes. A acentuação das barbáries do capitalismo – em detrimento do seu “aspecto civilizatório” –, sobretudo através da superexploração¹²¹ e a fragilidade social apresentada pelas classes trabalhadoras favorecem essa tendência.¹²² Não sem motivo, é comum a presença de uma noção de Estado como refúgio, como força contrarrestante a esses mecanismos de exploração.

Essa particularidade se soma à despolitização geral da população, muito mais presente nesses países do que nos de capitalismo desenvolvido, na medida em que as classes reinantes¹²³

¹¹⁹ SANTOS, Theotonio dos. *Ibidem. Op. Cit.* p.370.

¹²⁰ MARINI, Ruy Mauro. Prologo. IN: BAMBIRRA, Vânia. **La revolucion cubana: una reinterpretacion.** Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974, p.10-11.

¹²¹ Como nos traz Marini, “o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna”. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*, 1973. IN: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.147.

¹²² OSORIO, Jaime. *Op. Cit.*, p.209.

¹²³ “Denominamos de classe reinante o corpo de funcionários que ocupa as posições mais altas dentro do aparato de Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares etc. Do ponto de vista de sua procedência social, a classe reinante não pertencente necessariamente às classes dominantes, ainda que, pela sua posição no aparato de Estado, nos grandes debates e nas definições políticas tenderá a se posicionar a favor dos interesses dessas classes”. *Ibidem*, p.40.

aparecem ainda mais distantes, como integrantes de uma esfera superior à sociedade.¹²⁴ Desse modo, a relação que a classe trabalhadora desenvolverá para com o Estado é uma questão chave. Devemos nos perguntar até que ponto ela servirá de obstáculo para a formação de uma democracia que privilegie a atuação local e que, por exemplo, distribua as tarefas estatais entre órgãos populares, tais como os conselhos. Devemos nos perguntar, inclusive, se essa característica não se apresentará como um obstáculo para a ruptura da tutela do Estado com as massas, mesmo após uma vitória revolucionária.

Finalmente, deve-se levar em consideração que um dos resultados da dependência é a “agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada”.¹²⁵ Podemos observar, assim, a tendência para a formação de um contexto político-social bastante explosivo. Essa afirmação ajudará na compreensão das formas como o processo de radicalização – que culminará na vitória revolucionária de 1959 – se desenrola, bem como a forma como a classe trabalhadora reagirá a essa experiência.

2.2. A contribuição de Vânia Bambirra para a transição socialista

Vânia Bambirra foi uma das mais importantes e destacadas intelectuais filiadas à Teoria Marxista da Dependência. Sua obra é rica, dotada de uma reflexão vigorosa, que justifica o esforço de retomarmos sua contribuição teórica, por muito tempo relegada, na academia brasileira, a um segundo plano.

Seus trabalhos percorreram distintos caminhos, todos dotados de extremo rigor. *A teoria marxista da transição e a prática socialista* é uma dessas obras de destacada relevância. Bambirra nunca abandonou a dimensão da *práxis* e é a ela que esse livro se dedica. O que a autora pretende é realizar uma sistematização das contribuições de Marx, Engels e Lenin, – fundamentalmente –, para pensarmos a teoria da transição socialista. Para tanto, ela realiza um amplo balanço das contribuições desses autores, em uma perspectiva crítica e não dogmática, com o fim de obter um arcabouço teórico que nos apoie na tarefa de abrir caminho para a revolução socialista hoje. Dado o objeto de estudo da pesquisa que propomos, é essencial que reflitamos sobre essa questão. Ao analisarmos seu trabalho, será possível obtermos ricos instrumentos teóricos para a análise. Além disso, ao fazê-lo, dedicamos o merecido respeito à esta intelectual, por toda a sua trajetória.

¹²⁴Ibidem, p.209-210.

¹²⁵ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013, p.217.

Bambirra destaca, inicialmente, que não há, nas obras de Marx e Engels, uma abordagem sistemática acerca da transição socialista. Isso, contudo, não significa que a temática não tenha sido discutida pelos autores. A prioridade de seus trabalhos foi a de compreender o funcionamento do sistema capitalista enquanto tal, mas a transição está presente em muitos pontos dessas análises.¹²⁶ A autora se dedica, no primeiro momento de seu trabalho, a organizar essa contribuição em um todo coerente e articulado.

Começando com a questão do desenvolvimento tecnológico, podemos superar algumas concepções críticas que atribuem ao pensamento marxiano a alcunha de estar confinado aos limites do economicismo. Essa afirmação não se sustenta para qualquer intelectual sério do marxismo. Seus opositores, por sua vez, podem ser divididos em dois grandes grupos: aqueles que desconhecem a obra de Marx, ou dominam superficialmente as suas categorias; e aqueles que utilizam de notória desonestidade intelectual com fins específicos, tanto para legitimar suas próprias concepções teóricas, quanto com objetivos políticos. Nossa pesquisa se direcionaria exclusivamente para o primeiro grupo. Ao segundo, resta exclusivamente o desprezo.

“Obviamente, a automação não é por si mesma uma condição suficiente – pois nesse caso o passo ao comunismo seria mecânico – mas sim absolutamente necessária”.¹²⁷ Quando Marx e Engels enfatizam a necessidade de um elevado desenvolvimento das forças produtivas para que a transição socialista seja possível, não o fazem – como fica claro na passagem citada – por acreditarem que ele, mecanicamente, impulsionará o desenvolvimento de uma nova sociedade em si mesmo. O que os autores fazem é reconhecer que, sem esse avanço, as condições materiais para o socialismo não estarão plenamente manifestadas, na medida em que esse se oriente pela máxima “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.¹²⁸ A criação de uma era pautada pelo tempo disponível exige que a parte da jornada de trabalho socialmente necessária seja reduzida, o que só pode ser possível através do desenvolvimento das condições materiais de produção, em um sentido de ampliação da sua eficiência. Daí decorre que esta se configure como pré-condição transicional.

Mas o que é, especificamente, essa transição socialista? Como está expresso na própria categoria, ela se refere a um período intermediário entre outros dois. Justamente por isso, essa transição é, em Marx e Engels, compreendida como um momento híbrido, onde vestígios do modo de produção capitalista subsistem às novas dinâmicas sociais que vão se apresentando,

¹²⁶ BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p.19.

¹²⁷ *Ibidem*, p.27.

¹²⁸ MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.32.

como a planificação, por exemplo. Bambirra sintetiza esse caráter ao dizer que:

[...] o socialismo, por seu caráter transitório, por manter ainda a coexistência de modos de produção díspares e contraditórios, representa muito mais uma *formação econômico-social* onde sobrevivem contradições antagônicas, expressas, por exemplo, na persistência das classes, e cuja resolução conduz à sua negação, através da superação dialética das mesmas pelo *modo de produção* e de vida comunista.¹²⁹

E a autora prossegue, somando à análise a importância dada por Marx e Engels às alianças que o proletariado precisa sustentar em nome da revolução. Nos permitiremos fazer mais uma citação, dada sua riqueza analítica e seu poder de síntese:

É importante, pois, insistir no fato de que, embora o período de transição socialista se caracterize pela destruição da base política, econômica e social sobre a qual se assenta a dominação das classes exploradoras, esta se realiza mediante um complexo sistema de alianças que o proletariado contrai com as outras classes e setores de classes dominadas. Nessa aliança de classe, o proletariado detém a hegemonia do poder, e essa é a condição do avanço irreversível do processo de transformações revolucionárias socialistas em direção à sociedade comunista. Sem embargo, durante o período de transição, sobrevive ainda a economia privada no interior da socialista. Essa presença tende a ser cada vez mais limitada, à medida que a marcha inexorável do progresso social vai superando os vestígios das diferenciações entre as antigas classes dominadas, ‘proletarizando’ os camponeses, a pequena burguesia e as classes médias, de tal modo que essas diferenças decadentes de classe sejam superadas definitivamente. Isso, por suposição, é um processo longo...¹³⁰

Uma terceira categoria que Bambirra busca sistematizar, através da obra de Marx e Engels, é a de ditadura do proletariado. Esta é a denominação feita pelos autores para o período da transição socialista e, na medida em que foi alvo de diversas polêmicas¹³¹, cumpre nos debruçarmos detidamente sobre as características que a definem. A concepção marxiana pode ser sintetizada como o momento em que o proletariado, de forma despótica, viola o direito

¹²⁹ BAMBIRRA, Vânia. Op. Cit., p.37.

¹³⁰ Ibidem, p.41.

¹³¹ Uma reflexão importante sobre esta categoria poderia se dedicar à sua dimensão semântica. O termo “ditadura” é carregado de uma conotação profundamente negativa, sobretudo após as ditaduras de segurança nacional ocorridas na América Latina em meados do século XX. Naturalmente, estes são usos díspares, que se referem a realidades distintas. Politicamente, em um sentido concreto onde se busque a transição socialista no presente, poderia ser interessante alterarmos essa categoria semanticamente. Mesmo na concepção de “ditadura democrática do proletariado”, parece haver uma tensão inerente entre os dois primeiros termos. Nas disputas políticas vigentes, seu uso pode ser inadequado. Entretanto, estamos nos dedicando à forma como Bambirra sistematizou o pensamento de Marx, Engels e, em um próximo momento, Lenin. Em nome do rigor da análise, optamos por manter a definição usual. Politicamente, contudo, parece perfeitamente razoável que se abandone o seu uso: “Mas o termo não importa, o que vale é a essência do conceito. Podemos – e devemos –, no uso corrente, substituir a expressão ditadura do proletariado por democracia socialista, proletária, popular, revolucionária ou dos trabalhadores”. DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.147.

burguês de propriedade e de suas relações de produção. Gradualmente, toda o capital da burguesia é retirado de suas mãos e transferido pela aliança liderada pelo proletariado que está no poder.¹³² Não é arbitrária a afirmação de que este poder político seja exercido de forma despótica, na medida em que Marx e Engels compreendem todo poder político como “violência organizada de uma classe para a opressão de outra”.¹³³

A experiência da Comuna de Paris, segundo Bambirra, trouxe para esses autores importantes contribuições para se pensar a ditadura do proletariado e que sustentam a afirmação feita anteriormente: é indispensável, na tomada do poder, que a classe trabalhadora conquiste os pontos nevrálgicos da economia, bem como desmantele todo o aparato repressivo da antiga sociedade, como forma de resistir à iminente reação.¹³⁴ Medidas que dificilmente teriam sucesso se não fossem tomadas de forma despótica.

Ao mesmo tempo, a ditadura do proletariado é, ou deve ser, essencialmente democrática. É ditatorial, mas apenas na medida em que é o poder do proletariado organizado no sentido de esmagar as classes e frações de classes representantes dos interesses da sociedade capitalista. É democrática, por outro lado, enquanto esse poder é exercido pela imensa massa que corresponde às classes trabalhadoras, na defesa de seus interesses. Se a democracia capitalista seria uma ditadura mistificada de uma minoria sobre uma ampla maioria, agora essa correlação se inverte; é a grande maioria, as massas trabalhadoras, que exercem, à luz do dia, seu poder contra a minoria dos expropriadores. Ao mesmo tempo em que submete a burguesia, o proletariado exerce uma forma política democrática em uma dimensão e amplitude até então inexistentes.¹³⁵ Democrática, também, porque é uma manifestação de autoridade que, levada às últimas consequências, busca nada mais do que sua própria extinção. Busca identificar o Estado à sociedade de tal forma que leve ao gradual desaparecimento deste, ao fundir-se com o corpo social na sua totalidade.¹³⁶

Gostaríamos de destacar um importante comentário trazido por Bambirra, na medida em que põe por terra muitas das críticas feitas à concepção marxiana da transição socialista:

[...] tanto Engels como Marx esclarecem muito mais os aspectos daquilo que não existirá no comunismo, do que as características positivas que hão de configurar a nova superestrutura. Por suposição, essa era uma tarefa prática para o futuro, que a teoria por si só não poderia resolver a não ser em nível de

¹³² BAMBIRRA, Vânia. Op. Cit., p.43.

¹³³ MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras Escogidas**. Moscou: Ed. Progresso, 1969, p.52 *apud* BAMBIRRA, Vânia. Op. Cit., p.43.

¹³⁴ *Ibidem*, p.46.

¹³⁵ *Ibidem*, p.47-48.

¹³⁶ *Ibidem*, p.51.

generalidade.¹³⁷

Dando prosseguimento ao seu trabalho de sistematização, a autora passa para a análise do pensamento leninista. Esse autor desenvolveu e aprimorou muitas das reflexões anteriormente feitas por Marx e Engels, em grande parte graças às necessidades prementes que surgiam após a vitória da Revolução de 1917.

É primorosa a sua discussão acerca da dialética destruição-construção presente na transição socialista. A coexistência das relações capitalistas e socialistas de produção faz com que o processo transicional seja marcadamente destrutivo, abrindo, dessa forma, o caminho para que seja exercida sua dimensão construtiva, na elaboração de uma nova forma de sociedade. Mas, embora Lenin considere esse processo como um “avanço sem interrupções”, ele não se dá em um sentido único. Conforme sintetiza Bambirra, “registra etapas diferenciadas, que se auto-superam, elevando o seu nível e aprofundando as suas características específicas”.¹³⁸

Essas etapas diferenciadas, por sua vez, podem avançar em ritmos distintos e, vez ou outra, mesmo retroceder, desde que esses retrocessos não representem capitulações. São passos atrás com o objetivo de acumular forças, para em seguida avançar e aprofundar a revolução ainda mais.¹³⁹ É o exemplo da necessidade de contar com quadros técnicos, durante um período de tempo, às custas de altos salários. “O retrocesso que se expressa em uma política ‘reformista’ é tão necessário em determinados momentos quanto o é, em outros, a política radical, ‘revolucionária’. E é por isso que Lenin insistia, repetidas vezes, na relação dialética entre reforma e revolução”.¹⁴⁰

Bambirra também sistematiza algumas das contribuições leninistas acerca da burocracia. Em linhas gerais, ela seria um “mal inevitável e necessário”, consequência do atraso social aos quais essas populações encontravam-se submetidas. Ela também é a forma pela qual o poder revolucionário, ainda frágil, pode ser capaz de se sustentar e exercer o seu controle. A burocracia se coloca, dessa forma, como uma necessidade inerente ao período de transição socialista, de duração longa. Longa, porque “ele sabia que a burocracia somente poderia ser superada pela superação das classes sociais, de seu instrumento de dominação que é o Estado, e quando as massas fossem capazes, elas mesmas, de administrar a sua vida social”.¹⁴¹

Na concepção de Lenin, a questão da burocracia aparece com uma espécie de tensão

¹³⁷ Ibidem, p.56.

¹³⁸ Ibidem, p.74-75.

¹³⁹ Ibidem, p.77.

¹⁴⁰ Ibidem, p.89.

¹⁴¹ Ibidem, p.103.

intrínseca. Ao mesmo tempo em que não é possível superá-la de imediato, também é preciso que se aprofunde a democracia socialista. Isso pode ocorrer na medida em que o povo não fique apenas restrito a eleger os seus representantes, que irão compor e liderar o aparelho burocrático, mas que possam controlá-los e, quando considerados inaptos, destituí-los, sustentado no princípio da revogabilidade de todos os cargos.¹⁴² Se a direção coletiva ainda não é possível, segundo Lenin, porque as massas não possuem a tradição e nem o nível de consciência necessária para avançarem nesse período de transição, então a ênfase deve recair sobre o controle coletivo.¹⁴³

É possível concluirmos, dessa forma, que já na transição socialista poderíamos encontrar um cenário muito mais democrático do que àquele presente nas democracias capitalistas. Em ambos, temos o cenário de uma direção que não é coletiva, mas centralizada nas mãos da burocracia. Na transição socialista, entretanto, deveria existir um profundo controle por parte das massas, dessa mesma burocracia, o que já representaria um aprofundamento democrático, mesmo que parcial. No primeiro caso, a burocracia existe unicamente para ser perpetuada. No segundo, para que seja superada. Conforme sintetiza Bambirra:

A revogabilidade é um princípio básico da democracia socialista. Mas essa não é a única arma de que as massas dispõem para castigar os dirigentes irresponsáveis, corruptos ou ineptos, que dissipam o patrimônio do povo, causando grandes perdas e provocando dificuldades. As massas dispõem além disso do recurso da utilização dos seus tribunais revolucionários, para processar todos aqueles que infringem as normas básicas do Estado, dos quais não estão excluídos os seus próprios ‘representantes’.¹⁴⁴

Por fim, podemos analisar a forma como Lenin complexifica a categoria de ditadura democrática do proletariado. Assim como no pensamento marxiano, “ditadura significa: impedir através da força, da coerção, da utilização de aparelhos repressivos, se necessário, a atuação da contrarrevolução em todos os níveis”.¹⁴⁵ Mas ela não se restringe a isso:

Durante a sua ditadura, o proletariado deve submeter a pequena burguesia – à sua disciplina de trabalho. Deve ensinar-lhe a praticar o exercício do trabalho coletivo, a cooperação, a abnegação e o desprendimento. Deve demonstrar-lhe que essa forma de trabalho é mais eficiente; deve provar que só uma forma superior de organização do trabalho coletivo pode dar impulso ao desenvolvimento das forças produtivas e elevar a mentalidade do indivíduo,

¹⁴² Ibidem, p.106-107.

¹⁴³ Ibidem, p.110.

¹⁴⁴ Ibidem, p.138-139.

¹⁴⁵ Ibidem, p.125.

transformando-o num indivíduo-social.¹⁴⁶

A ditadura do proletariado também possui, então, um caráter transformador. É através dela que será organizada uma nova forma de relação de trabalho, sob uma nova disciplina. Além disso, é nesse período em que se buscará a elevação da consciência de todos os indivíduos da sociedade, de modo a convertê-los em trabalhadores de um novo mundo, onde esteja abolida a exploração do homem pelo homem.

Essa ditadura, de uma imensa maioria de explorados, exercida sobre uma reduzida minoria de exploradores tem, portanto, como objetivo último, “*melhorar a vida da maioria do povo às expensas dos exploradores*”.¹⁴⁷ Essa melhoria é essencial para a transição socialista, é o seu próprio objetivo. Sem ela, não podemos falar de plena liberdade. Conforme nos traz, brilhantemente, Bamberger:

O povo, contudo, para ser livre, capaz de exercer por si mesmo a sua democracia, deve ser culto; para obter a sua dignidade, deve dispor pelo menos das condições mínimas indispensáveis a uma existência humana condizente com os direitos de homens civilizados. Deve portanto dispor de trabalho, educação, moradia, assistência médica e hospitalar, alimentação suficiente, etc. Não pode pois existir uma democracia política efetiva sem uma democracia econômica. Uma pressupõe a outra. E o homem com carências não pode ser um homem livre. O conceito abstrato de liberdade é vazio; liberdade é sempre concreta, caso contrário, é uma caricatura de liberdade.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Ibidem, p.126.

¹⁴⁷ Ibidem, p.129, grifo no original.

¹⁴⁸ Ibidem, p.141.

Capítulo Segundo

OS COMITÉS DE DEFENSA DE LA REVOLUCIÓN

Iniciamos nosso estudo com considerações fundamentais, de modo a estabelecer um arcabouço teórico capaz de nos dar condições de empreender a análise desse processo com o máximo rigor. Pois bem, cumprida essa primeira etapa, passamos para um segundo momento. Neste, elaboraremos um panorama de como desenvolveram-se as instituições políticas cubanas no período estudado, o meio pelo qual os *comités* atuaram e serviram como canal para a participação popular, conforme temos sustentado. Feito este balanço, iniciaremos nossa exposição dos primeiros anos de existência da organização.

1. Balanço da política cubana pós-1959

1.1. Apoio popular e mobilização das massas

Ainda que não esteja institucionalizada – como já dissemos, isso só começará a ocorrer a partir de meados da década de 1970 –, a participação popular na Cuba revolucionária se desenvolvia de diferentes formas, de modo que não podemos negar a sua existência mesmo em períodos bastante iniciais do processo revolucionário. Sobretudo quando pensamos em termos de reorganização da própria sociedade, é possível observar uma importante atuação das massas, ainda que seja relativamente contida pela vanguarda:

Os primeiros anos da Revolução Cubana foram marcados pelo amplo uso dos mecanismos da democracia direta, como assembleias e referendos de consulta à população. E estes mecanismos da democracia direta não eram o único meio de participação popular nas funções diretivas do Estado. A sociedade civil também podia atuar politicamente através das organizações políticas e de massa [...] Trata-se de uma forma de organização mais verticalizada e organizada centralmente pela vanguarda revolucionária, criadas no âmbito do Estado, com o objetivo de conter a mobilização das massas, conferir uma unidade às forças revolucionárias e, ao mesmo tempo, reestruturar o Estado a partir da criação de um novo sistema político. [...] quase todas as organizações intervieram diretamente nas campanhas públicas de saúde, de educação e de consultas à população para determinar as principais diretrizes do governo revolucionário.¹⁴⁹

¹⁴⁹ FEITOSA, Emilly Couto. **As Assembléias de Poder Popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação e História Política e Social da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, 2000, p. 34-35.

É preciso que se leve em conta o grau de agressões sofridas pela ilha, com o constante patrocínio da política externa estadunidense, para refletirmos sobre essa citação. Assim, se observamos uma maior verticalização da política, ela parece agir no sentido de garantir uma maior coesão das massas em torno do objetivo de assegurar a sobrevivência da Revolução.

Após a implementação do *Poder Popular* em 1976 – tendo ocorrido, em 1974, a experiência modelo na província de Matanzas –, essa participação terá um notável acréscimo, tanto quantitativo, quanto qualitativo. Mas nesse intervalo, de pouco mais de quinze anos, ela ainda assim se fará presente, na medida em que a população era consultada nas “principais decisões do Estado, como por exemplo, quando da aprovação da 1ª e 2ª declarações de Havana, do restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, da feitura do anteprojeto da constituição socialista cubana, do Código da Família entre outros”.¹⁵⁰ É um processo, de fato, internamente contraditório, onde observamos uma marcada verticalização na tomada de decisões ao mesmo tempo em que ela se apoia sobre a constante consulta das massas.

Começamos do princípio. As condições que desencadearam o processo revolucionário cubano favoreceram a tendência de que este fosse aceito e apoiado pela ampla maioria da população. Em primeiro lugar, ela marcava a superação de uma ditadura sangrenta, a de Batista. Além disso, o programa expresso em *A história me absolverá*, “carta de intenções” do M-26-7, era de caráter profundamente popular. Hélio Doyle, acerca do tema, nos traz que:

Nunca uma Revolução havia chegado ao poder com tão grande apoio popular. Ninguém fez uma pesquisa de opinião nos primeiros dias, mas calcula-se que 95% dos habitantes de Cuba receberam com entusiasmo e otimismo o novo governo, que não só substituía uma ditadura extremamente repressora como prometia um período de profundas reformas sociais.¹⁵¹

Mas se havia no povo, ao menos em um primeiro momento, esse virtual consenso em apoio aos revolucionários, a correlação de forças que compunha sua liderança, por outro lado, não era tão monolítica. Assim que chegam ao poder, os revolucionários acabam se dividindo entre dois polos de poder. De um lado estava o gabinete de Urrutia, o poder institucional a frente da Revolução. Paralelamente a ele se encontrava o Exército Rebelde, sob a liderança de Fidel Castro. Enquanto o primeiro titubeava ou retroagia, o segundo tentava aprofundar cada vez mais o programa revolucionário. A correlação de forças no poder pendeu favoravelmente ao Exército Rebelde. “O grande trunfo de que dispunham era a mobilização popular, favorecida

¹⁵⁰ Ibidem, p.35.

¹⁵¹ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit. p.86.

por seu prestígio e popularidade”.¹⁵²

Da mesma forma como a Revolução só se tornou possível pelo apoio das massas, foi graças ao mesmo apoio que ela pode ter condições sociais para aprofundar-se de forma crescente, no sentido da radicalização das mudanças que eram esboçadas em *A história me absolverá*. Esse apoio era demonstrado, por exemplo, nas punições contra os agentes da ditadura de Batista:

Também os julgamentos e fuzilamentos dos responsáveis pelas torturas e 20 mil mortes durante o governo Batista contribuíam para o apoio popular à Revolução. Desde a serra, Fidel havia apelado à população para que não fizesse justiça por conta própria e assegurado que todos os considerados criminosos de guerra seriam julgados. Nos primeiros meses do governo revolucionário, a população não só aplaudia os fuzilamentos como protestava quando alguns acusados eram absolvidos ou condenados à prisão.¹⁵³

Doyle, como outros autores, também ressalta os limites que essa experiência sofreu para o seu aprofundamento. “O que os revolucionários propunham – justiça social, empregos, melhores condições de vida, terra para os que nela trabalham soberania nacional – não era possível no capitalismo dependente de Cuba”.¹⁵⁴ Mesmo assim, uma série de fatores contribuiu para que ocorresse essa radicalização, apesar desses marcos limitadores e, para certos aspectos, em razão deles:

O desenvolvimento da Revolução, o enorme apoio de massas de que dispunha e a necessidade de defender-se das ameaças e agressões dos Estados Unidos e dos contra-revolucionários, levaram à radicalização do processo em um período bastante curto. Os revolucionários estavam seguros de que, para cumprir seus projetos, teriam de romper os limites do capitalismo e do neocolonialismo. A partir de outubro de 1960, não poderia haver retorno: ou avançar cada vez mais, ou assistir à restauração da ordem anterior.¹⁵⁵

É interessante observarmos que o apoio popular recebido possuía, também, um aspecto do moral cubano. Este aparece assim que começam a surgir os primeiros resultados concretos da Revolução, já em seus primeiros dias, ao ocorrer uma significativa melhora na vida da ampla maioria da população, até então marginalizada: “[...] os cubanos, profundamente patriotas, experimentavam um sentimento de dignidade nacional há muito tempo sufocado. Haviam melhorado de vida sem a ingerência dos Estados Unidos e superado um velado complexo de

¹⁵² Ibidem, p.89.

¹⁵³ Ibidem, p.91.

¹⁵⁴ Ibidem, p.93.

¹⁵⁵ Ibidem, p.98.

inferioridade”.¹⁵⁶

Esse apoio não se dava apenas de forma passiva, pelo fato da vanguarda corresponder aos anseios das massas – o que, de fato, também ocorria –, mas existiu uma ativa e consciente participação popular, manifestada de formas bastante originais.¹⁵⁷ O apoio e a participação popular se constituiu, após a vitória revolucionária, de forma bastante orgânica. As massas se viam parte de processos de decisão há muito inexistentes no país e, em alguns casos, que jamais haviam se apresentado. Um processo que foi a síntese dialética entre a necessidade popular por melhoria de vida e a exigência de apoio que a vanguarda possuía para legitimar seu poder recém-conquistado, o que só poderia ocorrer com uma crescente radicalização de suas medidas e, por consequência, do apoio e da expectativa das massas, sucessivamente.

A vitória da Revolução transformou Cuba em uma grande assembléia. A população oprimida pela ditadura de Batista e acostumada a ficar à margem do poder viu-se participando intensamente de cada momento, cada decisão tomada. O sentimento de participação aumentava o apoio à Revolução, que dependia do respaldo popular para se sustentar e avançar.¹⁵⁸

Naturalmente, é preciso que se faça algumas mediações quanto a essa participação, sobretudo nos primeiros anos da Revolução. A relação massas-vanguarda, como veremos, se transforma no decorrer do processo, culminando com a instauração do Poder Popular, em 1976. Até lá, o que encontramos é uma maior concentração do poder nas mãos das lideranças revolucionárias. Segundo Doyle, por si só não configurando como uma estrutura intrinsecamente autoritária:

Há exagero em afirmar que cada cubano era um legislador, pois poucos decidiam realmente, embora a maioria se sentisse solidária e apoiasse as decisões. Mas, embora centralizado, o processo não era autoritário e impositivo. As decisões eram tomadas quando os dirigentes sentiam que seriam bem aceitas pela maioria da população, a base social da Revolução. Depois, eram explicadas pormenorizadamente, nos comícios, nos locais de trabalho ou pela televisão. E, por fim, o povo assumia as decisões como suas, engajando-se em sua defesa e lutando por elas. Quando a sociedade foi melhor organizada, a discussão dos projetos de lei e de temas importantes passou a ser rotina.¹⁵⁹

A organicidade do processo se encontra na medida em que a população busca, cada vez

¹⁵⁶ Ibidem, p.99.

¹⁵⁷ Ibidem, p.111.

¹⁵⁸ Ibidem, p.110.

¹⁵⁹ Ibidem, p.113.

mais, canais para sua participação popular que superem apenas a atuação da vanguarda em seu favor, seguida da recepção dessas medidas. Como dissemos, a dinâmica massas-vanguarda, assim como aprofundou o processo revolucionário e ampliou os anseios e expectativas populares, também o fez no sentido de uma crescente exigência por mais participação ativa. Isso fica claro quando observamos a forma como as organizações de massa – e os CDR, inclusive – surgem e atuam. A implementação do *Poder Popular*, em 1976, foi um reflexo direto disso, sua cristalização, na medida em que, “sem prejuízo dos contatos permanentes dos dirigentes com a população, com o tempo a Revolução não podia mais se limitar aos processos informais e espontâneos de relacionamento povo-governo. Era necessário institucionalizar essas relações”.¹⁶⁰

Ainda que a vanguarda refletisse os anseios da ampla maioria da população, essa mesma maioria, com o crescimento de sua consciência acerca do processo, passa a tentar tomar em suas mãos o poder decisório. Talvez essa seja uma das particularidades mais ricas da experiência revolucionária cubana e, sem dúvida, é importante para que compreendamos a forma como se desenvolveram os CDR no contexto:

O apoio à Revolução existiu desde o início e a participação ativa foi crescendo durante o processo revolucionário. A evolução da consciência popular criava novas necessidades de organização e participação, que por sua vez levavam as exigências e reivindicações a novo patamar, e assim sucessivamente. Ou seja, a população não se acomodou nem foi obrigada a manter uma atitude submissa diante da Revolução. Pelo contrário, uma característica da Revolução é a mobilização permanente da população organizada – e toda a população é organizada – para enfrentar dos menores problemas do dia-a-dia às grandes questões internacionais.¹⁶¹

Isso nos leva para uma questão sensível – brevemente citada – com relação aos primeiros acontecimentos pós-1959: o julgamento dos agentes da ditadura de Batista e das forças contrarrevolucionárias. Muitas críticas à experiência cubana, à direita e à esquerda, partem desses eventos. Além disso, a questão se relaciona diretamente com a participação popular cubana. É importante começarmos desmistificando um ponto nodal desse debate: “uma característica marcante dos guerrilheiros na luta contra Batista foi o respeito aos códigos de honra militares e aos direitos humanos dos prisioneiros. Nunca houve um só torturado ou alguém que tenha sofrido violência”.¹⁶² A forma como os guerrilheiros tratavam os inimigos

¹⁶⁰ Ibidem, p.128.

¹⁶¹ Ibidem, p.116-117.

¹⁶² Ibidem, p.120.

capturados e derrotados foi um importante fator para compreendermos a sua vitória. Diferente da brutalidade com que as forças de Batista agiam para com a população, a guerrilha primava por se apresentar como uma força de combate ética. Assim como isso servia para legitimar moralmente o movimento revolucionário frente a população, levou um número cada vez maior de soldados do exército de Batista à deserção, passando para as fileiras guerrilheiras. Esse foi um dos mais importantes fatores para a vitória da Sierra. É falsa a afirmativa, desse modo, que tenta traçar uma linha de continuidade entre “guerrilheiros barbudos e sanguinários” aos julgamentos posteriores.

Mas como o povo se posicionava frente a esses processos?

Sempre que a realização dos julgamentos era submetida ao povo na praça, a aprovação era praticamente unânime. Os tribunais foram suspensos em maio de 1959, quando cerca de 550 acusados haviam sido fuzilados, mas reativados em outubro – depois de mais uma votação na praça – devido à intensificação das ações armadas contra-revolucionárias. Em entrevista aos jornalistas estrangeiros, Fidel procurava explicar os fuzilamentos e relatava os crimes cometidos pelos acusados, mas sempre encontrava má vontade de alguns repórteres. Um deles disse não considerar justo que os vencedores julgassem os acusados. Fidel respondeu: “*Em Nuremberg, quem julgou Goering, Hess e os criminosos de guerra? Os nazistas?*”¹⁶³

Lembremos que a ditadura de Batista foi notoriamente cruel e repressiva. O ódio da população contra seus agentes poderia ter se manifestado de muitas formas violentas. A vanguarda revolucionária, contudo, sempre buscou deter essa sede de vingança e evitar que ocorressem justicamentos populares, tão frequentes em outras experiências revolucionárias mas, até onde sabemos, inexistentes no contexto cubano. Ainda assim, era necessário tanto eliminar as bases sociais da contrarrevolução, quanto atender o anseio popular por justiça histórica. Comparativamente aos períodos anteriores da política cubana, de características marcadamente violentas, os processos posteriores a 1959 podem ser considerados mesmo como relativamente tranquilos. Lembremos, também, que as agressões estadunidenses – às quais nos deteremos melhor posteriormente – também contribuíram para essa legitimidade punitiva:

As ameaças de intervenção militar dos Estados Unidos e o apoio que os norte-americanos davam aos grupos contra-revolucionários que realizavam ações armadas e de sabotagem no país legitimavam, perante a população, as medidas repressivas contra os opositores da Revolução.¹⁶⁴

¹⁶³ Ibidem, p.122.

¹⁶⁴ Ibidem, p.118.

Prossigamos. Emilly Feitosa faz um balanço institucional desse período que pode nos ser útil. Após 1959, o poder nos municípios e províncias será exercido através de comissários, designados pelo poder central revolucionário. É notável a autonomia dos municípios, com relação às províncias, denotando uma maior concentração de poder nas esferas mais imediatamente locais do que nas regionais, embora a autoridade central do país permaneça bem estabelecida. Essa situação mudará a partir de 1961, quando são criadas as Juntas de Coordenação, Execução e Inspeção (JUCEI). Estas irão tolher parte da autonomia local em nome da maior organização do país, especialmente no que diz respeito aos gastos de recursos. Observe-se que, mesmo sendo orientadas “de cima para baixo”, as JUCEI também eram compostas por integrantes das organizações de massas, mesmo em posições diretivas.¹⁶⁵ Esse cenário tem nova mudança em 1966, quando surgem as Administrações Locais, substituindo as JUCEI:

As Administrações Locais eram dirigidas por um Comitê Executivo formado por um presidente, secretários especializados em pastas específicas, como economia e educação, e representantes das organizações de massa. Além disso, nos municípios aparece um elemento novo, portador das potencialidades do sistema político cubano em construção, no que diz respeito à participação popular: os Comitês Executivos também eram formados por 10 delegados eleitos pela população em assembleias realizadas nos centros de trabalho e nos bairros. A eleição direta desses delegados pela população em assembleias incorpora um importante elemento de participação popular no sistema político cubano, funcionando como base para o modelo de institucionalização adotado nos anos 70.¹⁶⁶

Além do surgimento das Administrações Locais, será implementado um sistema que se mostrará bastante característico de todas as experiências políticas a partir de então: a ideia de *rendición de cuentas*. Periodicamente, pessoas que exerçam cargos políticos e administrativos precisam prestar contas para a população, onde são propostas melhorias e se questionam medidas ainda não tomadas, problemas no funcionamento administrativo do país etc.¹⁶⁷ Este será um poderoso mecanismo para a participação política direta das massas, conforme podemos concluir pelo que foi discutido nos itens anteriores.

As Administrações Locais perderão, pouco a pouco, seus “elementos de participação popular”, na medida em que serão suspensas as eleições diretas de seus membros e as assembleias de prestação de contas. A autora, contudo, não especifica o momento em que ocorre

¹⁶⁵ FEITOSA, Emilly Couto. Op. Cit. p.35-36.

¹⁶⁶ Ibidem, p.36.

¹⁶⁷ Loc. Cit.

essa inflexão. Esses elementos democráticos serão retomados novamente em 1974, no contexto da experiência eleitoral de Matanzas.¹⁶⁸ Experiência eleitoral que criará um sistema “totalmente cubano”, graças ao seu caráter bastante original.¹⁶⁹

No intervalo de tempo em que nos dedicamos nesse estudo, “ocorreu uma ampla e criativa institucionalização, contida dentro dos marcos da transitoriedade, porque o próprio governo revolucionário era transitório. Mesmo o excesso de centralização constituía um processo revolucionário e de transição”.¹⁷⁰ Esse processo foi bastante particular e original e se desenvolveu no sentido de transferir para as massas a tarefa de estruturação do socialismo, mesmo quando o poder encontrava-se mais concentrado nas mãos da vanguarda. Esse sentido de desenvolvimento se apresentou como uma espécie de condição histórica para o processo revolucionário, que almeja a construção do socialismo.

O Estado socialista teria de ser gerado não pelo governo revolucionário, mas pela capacidade do povo de pôr em prática o socialismo: ele teria de nascer da consistência adquirida pela compulsão igualitária na massa do povo e pela correspondente universalização da consciência revolucionária. Em outras palavras, um nível mais complexo de institucionalização política dependia da passagem do “socialismo desde o poder” ao “socialismo de baixo para cima”.¹⁷¹

Esse processo foi notavelmente lento. De fato, a preocupação com a estruturação de uma nova forma de organização estatal aparece tardiamente. Muito fatores corroboraram para isso. As investidas do imperialismo estadunidense contribuíram ativamente para que uma boa parte das atenções revolucionárias estivesse voltada à sobrevivência da Revolução em uma eventual – em alguns momentos, muito possível – intervenção militar direta. Também pode-se citar as dificuldades mais imediatas para o funcionamento do país: fornecimento de combustível e dos demais bens atingidos pelo bloqueio; ter sucesso no combate ao analfabetismo; suprir a repentina carência de quadros técnicos, que emigraram após 1959; encontrar um mercado para escoar a sua produção e, após isso, alcançar uma produção de cana crescente, que se mostrará, em 1970, de meta praticamente inalcançável.¹⁷² Justamente nesse ponto – no fracasso da safra

¹⁶⁸ Ibidem, p.36-37.

¹⁶⁹ FREI BETTO. **Fidel e a Religião**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985, p.29.

¹⁷⁰ FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.258.

¹⁷¹ Ibidem, p.259.

¹⁷² Acerca da Safra de 1970, é preciso que façamos alguns esclarecimentos. A safra iniciada em 1969 tinha como objetivo colher 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, como forma de superar a penúria econômica que assolava o país. Embora tenham sido conseguidos oito milhões e meio de toneladas, ela foi considerada um fracasso. Ao nosso ver, contudo, a derrota não se deu, exclusivamente, em virtude de se ter sido estabelecida uma “meta irreal”, mas sim porque o próprio plano carrega um vício de origem. Ao direcionar praticamente toda a

de 1970 –, Florestan Fernandes observará um marco no processo de institucionalização. A partir de então, este se desenvolverá de modo mais acelerado.

Foi necessária a crise vinculada ao “malogro” da safra de 1970 para que o governo entendesse aquelas exigências e procurasse despertar na população um desejo profundo de mudança, de revolução dentro da revolução (agora, para formar as estruturas políticas de um regime socialista). A revolução atinge, aqui, sua etapa mais construtiva, na qual ela própria suscita o fim do governo revolucionário, liga-se “para baixo” a todos os estratos do povo e assume um caráter democrático-popular, institucionalizando-se como poder popular organizado.¹⁷³

A década de 1970 marcará o amadurecimento político da Revolução Cubana. A partir de então, busca-se enfatizar a participação das massas na tomada de decisões através de vias institucionais. Esse processo culminará com a promulgação da Constituição de 1976, que inaugura uma nova fase para o país.¹⁷⁴

Pode-se concluir, portanto, que o processo de institucionalização revolucionário teve sua conclusão tardiamente. Seu início é encontrado nos primeiros anos da Revolução, o que confere um caráter bastante orgânico para a forma como ele se desenvolveu. Entretanto, levou uma década e meia para ser concluído e essa é uma afirmação bastante importante. Como foi possível, mesmo com essa lentidão, que a Revolução Cubana sobrevivesse a esse período de não institucionalização – ou institucionalização parcial – sem sofrer, internamente, maiores abalos? Novamente, podemos citar Florestan Fernandes, que traz uma reflexão bastante pertinente:

A revolução passou quase 15 anos para passar da problemática da organização do partido para a problemática da organização do Estado. Essa demora só não lhe foi fatal porque ela contou com uma vanguarda invulgar, um bom desempenho do governo revolucionário, o apoio decidido do povo, os efeitos autoprotetores do isolamento imposto pelos estadunidenses e uma segurança econômica relativa graças ao comércio com a União Soviética e outros países socialistas.¹⁷⁵

Harnecker também assinala algumas considerações sobre esse período de quinze anos até a implementação do *Poder Popular*, ocorrida inicialmente em Matanzas. Seu raciocínio nos guiará de volta para uma questão central – a relação da vanguarda com as massas –, por isso

economia nacional para este único objetivo, a Safra dos 10 milhões gerou gravíssimos distúrbios para o cotidiano da população. SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001, p.78-79.

¹⁷³ FERNANDES, Florestan. Op. Cit., loc. cit.

¹⁷⁴ LE RIVEREND, Julio. **Breve historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980, p.134-136.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.269.

nos deteremos brevemente em sua contribuição. Podemos partir de um questionamento feito pela autora, quando ela se pergunta se, até o estabelecimento do *Poder Popular*, é possível dizer que o povo cubano estivesse ausente na direção do processo que se transcorria. Sua resposta é negativa:

Mas tal como o Estado cubano foi uma ditadura para a contra-revolução, foi para o povo – ainda sem a presença de instituições representativas – um Estado essencialmente democrático. Durante todos estes anos tem representado e defendido os interesses dos trabalhadores, da grande maioria do povo cubano e, ao mesmo tempo, não tomou nenhuma medida revolucionária importante sem consultar as massas através de diferentes mecanismos.¹⁷⁶

O sistema de *Poder Popular* configuraria um “passo transcendente” para a Revolução Cubana, mas de modo algum seria a primeira forma de manifestação democrática.¹⁷⁷ Isso ocorreria na medida em que as massas foram um importante agente da política cubana, após a vitória revolucionária, e não apenas na condição de agentes passivos, conforme já mencionamos.

Pensando acerca do Partido Comunista Cubano (PCC) – a partir de sua criação, em 1965 –, temos algo que corrobora com esse raciocínio. A autora salienta que sua liderança e seu caráter organizativo não se basearia na opressão, mas em sua “autoridade moral”. Seus quadros, situados na vanguarda de muitas das tarefas revolucionárias, são considerados como parte do próprio povo na medida em que saíram de suas “entranhas”: seus membros só podem ser escolhidos ao posto pela aprovação das massas.¹⁷⁸ Nos remeteremos novamente ao PCC mais adiante.

Essa dinâmica de se dirigir às massas é, para Harnecker, a força democrática presente no sistema político cubano anterior à 1976. Outra autora, Duarte, é bastante categórica nesse sentido: “a revolução cubana articula a democracia estabelecendo uma descentralização do poder, criando um sistema político que possibilita a participação popular com maior efetividade”.¹⁷⁹ Essa descentralização ocorre – inclusive, mas não apenas – com o movimento de ida às massas. Conforme nos traz, também, Florestan Fernandes:

Essa articulação era politicamente essencial, porque a legitimidade do

¹⁷⁶ HARNECKER, Marta. **Cuba: democracia ou ditadura?** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p.32.

¹⁷⁷ Ibidem, p.36.

¹⁷⁸ Ibidem, p.46.

¹⁷⁹ DUARTE, Fernanda da Rosa. **A Revolução Cubana e a busca pela democracia em Cuba.** Monografia do Bacharelado em Ciências Econômicas. Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013, p.59.

governo revolucionário não procedia da situação de fato, de sua capacidade de subjugação de toda oposição real ou potencial. Ela emergia do apoio e do consenso da maioria, mais que isso, do engajamento dos trabalhadores à revolução e das relações de reciprocidade, daí resultantes, deles com o governo revolucionário.¹⁸⁰

Alonso sustenta um raciocínio semelhante. “Os líderes recorreram às massas desde o início para que suas iniciativas não ficassem na esfera das decisões elitistas. Embora a simplicidade da estrutura de governo se valesse do decreto, a mudança social não era decidida sem recorrer ao consenso popular mais amplo”.¹⁸¹ Indo às massas, os líderes revolucionários não apenas demonstravam poder frente as forças opositoras – o que era, certamente, fundamental nesse contexto histórico –, mas também elaboravam uma nova forma de legitimação para todo o processo, através da busca pelo consenso. Esse recurso aparece logo nos primeiros anos da Revolução, estando presente daí por diante e se fortalecendo com o decorrer do tempo:

Uma mobilização maciça de camponeses até Havana na primeira celebração do assalto ao Moncada, no dia 26 de julho de 1959, acabaria com as esperanças da oligarquia latifundiária de opor resistência à decisão de repartir a terra entre os camponeses explorados, dedicados a trabalhá-la. A partir daquele momento, o recurso da mobilização das massas em torno dos dirigentes se converteu no mais persistente para a manifestação do consenso. Dessa forma, um novo tipo de relação social começou a se impor, e a ganhar uma incidência na transformação da estrutura de classe da sociedade cubana.¹⁸²

O ponto chave para compreender a política cubana no período estudado se encontra aqui: mobilização das massas em busca do consenso. Esse será o mecanismo político mais utilizado e marcará a forma mesma como a política no país se manifestará. Não apenas ir às massas em busca de legitimação, de buscar seu respaldo, mas mobilizá-las ativamente e construir o consenso através de sua atuação. A compreensão do funcionamento dos CDR ganha inteligibilidade quando pensamos essa dinâmica de articulação das massas em busca do consenso – através dos grandes comícios em praças, de reuniões para discussão nos locais de trabalho etc. –, na medida em que eles serão um importante canal para organizar essa mobilização de forma orgânica, a partir dos espaços locais e servindo como lugar onde possa

¹⁸⁰ FERNANDES, Florestan. Op. Cit., p.261.

¹⁸¹ ALONSO, Aurelio. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. **Estudos Avançados**, vol.25, no.72, São Paulo, maio/ago 2011, p.8. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200010&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 08 ago. 2014.

¹⁸² Ibidem, loc. cit.

ocorrer as discussões que estabeleçam a formação desse consenso.

A discussão até aqui apresentada parte do questionamento sobre a existência – ou não – de democracia em Cuba. Cumpre salientar de que forma nos posicionamos frente a este questionamento.

A hipótese de Hélio Doyle – com a qual temos acordo – é a de que existe, sim, democracia em Cuba após 1959. Naturalmente, não é uma forma de democracia que seja adequada aos critérios políticos da democracia capitalista, cujas severas limitações discutimos anteriormente. A forma de democracia em Cuba, segundo o autor, condiz com um sistema político no contexto da transição socialista. Portanto, apresenta diferenças qualitativas importantes que lhes conferem um caráter de mais ampla participação popular, ao mesmo tempo em que possui limites intrínsecos a um período de transitoriedade, exigindo sua constante superação. São destacadas cinco características que precisam ser levadas em consideração para a correta análise desse período. Nos permitimos fazer uma citação um pouco mais longa, na medida em que fica claro o seu rigor analítico, em uma perspectiva marxista. São elas:

- (1) em Cuba há uma nítida definição política e ideológica pelo marxismo-leninismo e, conseqüentemente, por suas três características fundamentais – a propriedade social dos meios de produção, a planificação da produção social e a ditadura do proletariado. A democracia em Cuba, assim, insere-se nos marcos do socialismo e dessas três características, não é e nem pretende ser a democracia das formações sociais capitalistas;
- (2) o processo revolucionário em Cuba distingue-se substancialmente, em vários aspectos, dos ocorridos na extinta União Soviética e em outros países em que houve ou há experiências de construção do socialismo. Há semelhanças em decorrência da matriz de realidade da ex-URSS, mas as diferenças são muitas e essenciais. O processo cubano tem peculiaridades, características originais e uma lógica própria;
- (3) o processo revolucionário cubano está declaradamente em contínuo aperfeiçoamento, não é considerado por seus protagonistas pronto ou, menos ainda, perfeito. É um processo inacabado. Isso vale para a democracia socialista em Cuba, também considerada em constante aperfeiçoamento. Os erros e desvios da Revolução que têm prejudicado o exercício da democracia socialista vêm sendo ampla e abertamente discutidos com a intenção de que sejam corrigidos;
- (4) a democracia em Cuba não pode ser avaliada com base apenas no sistema e no processo eleitorais, ou no funcionamento do sistema de governo, o Poder Popular, que são uma parte importante mas não exclusiva, de sua configuração. A democracia em Cuba comporta diversos momentos e dimensões e distintos mecanismos de representação e participação, e por isso deve ser analisada globalmente;
- (5) Cuba é um país há 34 anos boicotado, ameaçado e agredido pelos Estados Unidos, e que por isso vive em uma situação de guerra, o que se reflete negativamente no desenvolvimento da democracia;¹⁸³

¹⁸³ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.169-170.

Reconhecemos que a afirmação acerca da existência de democracia em Cuba, após 1959, pode ser colocada à prova das críticas que costumam circular na mídia oligopolista e no meio acadêmico, embora os indícios aqui apresentados deixem pouca margem para seu questionamento. Duas dessas críticas, contudo, nos parecem absurdas, ainda que sejam corriqueiras e tenham demonstrado uma destacada visibilidade na imprensa hegemônica brasileira, por exemplo. A primeira delas superestima a capacidade da vanguarda revolucionária em exercer seu poder, atribuindo a uma suposta ação repressiva irrestrita e totalizante a ausência de protestos significativos contra esse processo. Esse raciocínio atribui ao núcleo do poder estabelecido a capacidade de controlar toda e qualquer manifestação contrária à Revolução mediante a violência. No Período Especial em Tempos de Paz¹⁸⁴, a maior crise da história cubana, essas manifestações de descontentamento foram bastante pequenas e, na maioria das vezes, não se referiam ao socialismo em si. São quase inexistentes no intervalo cronológico ao qual nos debruçamos (1960-1975). Doyle afirma que

Não se sustenta qualquer análise que atribua a sobrevivência do processo revolucionário em Cuba, diante de tantas dificuldades enfrentadas no passado e no presente, a um sistema autoritário e opressivo, que submete a população pela força. A Revolução Cubana só sobrevive graças ao enorme apoio popular que tem, à base social de que dispõe. Carece de sentido a tese de que em Cuba não ocorrem manifestações de massas contra o governo, protestos violentos ou o surgimento de uma oposição política de peso na sociedade, por causa da repressão. Seria absolutamente inviável reprimir com violência a maioria, ou pelo menos um segmento expressivo do povo cubano, no atual momento e nas circunstâncias pelas quais passa o mundo, especialmente em um país socialista vizinho dos Estados Unidos.¹⁸⁵

Temos que levar uma questão em consideração, ainda. A responsabilidade pela defesa da Revolução é considerada como dever de todo o povo. Essa não se dá apenas através do exército regular, mas também através das diversas organizações de massas que assumem a tarefa. Na base de todas elas encontra-se os CDR.¹⁸⁶

Essa é uma informação de maior importância. Estrategicamente, é a única forma encontrada pela Revolução para tentar assegurar a segurança do processo sem contar com a

¹⁸⁴ “Após o fim da guerra fria, o bloqueio dos Estados Unidos se amplia, e Cuba já não dispõe das vantagens oferecidas anteriormente pelo Come e do respaldo político da ex-União Soviética; inicia-se o ‘período especial em tempos de paz’, denominação do governo cubano para o novo contexto enfrentado pelo país, considerado o mais difícil desde 1959”. AYERBE, Luis Fernando. Op. Cit., p.83.

¹⁸⁵ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.177-178.

¹⁸⁶ Ibidem, p.249.

ajuda militar externa. Ela se baseia na ideia de “guerra popular prolongada”¹⁸⁷: uma imensa parte da população recebe treinamento militar e se organiza de distintas formas para além das tropas permanentes e “de carreira”, como nas Milícias de Tropas Territoriais (MTT). Armamentos e outros aparatos militares são alocados de forma descentralizada por todo o país, criando uma logística permanente de abastecimento para prováveis conflitos. Seu objetivo é bastante claro: no caso de uma invasão estadunidense, por exemplo – e essa é a ameaça que o povo cubano buscou constantemente evitar e repelir – os custos para o sucesso de tal operação seriam altíssimos. Lutando por todos os pontos do país, sem apresentarem alvos locais claros para as tropas invasoras, milhões de cubanos armados seriam capazes de gerar um novo Vietnã.¹⁸⁸ Alguns autores consideram, inclusive, que a forma como a defesa do país é organizada deveria servir de modelo para muitas democracias, na medida em que transfere o poder repressivo para a própria população e lhe retira das mãos exclusivas do Estado, compartilhando até mesmo a defesa da ordem pública para com as massas.¹⁸⁹

Mas como isso se relaciona com a acusação de que em Cuba se reprimiu de forma indiscriminada?

Não há como negar que em Cuba há um povo armado que, se quisesse, não teria dificuldades em derrubar o governo e o sistema, mesmo se tivesse de enfrentar as Forças Armadas regulares de cerca de 150 mil homens e mulheres. Qualquer tentativa de invasão de Cuba, pelos Estados Unidos ou por grupos de exilados, sofrerá violenta reação dessas Forças Armadas – experimentadas nas guerras da Etiópia e em Angola, por onde passaram mais de 300 mil cubanos – e das milhões de pessoas engajadas nas MTT e demais organizações de defesa.¹⁹⁰

Na mesma forma como essa população em armas serve de força coercitiva contra possíveis invasões externas, internamente ela funciona como um fator contrarrestante de tendências autoritárias, dado o fato de que a dispersão desses cidadãos-soldados não permite que seja possível um controle absoluto sobre si. No caso em que o descontentamento popular atingisse níveis relevantes, não é difícil imaginarmos que, em vez de simples repressão policial, o que teríamos seria uma guerra civil, que levaria a um banho de sangue sem precedentes.

¹⁸⁷ O uso desta expressão, em nosso texto, tem sentido metafórico, não correspondendo ao operacionalizado por Mao Tsé-Tung e outros autores.

¹⁸⁸ *Ibidem*, Loc. Cit. Esta é uma afirmação que possui certa dose de exagero, na medida em que o processo cubano e vietnamita guardam importantes distinções histórico-geográficas. Contudo, optamos por manter o uso da metáfora utilizada pelo autor na medida em que é inegável o custo humano e político que estaria implicado em uma eventual invasão à ilha.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p.250.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.252.

Além disso, cumpre uma outra nota: inexistem, em Cuba, divisões policiais para o controle de tumultos e multidões urbanas, como as típicas tropas de choque, cavalaria e unidades policiais caninas, tão caras às democracias capitalistas em nome da “ordem social”.¹⁹¹ Conforme assevera Doyle: “nunca, realmente, um caso de assassinato político, desaparecimento, violência ou tortura foi comprovado em Cuba desde 1959, apesar das acusações, geralmente genéricas”.¹⁹² E prossegue: “a realidade é que Cuba nada tem a dever aos países capitalistas, inclusive aos desenvolvidos, em termos de respeito aos direitos humanos”.¹⁹³

A segunda acusação é a de que o povo cubano aceitou a Revolução por ignorância ou por manipulação. Na sua forma mais simplória, a população cubana seria simplesmente incapaz de exercer qualquer tipo de discernimento sobre sua realidade concreta. Na “mais complexa”, seriam vítimas das mentiras do governo, o qual impediria qualquer tipo de informação vinda do exterior e manteria o país isolado, fechando-o em sua ilha. Consideramos que essa segunda acusação seja ainda mais frágil que a primeira. Doyle a coloca por terra ao dizer que:

Não tem sentido também a alegação de que esse imenso apoio popular é resultado da manipulação do povo pelos dirigentes, possível graças à desinformação e à falta de consciência da população – ou seja, a um regime que mantém o povo ignorante e o país fechado e isolado. Os cubanos recebem informações sobre o que acontece no mundo não só pela própria imprensa cubana – ao contrário do que geralmente se pensa – como pela rede de emissoras de rádio que transmite do exterior, principalmente dos Estados Unidos, e é captada com facilidade em todo o país. Além disso, há sempre muitos turistas e delegações esportivas, culturais, políticas e econômicas estrangeiras em Cuba. O nível educacional e cultural da população é o mais alto da América Latina e as discussões políticas são intensas. Seria impossível manipular, pela ignorância e pelo isolamento, um povo como o cubano.¹⁹⁴

Nos parece que, para Doyle, a ausência de manifestações “formais” de democracia durante certo período – voto direto, eleições livres etc. – decorreu do contexto conturbado ao qual Cuba estava submetida nos primeiros anos da Revolução. Trataremos, no próximo item, sobre alguns desses condicionantes históricos que podem ter servido como fatores de limitação. As tarefas que se colocavam, tanto para garantir a sobrevivência da Revolução, quanto para levar ao seu aprofundamento e radicalização, passavam a necessidade de institucionalização para segundo plano.

¹⁹¹ Ibidem, p.251.

¹⁹² Ibidem, p.225.

¹⁹³ Ibidem, p.231.

¹⁹⁴ Ibidem, p.178.

[...] o mais importante era cumprir o programa da Revolução. Essa era a idéia dos revolucionários, que poderiam ter promovido eleições sob seu controle e Fidel seguramente teria sido eleito, mas não estavam preocupados em demonstrar esse tipo de legitimidade formal à opinião pública internacional. Eles sabiam que os norte-americanos só reconheceriam eleições feitas sob seu estilo, com predominância do poder econômico, e a falta de eleições incomodava mais fora do que dentro de Cuba.¹⁹⁵

Ainda assim, era preciso encontrar uma alternativa para essa questão, sob o risco de crescentes tensionamentos entre a vanguarda e as massas. O caminho encontrado, nessas circunstâncias, foi a criação de mecanismos alternativos, capazes de suprir, mesmo que parcialmente, a necessidade de crescente participação popular.¹⁹⁶ É o caso, sobretudo, dos CDR.

Antes de avançarmos, precisamos destacar que os anos 1970 trouxeram consigo não apenas o processo de institucionalização do Poder Popular mas, junto consigo, um conjunto de orientações organizacionais até então inexistentes no país. Em certo sentido, esse foi um período de descenso na típica criatividade que marcou a experiência cubana, a partir do momento em que eram transplantadas características do socialismo soviético para o país, sem que necessariamente houvesse adaptações para a realidade cubana.¹⁹⁷

Esse modelo foi paulatinamente transplantado para Cuba ao longo da década dos 70, desde a experiência socialista europeia, e pôs fim, por um período de algo mais de uma década, ao esforço criativo intelectual e prático que caracterizou o espírito revolucionário de busca de seu próprio modelo ao longo dos anos 60. No terreno econômico, caracterizou-se por uma reorientação inicial ao mecanismo de mercado e ao pensamento econômico que o acompanha. No terreno cultural e político se fizeram presentes fenômenos até então alheios à práxis cubana, como o dogmatismo, a burocratização do estilo de trabalho das organizações sociais e políticas, a progressiva tendência ao centralismo burocrático em substituição ao centralismo democrático e a reintrodução de fenômenos de estratificação social, impunidade e aburguesamento ideológico de certos setores e grupos em posições de média e alta responsabilidade.¹⁹⁸

Muitas distorções apareceram a partir daí. O reconhecimento desses equívocos foi manifestado a partir do 4º Congresso do Partido Comunista Cubano. Dentre as denúncias apontadas, destacamos o excesso de burocratismo surgido junto da institucionalização do Poder Popular, que acabou servindo como limitador da iniciativa revolucionária pelas massas.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Ibidem, p.124.

¹⁹⁶ Ibidem, p.177.

¹⁹⁷ Fato emblemático desse período foi o fechamento da revista *Pensamiento Crítico*.

¹⁹⁸ BLANCO, Juan Antonio. Cuba: utopía y realidad treinta años despues. Centro de Estudios sobre América, **Cuadernos de Nuestra América**, vol. VII, no. 15, Havana, jul./dez. de 1990, p. 23 *apud* Doyle, 1992, p.262

¹⁹⁹ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.269-271.

1.2. O peso dos condicionantes históricos: as agressões estadunidenses e a Guerra Fria

Agora é o momento de nos perguntarmos: quais foram os condicionantes históricos que atrasaram a institucionalização política em Cuba durante mais de quinze anos, período ao qual nos dedicaremos, e que podem ter contribuído para a formação dessa estrutura verticalizada apoiada nas massas? Certamente esta não é uma resposta simples, mas parece certo que as dinâmicas históricas geraram obstáculos importantes para uma maior amplitude no espectro da participação política, por certo. Conforme sintetiza, precisamente, Valdés Paz:

[...] el sistema político realmente existente tenía que dar cuenta de las condiciones reales impuestas a su desempeño: en lo interno, a una aguda lucha política y de clase; y en lo externo, a la sostenida hostilidad de los Estados Unidos y sus políticas de acciones contrarrevolucionarias, de aislamiento internacional y de bloqueo económico, cuya matriz esencial continúa hasta nuestros días.²⁰⁰

Não é sem motivo que, apesar de suas restrições e autoritarismos, o autor considere a democracia cubana como uma autêntica conquista da Revolução, dados os limites históricos para a sua imposição.²⁰¹ Se internamente a Revolução precisou enfrentar as profundas contradições trazidas pela luta de classes, externamente – e nos deteremos neste aspecto na presente seção – precisou fazer frente aos avanços contrarrevolucionários, sobretudo aqueles contando com o auxílio ou a ação direta dos Estados Unidos.

Mas esses mesmos limites históricos também serviram para impulsionar a radicalização do processo revolucionário: “a atitude do imperialismo foi um fator importante no desenvolvimento da Revolução cubana. Por cada golpe que lhe dava tomava-se a contramedida necessária e desta maneira foi-se aprofundando rapidamente a Revolução”.²⁰² Este mesmo contexto adverso contribuiu para que se desenvolvesse uma situação política bastante particular, na medida em que aglutinou mecanismos contraditórios, sem que com isso, como dissemos, perdesse o amplo apoio das massas, em uma fórmula que, pelo menos até 1976, uniu verticalização e concentração do poder à ampla participação popular nas tomadas de decisões. Note-se que esse apoio popular é destacado mesmo por autores que não concordam com a

²⁰⁰ VALDÉS PAZ, Juan. Sistema político y socialismo en Cuba. **Política y Cultura**, Distrito Federal, México: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, núm. 8, pp.279-293, primavera, 1997, p.280-281.

²⁰¹ Ibidem, p.293. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26700813>>. Acesso em 29 out. 2015.

²⁰² HARNECKER. Op. Cit., p.10

hipótese de que haja uma forma de democracia bem estabelecida em Cuba.²⁰³ Valdés Paz sintetiza essa “irregularidade” societária, que configura a complexidade da experiência revolucionária cubana, ao dizer que

Los sucesivos sistemas políticos de la Revolución, establecidos a lo largo de casi cuatro décadas, representaron la evolución de un modelo básico de inspiración leninista, caracterizado por una enorme concentración y centralización de poderes, una creciente mediación burocrática, una alta legitimidad, una permanente movilización de masas y su dirección suprema por un partido político de vanguardia.²⁰⁴

As pressões estadunidenses têm um papel fundamental nessas dinâmicas. A relação entre os dois países imbricará o próprio desenvolvimento da Revolução, agindo tanto como fundamento de legitimação – através da constante afirmação do inimigo externo –, quanto limitando as possibilidades de uma ampliação democrática da política em nível institucional. Lembremos que essas pressões foram, muitas vezes, extremamente violentas, conquanto tenham sido exercidas através de todo tipo de subterfúgio. Sabotagens em centrais açucareiras; uso de explosivos; tentativas de envenenamentos, com o objetivo de assassinar Fidel Castro; o financiamento de incursões mercenárias: apenas alguns dos muitos crimes cometidos pelo governo estadunidense e por seus organismos de inteligência contra Cuba.²⁰⁵ Conforme sintetiza Sader:

Esse sistema é resultado antes de tudo da necessidade de unidade absoluta diante de um inimigo tão próximo e tão poderoso que, até a revolução cubana, havia conseguido depor e repor os governos que bem entendeu na região. Se não tivesse constituído uma frente interna absolutamente unificada, Cuba não teria podido resistir a todas as tentativas do governo norte-americano para liquidar a revolução. Denúncias feitas no próprio Congresso norte-americano evidenciaram que a CIA planejou e pôs em prática centenas de projetos para tentar assassinar Fidel Castro e outros dirigentes da revolução cubana. Os desembarques de comandos para realizar sabotagens ou outras ações de terrorismo contra dirigentes do governo cubano se contam aos milhares e nunca deixaram de existir.²⁰⁶

²⁰³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Cuba e o socialismo possível**. Estudos Avançados vol. 25 no.72 São Paulo, mai./ago. 2011, p.230. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 ago. 2014.

²⁰⁴ VALDÉS PAZ, Juan. Op. Cit., p. 281.

²⁰⁵ O trabalho de Tin Weiner é interessante para essa análise. Nele, o autor apresenta uma espécie de biografia da Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense, concentrando-se nas diversas operações feitas por ela na tentativa de desestabilizar governos e regimes que afrontavam os interesses dos Estados Unidos. WEINER, Tim. **Legado de cinzas: uma história da CIA**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

²⁰⁶ SADER, Emir. Op. Cit., p.115.

O exemplo mais emblemático dessas agressões foi, sem dúvida, a invasão de Playa Girón. Iniciada no dia 17 de abril de 1961, a operação foi uma tentativa estadunidense de desembarcar, em Cuba, entre 1500 e 1800 exilados cubanos, para que se estabelecesse uma cabeça de praia na região. As tropas invasoras foram derrotadas dois dias depois do início dos confrontos.²⁰⁷ A operação foi um fracasso retumbante, tendo gerado três consequências: em primeiro lugar, ao obrigar o presidente Kennedy a assumir publicamente a responsabilidade pela ação, representou um duro golpe moral no governo estadunidense, dada a repercussão internacional quase que unanimemente negativa; em segundo lugar, consolidou o apoio interno a Fidel Castro; finalmente, construiu a ideia de que uma nova – e mais derradeira – invasão se repetiria, tornando-se uma ameaça quase que permanente.²⁰⁸ Segundo Gott:

A invasão [de Playa Girón] foi um dos principais erros estratégicos dos Estados Unidos no século XX, reforçando o controle de Castro sobre a ilha, garantindo o desempenho da sua Revolução e ajudando a empurrá-lo para o campo soviético. [...] O resto do mundo, antes mal informado sobre o grau de apoio popular do governo Castro, compreendeu que as afirmações dos exilados cubanos eram uma impostura: a Revolução não estava prestes a cair. Mesmo com o apoio dos Estados Unidos, os exilados haviam fracassado em transformar a sua aversão por Castro num movimento popular para derrubá-lo. Castro estava lá para ficar.²⁰⁹

Assim como a Invasão a Playa Girón, outro evento emblemático das tensões entre Cuba e Estados Unidos foi a Crise de Outubro, ou Crise dos Mísseis.²¹⁰ Essa situação não apenas ameaçou a segurança do país, como colocou a própria segurança do planeta em xeque, com a iminente ameaça de um conflito nuclear entre as duas maiores potências de então. O desfecho da Crise fez com que todo o mundo voltasse os olhos para a ilha caribenha, aguardando ansiosamente o seu desfecho. A causa do conflito se deu pela instalação de mísseis nucleares soviéticos em território cubano, com um objetivo duplo. Em primeiro lugar, o de evitar novas agressões contra Cuba, decorrência direta da tentativa frustrada em Playa Girón. Além disso, esta também foi uma retaliação, por parte da União Soviética, à instalação de mísseis na Turquia, próximos das fronteiras soviéticas, que pendia a balança da Guerra Fria em favor dos Estados

²⁰⁷ FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, 2008, p.105. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2014.

²⁰⁸ *Ibidem*, p.120-121.

²⁰⁹ GOTT, Richard. *Op. Cit.*, p.218-219.

²¹⁰ Recomendamos a análise desse processo realizada por Charles Sidarta Machado Domingos, a partir do ponto de vista da Política Externa Independente do presidente João Goulart. Ver: **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGHIST/UFRGS, 2014.

Unidos. Os mísseis em Cuba seriam uma eficiente maneira de reequilibrar o conflito.

No dia 22 de outubro de 1962, o presidente Kennedy declarou publicamente a situação que se desenvolvia, o que alertou o mundo para os riscos de um iminente conflito nuclear, de proporções catastróficas. Foi anunciado um bloqueio naval a Cuba com o objetivo de evitar o envio de novos armamentos. O ponto alto dessa tensão estava para acontecer: no dia 27, um avião espião U-2 estadunidense foi abatido, por baterias antiaéreas de origem soviética, enquanto sobrevoava a ilha.

O desfecho da crise foi pouco favorável para as pretensões cubanas. No dia 28, Estados Unidos e União Soviética anunciam um acordo que colocava fim nas tensões, sem que, contudo, o governo cubano fizesse parte das negociações. Por fim, os mísseis cubanos seriam retirados, bem como aqueles posicionados na Turquia.²¹¹ Realizando um balanço, a Crise de Outubro se apresentou como uma dupla derrota para Cuba. Seus instrumentos para evitar ou deter um futuro ataque por parte dos Estados Unidos foram retirados. Ainda que houvesse uma declaração formal de que os Estados Unidos não atacariam Cuba, não havia garantias materiais expressivas que inibissem futuras investidas. E, para piorar o cenário, tudo isso ocorreu através de uma pequena traição por parte de seus aliados soviéticos:

Em Cuba, o ânimo era sombrio. A crise dos mísseis foi um dos poucos acontecimentos importantes da história da Revolução que Castro não foi capaz de virar a seu favor. Ele não estava habituado ao fracasso e à humilhação, e muito menos nas mãos do aliado que tão recentemente cortejara.²¹²

Mas as pressões não se davam apenas através da violência direta, da sabotagem e de ameaças militares em geral. Um dos maiores ataques feitos contra Cuba foi o bloqueio²¹³ econômico imposto pelos Estados Unidos e que perdura até os dias de hoje. Suas consequências para a vida, no interior do país, foram profundas. Sobretudo após a sua expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA), Cuba ficou virtualmente impossibilitada de comprar e vender com países próximos, além de ter perdido, praticamente de um só golpe, o importante mercado estadunidense para o açúcar.

A alternativa soviética foi o caminho encontrado para que o país pudesse suportar as

²¹¹ LEÓN, Arnaldo Silva. La Revolución en el poder. IN: CIVEIRA, Francisca López; VEGA, Oscar Loyola; LEÓN, Arnaldo Silva. **Cuba y su historia**. La Habana: Editorial Gente Nueva, 2005, p.240-243.

²¹² GOTT, Richard. Op. Cit. p.237.

²¹³ Diéguez sustenta ser impreciso o uso do termo “embargo”, sendo mais preciso o uso de “bloqueio”. O embargo diz respeito a conceito jurídico que tem por finalidade impedir a disposição de bens, com o objetivo que se atenda uma determinada obrigação. O bloqueio, por sua vez, é uma estratégia de asfixia e isolamento com o fim – no caso cubano – de simplesmente destruir a Revolução. DIÉGUEZ, André Zaldívar. **Bloqueo**: el asedio económico más prolongado de la Historia. La Habana: Editorial Capitán San Luiz, 2003, p.200-201.

pressões causadas pelo bloqueio. Ainda que obtivesse preços bastante favoráveis, era preciso enfrentar longas distâncias para o escoamento de sua produção e para o recebimento de bens que não fossem produzidos no país, que representavam uma grande variedade de produtos e matérias-primas. Além disso, naturalmente, seu mercado ficava praticamente restrito aos países que compunham o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON). Essa falta de alternativas comerciais trouxe uma insegurança que se mostrou justificada com a dissolução da União Soviética, momento em que Cuba sofreu pesadamente o Período Especial em Tempos de Paz.

Está claro que Cuba enfrentou, desde os primeiros anos da Revolução, o difícil contexto de uma verdadeira economia de guerra. León apresenta precisa síntese dos eventos que culminaram com o bloqueio econômico sobre o país:

A la supresión de la cuota azucarera y el embargo petrolero, se sumó, el 19 de octubre de 1960, la prohibición de venta de piezas de repuestos y maquinarias, con lo cual se perseguía paralisar la maquinaria agrícola e industrial y el transporte. La llegada de John F. Kennedy a la presidencia, el 20 de enero de 1961, agravó la situación. El 2 de marzo de 1961, antes de la invasión de Playa Girón, se anunció la posible aplicación a Cuba de la Sección 5, inciso B, de la Ley de Comercio con el Enemigo, que prohibía todo comercio de importación y exportación. En febrero de 1962, se llegó al embargo total, por el Decreto No. 3447. Hipócritamente, se decía que se autorizaban medicamentos y algunos alimentos, sobre todo para niños. En la práctica, estos terminaron siendo prohibidos. El 24 de marzo de 1962, se anunciaba la prohibición de entrada a territorio norteamericano, desde terceros países, de cualquier producto elaborado, en todo o en parte, con materias primas de origen cubano, y a fines de ese año, el Departamento de Comercio daba a conocer que se podría negar ayuda económica o asistencia técnica a aquellos países cuyo barcos transportasen a Cuba una larga lista de productos que el propio Departamento había establecido. Desde ese entonces, es legítimo hablar de bloqueio económico, pues se trata de impedir el comercio con otros países.²¹⁴

Além das agressões citadas anteriormente, Cuba precisou enfrentar mais um desafio, que também foi, em grande parte, de responsabilidade da política externa dos Estados Unidos da América. Assim que começaram a ser tomadas as primeiras medidas sociais de maior radicalidade – demonstrando que esta não seria apenas “mais uma” revolução nacionalista burguesa –, importantes setores da sociedade começaram a emigrar. Suas consequências foram bastante severas, na medida em que quadros técnicos abandonavam o país e deixavam setores fundamentais da sociedade, como a saúde, desprovidos de pessoal capacitado. Uma parte expressiva dos esforços revolucionários nos primeiros anos se concentrou em tentar suprir essa

²¹⁴ LEÓN, Arnaldo Silva. Op. Cit., p.244-245

carência repentina.

Em certa medida, esse foi um fenômeno “espontâneo” e fruto do status da luta de classes pós-revolucionárias. Grupos sociais advindos das elites do país e de setores da pequena-burguesia, na medida em que eram duramente atacados em favor dos interesses da classe trabalhadora, voltaram-se contra o processo revolucionário e emigraram, fundamentalmente, para os Estados Unidos. Ao perderem seus privilégios, abandonavam o país e se voltavam ativamente contra o governo no poder. Dessas classes e setores de classes formaram-se os núcleos anti-revolucionários, sediados na Flórida, que compuseram organicamente a oposição externa à Revolução.

Contudo, além desses grupos, outros setores da sociedade também fizeram parte dessas ondas migratórias. Alguns deles o fizeram como forma de deixar as duras condições de vida que ainda eram encontradas em Cuba, apesar de todos os notáveis e profundos avanços sociais revolucionários, quando comparamos com a situação do país pré-1959. Estes correspondem à frações da população com uma consciência de classe menos desenvolvida e que se diferenciam da maior parte da população, no que diz respeito à análise concreta de sua realidade. De fato, são a exceção que confirma a regra que temos defendido, que a Revolução Cubana manteve índices maciços de apoio popular.

Pois bem. Se setores da população cubana não estavam dispostos a construir uma nação socialista, os Estados Unidos ajudariam a eliminar qualquer tipo de dúvida que poderia existir na emigração eliminando um de seus principais obstáculos: a necessidade de se obter um visto. É aí que podemos encontrar a principal responsabilidade estadunidense nas crises migratórias, iniciada massivamente no início dos anos 1960 e que perdurou ainda por muitas décadas.

A Lei de Ajuste cubano norte-americano [de 3 de outubro de 1966] do presidente Johnson concedia residência automática a todos os cubanos sem documentos que desembarcassem em solo norte-americano. Acordos migratórios posteriores, assinados pelo presidente Clinton em 1994 e 1995, rezavam que todos os cubanos interceptados no mar pela guarda costeira seriam enviados de volta para Cuba. Um fenômeno novo surgiu então como resultado. Lanchas velozes recolhiam imigrantes em Cuba por grandes somas em dinheiro e, evitando as guardas costeiras cubana e norte-americana, os desembarcavam na Flórida. Uma vez tendo pisado em terra firme, os cubanos passavam a ter direito de residência nos Estados Unidos.²¹⁵

Através de leis eram criadas condições para que fosse incentivada a saída de importantes partes da população do país. Na forma como essa legislação era concebida, se favoreciam

²¹⁵ GOTT, Richard. Op. Cit., p.244.

aqueles que emigravam de forma ilegal, com o fim de se construir uma imagem de país de onde todos queriam fugir.

Ao mesmo tempo, a Revolução soube utilizar essas leis em seu favor. Foi o caso quando libertou criminosos para que abandonassem o país, fossem para os Estados Unidos e, assim, tornavam-se um problema “em outro lugar”. Também ao incentivar ondas migratórias, autorizando em determinado momento que qualquer barco estrangeiro que chegasse à costa pudesse embarcar cidadãos cubanos livremente, gerando uma força de pressão contrária, na medida em que o governo estadunidense precisaria lidar com milhares de pessoas em um curto espaço de tempo. Mas mesmo essas táticas de resistência possuíam seus limites. “A capacidade de Castro de abrir as torneiras de uma migração ilimitada era uma arma poderosa a ser usada contra os Estados Unidos, embora com algumas características de bumerangue, já que repercutiam contra Cuba”.²¹⁶

Todas essas ações, por certo, influenciaram decisivamente na capacidade cubana de se desenvolver e, sobretudo, elaborar instituições cada vez mais democráticas. A Revolução Cubana viveu intensamente as mazelas da Guerra Fria tendo sido um palco de disputa no duelo Estados Unidos-União Soviética. Além disso, conviveu com atos de terrorismo e sabotagens constantes, tendo ainda que lidar com o risco de uma iminente invasão por tropas estadunidenses. Mas essa não foi a única consequência desse contexto histórico específico.

Antes de concluirmos, é preciso lembrar que as constantes pressões estadunidenses também contribuíram para “empurrar” Cuba na direção do campo soviético. Ao combater um país que se aproximava ideologicamente de seu maior inimigo internacional, os Estados Unidos contribuíram, contraditoriamente, para aproximá-los ainda mais.

O incoercível antagonismo dos Estados Unidos, cujo propósito em isolar Cuba do Ocidente e esperar que o peso das dificuldades internas, gerando descontentamento, terminasse por derrubar o regime revolucionário, não ofereceu a Castro, portanto, outra perspectiva senão recompor suas relações com Moscou, não obstante todos os ressentimentos e desconfianças.²¹⁷

Parece ser pacífico, para a historiografia, o impacto que a influência estadunidense trouxe nos limites de uma democracia possível em Cuba. Suas pressões fizeram com que o país se visse, logo após a vitória revolucionária, em um estado constante de guerra. Doyle é bastante enfático nesse sentido:

²¹⁶ Ibidem, p.302.

²¹⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.538.

O raciocínio é muito simples: até que ponto podem existir relações plenamente democráticas e se eliminar a coerção em um país em guerra? Porque Cuba, inegavelmente, é um país em estado de guerra, com um inimigo a poucos quilômetros de suas costas. E um inimigo muito mais poderoso em termos econômicos, muito mais forte em termos militares e muito mais influente na comunidade internacional, em termos políticos.²¹⁸

Outra consequência é a relação que a população desenvolve para com os adversários do sistema que se construía. Não parece haver dúvida de que essa ameaça também tenha agido como um fator de simplificação das disputas, gerando uma polarização entre aqueles que apoiam a Revolução e seus opositores, reduzidos a agentes do imperialismo estadunidense. O que, naturalmente, não pode ter sido o caso para a totalidade dos que se posicionaram de forma crítica ao poder estabelecido. Ainda assim, essa lógica dicotômica teve um impacto bastante determinante para o desenvolvimento da democracia socialista, enquanto amplificador dos possíveis conflitos que ocorressem.

Esse estado de guerra leva inevitavelmente à identificação dos adversários da Revolução como inimigos e aliados dos Estados Unidos – logo, traidores. A lógica é extremamente simples e sua racionalidade não pode ser desprezada, pois não é cubana, é universal: se um país está em estado de guerra ou guerra declarada com outro, quem luta contra as instituições nacionais apoia o inimigo e faz seu jogo.²¹⁹

Por outro lado, essa simplificação dos conflitos também agiu de forma aglutinadora, fazendo com que a ameaça estadunidense adquirisse um caráter intrinsecamente contraditório. Nesse sentido, prossegue Doyle:

É o apoio popular à Revolução e a incorporação do conceito de inimigo aos Estados Unidos e aos contra-revolucionários, que fazem com que as ações norte-americanas contra Cuba tenham um efeito duplo – atingem o objetivo de impedir o pleno desenvolvimento da Revolução nos campos econômico, social e político, mas contribuem ideologicamente com os revolucionários ao promoverem a unidade do povo contra o inimigo comum.²²⁰

É pouco provável que alguém possa afirmar com segurança que Cuba teve todas as condições de se desenvolver enquanto Estado democrático, independentemente da perspectiva que se tome. Naturalmente, afirmar essa espécie de “estado de sítio continuado” não significa

²¹⁸ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.178.

²¹⁹ Ibidem, p.180.

²²⁰ Ibidem, p.181.

fazer tábula rasa das responsabilidades da vanguarda revolucionária pela centralização política dos primeiros anos da Revolução. Significa, de fato, ter a real compreensão da profunda complexidade das dinâmicas históricas as quais Cuba esteve submetida durante essas décadas. Significa, também, o reconhecimento de que não é possível falar em democracia e participação popular, no caso cubano, sem levar em consideração esses profundos limites aos quais essa experiência se viu confrontada. Não compreender isso seria o mesmo que não ser capaz de dimensionar a desvantagem óbvia que um país do tamanho de Cuba – desvantagem geográfica, social, econômica e militar –, possui frente a maior potência imperialista do século XX.

1.3. Teria sido Fidel Castro um ditador?

A pergunta que intitula esse item é de difícil resposta. Polêmica, como muito do que diz respeito ao processo revolucionário cubano, mas fundamental para a compreensão das dinâmicas que buscamos aqui. Refletindo acerca dessa interrogante, Fidel Castro declarou:

O que é um ditador? É alguém que toma decisões arbitrárias unipessoais, que passa por cima das instituições, por cima das leis, que não obedece a nada além de seus próprios caprichos ou sua vontade. E, nesse caso, se poderia acusar o papa de ditador ou o presidente Bush. Bush pode tomar decisões terríveis sem consultar ninguém, pode até desatar uma guerra nuclear sem consultar o Senado ou a Câmara de Representantes, ou nem mesmo seu gabinete. Nem os imperadores romanos tinham o poder do presidente dos Estados Unidos! Qualquer presidente norte-americano tem mais possibilidades de ditar ordens – e ordens decisivas e dramáticas – que eu. Veja, eu não tomo decisões unipessoais. Este não é sequer um governo presidencialista. Nós temos um Conselho de Estado. Minhas funções de dirigente fazem parte de um coletivo de direção e uma direção coletiva. Eu não posso nomear ministros nem embaixadores. Não posso nomear nem o mais humilde funcionário público neste país. Eu realmente tenho autoridade, claro, tenho influência, por razões históricas, mas não dou ordens nem governo por decreto.²²¹

Como esperamos ter deixado claro, a política em Cuba, após a Revolução, carrega uma especial complexidade e é intrinsecamente contraditória. Se esses quinze anos aos quais estamos nos dedicando são marcados pela ausência de instituições políticas democráticas bem estabelecidas, também são carregados de um profundo e intenso movimento de massas em seu apoio. Movimento de massas que não pode ser explicado, dadas as suas dimensões, apenas pela

²²¹ RAMONET, Ignacio. **Fidel Castro**: biografia a duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2006, p.494-495.

personalidade magnética de seu líder. De certa forma, essa complexidade é reconhecida na citação de Castro que acabamos de expor.

Ora, é natural que ele possua uma grande autoridade no país. A partir de Moncada, Fidel Castro vai se tornando um dos maiores líderes do país, até se converter em um ícone, em um herói nacional, que se confunde com a própria história da Revolução. Em *A história me absolverá*²²², ele sintetiza os anseios vividos pelas grandes massas cubanas, suas dificuldades e suas reivindicações. O livro, uma defesa em um tribunal, torna-se o programa de toda a Revolução. Quando ela assume o poder, o programa é aplicado em profundidade, a tal ponto que supera os limites impostos pelo sistema capitalista e não pode mais seguir sendo desenvolvido se não superá-lo. A radicalidade de seu programa radicalizou a Revolução.²²³

“Ser radical é agarrar a coisa pela raiz”.²²⁴ Foi o que Castro e as demais lideranças do M-26-7 fizeram, ao tomar o poder. E ao serem radicais, conquistaram o apoio das massas, como poucas vezes na história aconteceu. Mas se a individualidade de Fidel Castro não pode ser desprezada, cumpre observar que ele não liderou esse movimento sozinho e nem foi o único a dar ordens e definir seus rumos. Mas foi, claramente, o maior de seus ícones. Seu carisma e sua liderança nata o ergueram acima dos demais revolucionários, tornando-o a principal face da Revolução Cubana, seu símbolo. Ao lado, naturalmente, de Ernesto “Che” Guevara. Esta poderia ter sido a fórmula para um autoritarismo absoluto. Mesmo assim, não parece ser o caso.

Não existem representações oficiais de líderes revolucionários ainda vivos. Não há estátuas ou nomes de ruas homenageando Fidel Castro. Se Cuba vive um sistema de culto à personalidade, por que não houve o culto a sua personalidade de forma oficial, como muitas vezes encontramos na história?

Castro exerce um grande poder sobre as massas e esse fato pode ter sido negativo, de algumas formas, para uma democracia crescentemente ampliada no país. Ele pode ter sido – e, ao nosso ver, deve ser o caso – uma espécie de agente centralizador. Mas não parece fazê-lo por uma imposição institucional, muito menos por ser um demagogo, um manipulador. Ele conquistou esse poder e essa legitimidade historicamente. Como nos diz Florestan Fernandes:

É preciso insistir sobre isso, para terminar com certas confusões sobre o castrismo ou a natureza do regime político existente em Cuba. Não há mais condições políticas para a eclosão de um populismo (mesmo íntegro e

²²² CASTRO RUZ, Fidel. **A história me absolverá**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

²²³ “La coherencia revolucionaria condujo a la incoherencia con su programa y exigió su superación”. BAMBIRRA, Vânia. **La revolución cubana: una reinterpretación**. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

²²⁴ MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. IN: **MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.157.

genuinamente democrático). Nem para que Fidel Castro atue em função de algum tipo de paternalismo ou de caudilhismo (os analistas que procedem a descrições orientadas nesse sentido talvez não entendam o que está ocorrendo graças à implantação do socialismo). O que tem realidade é um poder real da maioria, o qual pode ser identificado com Fidel Castro, representado por ele etc.; e esse poder real é um poder da maioria, pela maioria e para a maioria, que só pode objetivar-se em uma pessoa em termos condicionais e institucionais.²²⁵

Torna-se especialmente difícil fazer essa análise pelo fato de Cuba despertar tantas paixões. Boa parte de seus opositores enxergam no país a verdadeira representação de tudo que é distorcido politicamente, uma espécie de grande *gulag* em pleno mar do Caribe, onde um tirano barbudo – depois, o irmão – exerceu seu poder absoluto sobre as massas alienadas e enfeitiçadas por suas mentiras e manipulações. Mas Cuba tampouco foi uma ilha de fantasias, onde uma revolução trouxe o socialismo, livre de desafios internos, e aplicou-o em toda a sua glória. A Revolução Cubana foi – não deixaremos de repetir – um processo complexo e contraditório.

É essa complexidade que buscamos apreender aqui. Sua primeira década e meia trouxe uma marcada centralização do poder político, em muito graças ao fato de que o país mal saía de uma convulsão interna para ser lançado no tabuleiro da Guerra Fria, tendo sido assediado repetidas vezes, de forma criminosa, justamente por aquele país que seria o bastião da “democracia ocidental”. Cuba buscou uma forma alternativa de organizar-se, em muito, bastante original, de caráter socialista. Essa forma não condizia com aquilo que, como dissemos, pode ser entendido por democracia capitalista. Nesses primeiros anos, viu-se duramente atacada, limitando sua capacidade de desenvolvimento.

Um ponto complexo – e, por isso, polêmico – para essa análise diz respeito ao Partido Comunista Cubano, criado em 3 de outubro de 1965, a partir da fusão das distintas organizações políticas que compunham a vanguarda revolucionária. O PCC é o grande responsável pelo estabelecimento das diretrizes político-ideológicas do país, o que lhe confere uma importância absolutamente central, na medida em que Cuba possui, desde então, um sistema político de partido único. É interessante observarmos que ele surge pela união das forças políticas existentes do país nesse contexto. Os demais partidos e organizações, identificados com os setores da burguesia, desaparecem após 1959, no geral, pela total perda de sua base social de apoio e pelo exílio de suas lideranças em Miami. A única exceção pertence ao partido de Batista,

²²⁵ FERNANDES, Florestan. Op. Cit., p. 262. Ver, também, a excelente biografia escrita pela jornalista e pesquisadora Cláudia Furiati. FURIATI, Cláudia Maria Thiebaut. **Fidel Castro**: biografia consentida. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

o Partido de Acción Progresista, realmente dissolvido pelos revolucionários.²²⁶

É preciso termos cuidado na análise para que se possa compreender a complexidade intrínseca à relação do PCC com a sociedade cubana, dado o fato de que ele não se constitui, simplesmente, como a manifestação tirânica de um partido único que se impôs sobre os demais. Doyle nos é de grande valia, novamente:

As preocupações fundamentais dos cubanos para assegurar a construção da democracia socialista em um regime de partido único, podem ser assim resumidas:

- (1) o PCC deve ser o partido de todos os cubanos que apoiam a Revolução, e não apenas de uma classe ou de um setor. Isso não quer dizer que deixe de ser um partido de vanguarda portador da ideologia do proletariado, conforme as concepções leninistas, e que todos devam ingressar no partido, mas que tenha ligações efetivas com a massa e identifique-se com toda a população;
- (2) devem ser rigorosamente separadas as tarefas do partido das atividades do Estado;
- (3) as organizações sociais e de massas – ou seja, parte da chamada sociedade civil – devem refletir o pluralismo da sociedade e funcionar sem atrelamento ao partido, com ampla autonomia;
- (4) o funcionamento do partido deve ser democratizado em todos os níveis, para que ele não seja um freio à disseminação de ideias, à discussão e à crítica nos marcos do socialismo e da Revolução.²²⁷

Fica claro que as funções do PCC diferem – ou devem divergir – muito do encontrado nas instituições partidárias ocidentais típicas. Em vez de ser um ator em disputas eleitorais, ele serve como o canal para que a vanguarda se dirija às massas enquanto liderança político-ideológica. Ainda assim, ele deve conferir a máxima autonomia para a capacidade criativa da população. O caso das organizações de massas é emblemático, ao observarmos que os CDR não são diretamente vinculados ao PCC – embora, naturalmente, tenha sofrido influência e influenciado todas as demais organizações do país –, possuindo uma considerável autonomia. Ainda que não seja o caso para o período ao qual nos debruçamos – já que o Poder Popular só é institucionalizado em 1976 –, cumpre salientar que a divisão entre Partido e Estado faz com que o PCC esteja situado fora das dinâmicas eleitorais do país em absoluto, sendo um importante indício de como se busca afastar essas esferas da vida social cubana e tenta-se evitar sua ingerência:

O papel do partido no socialismo não é o mesmo exercido pelos partidos nas sociedades capitalistas. Uma diferença básica, sempre ignorada, é que em Cuba o PCC não é um partido eleitoral, não disputa as eleições. Não é o partido

²²⁶ DOYLE, Hélio Marcos Prates. Op. Cit., p.213.

²²⁷ Ibidem, p.216-217.

que indica candidatos – nem por seus dirigentes, nem em convenções – são os próprios eleitores reunidos em assembleias abertas e as organizações sociais que escolhem os que disputarão as eleições. O partido é proibido de apresentar candidatos, embora os eleitores possam indicar membros do partido. Ou seja, o sistema eleitoral cubano funciona sem partidos, e não com um único partido, como dizem os opositores.²²⁸

Apesar da centralização de seus primeiros anos, a Revolução encontrou na mobilização de massas o caminho para uma maior participação popular. Não apenas como forma de legitimidade, mas transferindo para o povo muitas das tarefas que, em outros contextos, seriam do Estado. Transferia essas responsabilidades porque essa deveria ser uma revolução do povo. Cumpria a ele a tarefa de defendê-la e assegurá-la, não exclusivamente aos seus líderes. Veremos, adiante, como os CDR agiram no interior dessa dinâmica, em qual profundidade e amplitude. Nos parece claro que essa tenha sido uma lógica política poderosa. Foi graças a ela, principalmente, que a Revolução Cubana pode chegar a suas conquistas, apesar de ser um país com poucos recursos econômicos, acossado pelos seus inimigos e tão distante de seus aliados. Graças a mobilização de massas.

O sistema político cubano recebe [...] o maior apoio popular ativo que um regime conhece, mediante a mobilização maciça do povo nas grandes manifestações, nos trabalhos voluntários, nas missões de solidariedade internacionalista em outros países e em milhares de evidências cotidianas de um consenso popular inquestionável, que nenhum outro regime pode usufruir.²²⁹

É o que a teoria e as fontes históricas parecem nos demonstrar. Não há razões para se minorar essas conclusões. No nível de análise ao qual nos dedicamos, Cuba foi um país onde suas instituições políticas ainda não estavam plenamente estabelecidas. Isso só ocorrerá a partir de 1976. O poder decisório esteve, em parte, concentrado nas mãos da vanguarda revolucionária. Apesar disso, esse poder não foi exercido de forma absoluta ou tirânica. Na medida em que se apoiava nas mobilizações de massas – porque, sem elas, teria fracassado a Revolução –, conviveu profundamente com seus anseios. Ao assumir as responsabilidades pela sobrevivência de todo o processo revolucionário, as massas assumem seu papel na transição socialista. Assim, estabeleceu-se um canal de diálogo entre vanguarda e povo, em uma relação dialética por onde pôde-se superar, com diferentes graus de sucesso, a centralização de poder que se impunha. O povo cubano não considera sua Revolução como completa. Muito pelo contrário. Sendo assim,

²²⁸ Ibidem, p.217.

²²⁹ SADER, Emir. Op. Cit., p.116.

não é necessário apelar para sensacionalismos típicos da grande mídia na hora de tecer críticas contra a experiência cubana. Que elas sejam feitas dentro dos marcos do rigor da análise:

Malgrado as acusações de desrespeito aos direitos humanos – monitoradas pelos Estados Unidos, nação que mantém na base naval de Guantánamo o mais hediondo campo de concentração que o mundo atual conhece –, em 52 anos de Revolução, não se conhece em Cuba um único caso de pessoas desaparecidas, assassinatos extrajudiciais; sequestros de opositores políticos; torturas e prisões ilegais. Não há crianças de rua nem famílias sobrevivendo debaixo de pontes.²³⁰

Precisamos responder a pergunta que utilizamos na abertura desse item: teria sido Fidel Castro um ditador? Temos segurança em afirmar que não. Fidel foi o maior líder da Revolução Cubana, não apenas pelo seu carisma e por seu papel no combate revolucionário até a tomada do poder, mas pela sua inegável capacidade de liderança. Isso significa, naturalmente, que o poder se concentrou em suas mãos, em maior ou menor grau, nos distintos momentos da história cubana. E isso poderia ter sido diferente? Ser líder não significa, em si mesmo, liderar uma população?

A ameaça do imperialismo nos parece ter sido um dos principais fatores para a relativamente lenta instituição da Revolução, ocorrida só em 1976. Nesse intercurso, o que temos é um contexto de grave e violenta ameaça externa, não se restringindo ao campo da retórica (vide os inúmeros atentados ocorridos na ilha). Poucos contextos são mais “centralizadores” do que a guerra ou sua ameaça, ainda mais quando lembramos que a correlação de forças entre Cuba e Estados Unidos era absolutamente desproporcional. Fidel aparece, nesse contexto, como uma espécie de “necessidade histórica” para a garantia da sobrevivência do processo revolucionário. A despeito do fato de que isto seria, de certa forma, lançarmos mão do dúbio recurso da história do “e se?”, é incontornável a reflexão que se debruça sobre quais foram os limites históricos colocados pelo contexto ao qual Cuba encontrava-se inserida. Em nossa avaliação, apesar do cenário de conflito com o imperialismo, a Revolução foi capaz de manter um grau relativamente amplo de participação popular e democracia, o que é um mérito dessa experiência.

Fidel confiou no povo cubano em todo o decorrer da história cubana. Isso fica claro na bibliografia analisada e nossa análise acerca dos CDR reforça esse posicionamento. Desde a vitória, foi estabelecido um canal de comunicação constante com o povo. Esse canal se

²³⁰ FREI BETTO. *Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução*. **Estudos Avançados**, vol.25, no.72, São Paulo, maio/ago 2011, p.224. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2014.

apresentava de forma dispersa – por exemplo, através das organizações de massas do país – e parece ter tido um elevado grau de sucesso.

Além disso, não podemos esquecer um ponto fundamental: ainda que Fidel pretendesse – o que não parece ter sido o caso – assumir o poder de forma despótica na ilha, não estavam dadas as condições para que isso fosse feito. Ao lançar mão dos CDR como organização responsável por muitas tarefas que se apresentavam, assumia-se um contexto em que sem a população não haveria aprofundamento do processo revolucionário. Não haveria revolução alguma, de fato. Funções essenciais para a sociedade cubana competiam às organizações de massas que estavam muito longe da possibilidade desse tipo de controle. Como veremos, ao assumir essas tarefas, o povo cubano atuava ativamente na revolução, reforçando a ideia de que ela não havia sido um “presente” dado pela vanguarda, mas uma conquista de toda a população.

Fidel cometeu erros? É inegável. Em muitos momentos tomou decisões equivocadas que só ocorreram graças ao fato de que o poder se concentrava mais em suas mãos do que em uma estrutura de comando descentralizada. Mas Fidel apresentou um senso de autocrítica constante, reconhecendo seus equívocos e convocando o povo para a ajuda em sua retificação. De fato, manteve uma postura que sempre reconheceu a sua falibilidade humana. Quantas “democracias” atuais possuem lideranças políticas que apresentam esse grau de honestidade? E, se Fidel era um ditador, qual o motivo o levaria a essa constante autocrítica?

Como dissemos, Cuba sempre proibiu – aspecto frequente nas democracias ocidentais – o uso de homenagens públicas oficiais às lideranças e heróis da Revolução que ainda estavam vivos, como a criação de monumentos, estátuas, nomes de rua e de prédios públicos etc. Mas a recente morte de Fidel Castro trouxe um fato bastante curioso – e desconfortável para aqueles que o consideravam como um ditador que incentivava o culto à sua personalidade: foi deixada por Castro uma espécie de “lei testamento” que, após ter sido aprovada pela Assembleia Nacional do Poder Popular, proibiu a utilização da imagem ou do nome de Fidel em qualquer tipo de intervenção pública, tanto nos tipos citados anteriormente, quanto em publicidades, retratos oficiais e assim por diante.

Isso não significa que a sua memória devesse ser apagada, mas sim que não era possível haver condições para que se perpetuasse qualquer tipo de culto à sua imagem após seu falecimento. Que generoso e tímido ditador seria Fidel, ao deixar claro seu desejo de não ser venerado desse modo. Não, Fidel Castro, em nossa análise, não foi um ditador, e a Revolução Cubana não pertencia a ele – ou a Raul, Che e Camilo. A Revolução foi, e continua sendo, um patrimônio do próprio povo cubano.

Passaremos, no subcapítulo que segue, para a análise de como os CDR – enquanto experiência singular de organização das massas – cumpriram as três dimensões de sua atuação: 1. servindo de força contrarrestante às investidas do imperialismo e da contrarrevolução; 2. buscando superar as tarefas que a transição socialista impunha; e 3. servindo como instrumento para a atuação política, nos marcos da democracia socialista. Esperamos que o aporte teórico feito até aqui nos dê condições de cumprir essa tarefa a contento. Antes disso, porém, observemos como foi gestada esta organização.

2. A formação dos CDR

No primeiro momento deste subcapítulo, delinearemos as bases pelas quais formaram-se os CDR. Sendo assim, começaremos analisando os primeiros meses após a sua criação. Em seguida, buscaremos a atuação *cederista* no contexto da invasão a Playa Girón. Esta primeira parte, que se estenderá até fins de 1961, portanto, dirá respeito ao período em que os *comités* foram estruturados e consolidados enquanto a maior organização de massas da Revolução Cubana. Nesse intervalo de tempo, são lançadas as bases que orientarão os anos subsequentes. Conforme veremos, a riqueza de sua atuação já aparece, de forma orgânica, nos primeiros meses após o nascimento desta organização.

2.1. Criar um sistema de vigilância revolucionária

Uma multidão se aglomerava em frente ao Palácio Presidencial, em Havana, na noite do dia 28 de setembro de 1960. Fidel Castro discursava para as massas, convocando-as para que criassem um sistema de vigilância revolucionário capaz de conter as constantes agressões que a ilha sofria. Esta era uma tarefa imediata: no intervalo de sua fala, são ouvidas em torno de quatro explosões²³¹, acentuando a urgência desse novo aparato. A contrarrevolução fervilhava pelo país. A partir desse ato público, parte importante da segurança e da sobrevivência da Revolução era transferida para o povo, para a responsabilidade das massas. A resposta parece ter sido imediata. Centenas de cubanas e cubanos começaram, na mesma noite, a organizar *comités*, embriões da nova organização. Nasceram os *Comités de Defensa de la*

²³¹ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo I. 1959-1961. La Habana: Editora Política, 2008, p.54.

*Revolución*²³², então *Comités de Vigilancia*.²³³

A convocatória foi reafirmada no dia seguinte. Em um programa de televisão, Fidel Castro acentuou que a ofensiva contrarrevolucionária precisava ser detida com o melhor recurso com que contava a Revolução:

(...) a medida que el imperialismo arrecie su ofensiva contrarrevolucionaria, nosotros tenemos que ir ideando nuevas formas de lucha. Como ellos tienen muchos recursos, mucho dinero, todo, pues nosotros tenemos que aprovechar nuestros recursos que son el pueblo, el apoyo del pueblo, la organización del pueblo, barrio por barrio, manzana por manzana.²³⁴

Essa ofensiva seguia intensamente ativa. No dia 5 de outubro ocorre o desembarque de um grupo mercenário na província de Oriente. Durante o confronto, o líder e 21 de seus membros são capturados. Importante destacar que dentre eles havia um cidadão estadunidense. Dois dias depois, um avião dos Estados Unidos lançou equipamentos militares na zona do Escambray.²³⁵ A fonte não menciona a participação *cederista* nesses dois eventos. Apesar disso, são relevantes para ilustrarmos o momento em que os CDR se constituíam. Em 1º de dezembro, um míssil estadunidense explodiu no município de Holguín, causando poucos danos.²³⁶ No dia 8, um grupo contrarrevolucionário é eliminado na Sierra de los Órganos, em Pinar del Río. Outro bando, incluindo uma fábrica de explosivos, é encontrado e neutralizado no dia 29.²³⁷

É interessante observarmos que a heterogeneidade de tarefas realizadas pelos CDR aparece logo após a sua criação, em resposta às necessidade mais imediatas que se impunham. A *Dirección Provincial* do M-26-7 de Havana informou, no dia 15 de novembro, que os *comités* estavam se dedicando para muitas tarefas além de defender a Revolução das agressões do imperialismo. O mesmo foi feito pela *Dirección Municipal* de Santa Cruz del Norte. Em ambos os casos, eram informadas atividades de embelezamento e higienização urbana, bem como era prestado auxílio para a *Campaña de Alfabetización*. Nesse caso, é citado o esforço em preparar locais para que a campanha se desenvolvesse.²³⁸ Essas tarefas eram cumpridas também em outros lugares. O CDR nº 12 del Cerro, em Havana, realizou atividades de plantio e jardinagem com a ajuda de estudantes. O CDR del Cotorro realizou a manutenção de escolas, dos passeios

²³² Ibidem, p.54-56.

²³³ O nome *Comités de Defensa de la Revolución* aparece pela primeira vez, nas *Cronologías*, no dia 10 de outubro de 1960, pouco mais de dez dias depois, em um discurso de Fidel Castro. Ibidem, p.58.

²³⁴ Ibidem, p.57

²³⁵ Ibidem, p.58.

²³⁶ Curiosamente, é mencionada apenas a morte de uma vaca.

²³⁷ Não é citada a localização desse segundo grupo, nem da fábrica. Ibidem, p.61.

²³⁸ Ibidem, p.60.

públicos etc.²³⁹ A responsabilidade pelas tarefas, que podemos considerar como organizacionais da vida cubana, aparece com o surgimento dos *comités*. Não podemos, desse modo, afirmar que fosse exclusivamente uma organização de caráter repressivo, nem mesmo em seu princípio.

O ano de 1960 chega ao fim com dois eventos importantes. Em primeiro lugar, a *Dirección Nacional* do M-26-7, no dia 29 de dezembro, exorta as massas, organizadas através dos CDR, para que redobrem a vigilância. Sua declaração é bastante contundente: “a todo el pueblo cubano a la más serena pero firme vigilancia para descubrir y conducir al paredón de fusilamiento a los enemigos del pueblo”.²⁴⁰

Além disso, no mesmo dia, são criados os símbolos dos CDR. Em seu emblema, podemos observar um camponês portando em uma mão uma espada, na outra, um escudo com as cores da bandeira cubana. O chapéu de palha simboliza a origem popular ao qual a representação se refere. O lema adotado, a partir de um discurso de Fidel Castro, denota sua clara combatividade: “con el escudo o sobre el escudo”.²⁴¹ A expressão, de origem espartana, carrega consigo um sentido de defesa a qualquer custo da Revolução, mesmo que signifique a perda da própria vida. Efeito simbólico semelhante ao “patria o muerte” com o que Fidel encerrava seus discursos.

A ofensiva contrarrevolucionária não cessou em 1961. No dia 5 de janeiro foi assassinado um professor voluntário que ensinava na região do Escambray, no contexto da campanha de alfabetização. No dia 7 e 9, são lançadas armas na mesma zona através de aviões, capturadas por milicianos e por membros do Exército Rebelde. No dia 19, uma tentativa de desembarque é frustrada na região de Pinar del Río.²⁴² Todas essas agressões foram reflexo dos bandos mercenários que se localizavam, sobretudo, no Escambray. Essa tentativa de organizar a contrarrevolução a partir das mesmas estratégias adotadas pela guerrilha revolucionária acabou sendo derrotada. No dia 7 de março era feito o anúncio de sua liquidação. Ao todo, houve 39 mortes e 381 prisioneiros dentre esses grupos.²⁴³

A fonte também menciona o ataque a uma refinaria de petróleo em Santiago de Cuba, que teria sido alvo de um barco pirata da CIA.²⁴⁴ Agentes da CIA também teriam sido responsáveis por um incêndio em um mercado nacionalizado, que acabou gerando uma vítima fatal.²⁴⁵ Os dois ataques podem ser incluídos no amplo rol de sabotagens das quais Cuba foi

²³⁹ Ibidem, p.58-60.

²⁴⁰ Ibidem, p.61.

²⁴¹ Ibidem, loc. Cit..

²⁴² Ibidem, p.62-63.

²⁴³ Ibidem, p.64.

²⁴⁴ Ibidem, p.64.

²⁴⁵ Ibidem, p.66.

alvo após 1959. A primeira baixa *cederista* viria a acontecer no dia 10 de abril. Juan Ronda Lazcano, membro fundador dos CDR, foi emboscado e morto a tiros enquanto realizava vigia revolucionária pelas ruas de Havana. O jovem possuía 22 anos, então.²⁴⁶

O ano de 1961 também trouxe algumas importantes novidades para a estruturação dos CDR. No dia 31 de janeiro foi criada a *Frente de Alfabetización y Plan Asistencial*, com o objetivo de apoiar a campanha de alfabetização de forma sistemática.²⁴⁷ Em 5 de janeiro, por sua vez, é estabelecida a *Comisión de Coordinación de los Comités de Defensa de la Revolución*, na província de La Habana, pretendo fortalecer a unidade entre revolucionários e massas.²⁴⁸ No dia 23 de março ocorre a *I Reunión Nacional de los CDR*, onde se analisou a situação atual das províncias do país e se estabeleceu os objetivos que esta organização precisava cumprir.²⁴⁹ A *Dirección Nacional* dos CDR informou, finalmente, que em fins de março de 1961 já existiam no país 5.581 *comités*.²⁵⁰ Podemos concluir que o esforço de organizar a atuação *cederista* em todo o país de forma articulada se inicia bastante cedo, poucos meses após ter sido convocada a sua criação.

Abril anunciaria o primeiro grande desafio enfrentado pelos CDR e, possivelmente, o maior deles. No dia 15, aviões bombardearam os aeroportos de Santiago de Cuba e San Antonio de los Baños. Também foi alvo o campo da *Fuerza Aérea Revolucionaria*, em Havana.²⁵¹ O maior ataque direto à Revolução Cubana começava a ser preparado, ao se tentar destruir as condições de reação contra uma futura investida. No dia 16, Fidel Castro alertou o país quanto a iminência de uma invasão mercenária, apoiada pelos Estados Unidos, e é declarado estado de alerta em todo o país. Aos CDR é dada a ordem que seja redobrada a vigilância de ações contrarrevolucionárias no interior do país.²⁵² É neste discurso, em honras fúnebres aos mortos pelos ataques do dia anterior, que se declara pela primeira vez o caráter socialista da Revolução Cubana.²⁵³ No dia 17 de abril de 1961 começava a invasão à Playa Girón e Playa Larga.

2.2. Batismo de fogo: Playa Girón

A atuação *cederista* foi determinante neste episódio, muito embora não tenha se

²⁴⁶ Ibidem, p.65-66.

²⁴⁷ Ibidem, p.63.

²⁴⁸ Ibidem, p.64.

²⁴⁹ Ibidem, p.64.

²⁵⁰ Ibidem, p.65.

²⁵¹ Ibidem, p.66.

²⁵² Ibidem, p.66-67.

²⁵³ CASTRO, Fidel. Segunda Declaração de Havana. IN: CASTRO, Fidel. **As declarações de Havana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p.99-133.

desenvolvido, em sua maior parte, no calor dos conflitos, nas praias onde desembarcavam as tropas mercenárias invasoras. Os CDR cumpriram um papel de suporte, essencialmente. Esse caráter de apoio na “retaguarda” continuará, conforme verificaremos, sendo marcante para a organização. De qualquer forma, sua atuação parece ter sido absolutamente determinante para a vitória cubana, girando em torno de dois eixos principais: combater a quinta coluna e prestar auxílio para os feridos.

O comando de Castro para se “redobrar a vigilância” parece ter sido cumprido tanto com celeridade, quanto com eficiência. Redes de apoiadores – e possíveis simpatizantes – aos invasores foram descobertas e desbaratadas poucas horas após ser dada a ordem. A quinta coluna é eliminada em pouco tempo, o que punha fim em parte significativa do plano invasor, na medida em que este previa o apoio sistemático de grupos infiltrados no interior do país, de forma a gerar caos interno e facilitar a formação da cabeça de praia que se buscava com as tropas que desembarcavam. Sem este suporte interno, a invasão mercenária dificilmente teria sucesso. Era essencial, portanto, o esforço em sua eliminação.

Mas como foi possível que está demanda fosse cumprida com tamanha eficiência? Isso se deu pelo fato de que os CDR já desempenhavam um significativo esforço em “mapear” possíveis agentes da contrarrevolução, ainda que não pareça ter havido qualquer medida de repressão contra estes no período anterior ao ataque, ou ao menos as *cronologías* não mencionam qualquer ocorrência do tipo.²⁵⁴ A partir do momento em que a ameaça se mostrava mais evidente, contudo, foi disparado esse sistema rudimentar de inteligência construído através dos esforços da população cubana, organizada em seus *comités*, tornando possível que, em poucas horas, milhares de pessoas fossem capturadas ou postas em vigilância doméstica. “Se recogían los frutos de una preparación que permitió el conocimiento y chequeo de todos aquellos que podrían apoyar la invasión”.²⁵⁵

É interessante salientarmos uma declaração presente na fonte consultada, relativa a forma como esse combate interno se desenvolveu: “en los casos de elementos peligrosos, pero que por su edad u otros problemas no era aconsejable llevarlos detenidos, les pusimos guardia domiciliaria. Un cederista frente a la casa todo el tiempo”.²⁵⁶ Tomando por base esta passagem, podemos supor uma certa sensibilidade por parte dos cederistas no trato com o inimigo, preocupando-se com o estado de saúde daqueles que eram colocados em vigilância.

²⁵⁴ Não queremos dizer, com isso, que a inteligência fosse missão fundamentalmente desenvolvida através dos CDR. Esta tarefa era realizada pelo Serviço de Inteligência cubano, sob a direção de Manuel Piñero.

²⁵⁵ *Ibidem*, p.67.

²⁵⁶ *Ibidem*, p.69.

A fonte não esconde, contudo, o fato de que o anseio da população organizada não era, necessariamente, “humanitário”. Seja qual fosse a orientação expressa pelas lideranças cederistas, ainda estava-se tratando com um inimigo – real ou suposto – que ameaçava o processo revolucionário e a segurança do país. Apesar dessa sanha, que poderia ter sido transformada em justiça, o atendimento aos inimigos detidos parece ter sido bastante respeitoso, conduta não totalmente original, mas de acordo com a forma como a Revolução, na maior parte das vezes, lidou com seus adversários:

A pesar de que nuestro deseo era otro, los atendimos bien, les dábamos comida, cigarros, chocolate. Nosotros pensábamos que muchos de los nuestros quizás ni hubieran comido un pedazo de pan en ese momento en que nosotros facilitábamos alimentos a los contrarrevolucionarios. Sabíamos que tenía que ser así, pero nos daba mucha ira. Lo hacíamos por conciencia.²⁵⁷

Essas buscas não encontraram apenas traidores, mas também artigos de primeira necessidade e divisas. A Revolução era “entorpecida” através de uma carestia que era, em parte, artificialmente gerada.²⁵⁸ Nos detenhamos sobre a questão de quem podem ter sido os sujeitos responsáveis por essas ações. Pois bem, não podemos afirmar que a totalidade destes produtos e valores fosse escondida com o fim consciente de ruir as bases do processo revolucionário. Uma parcela destes indivíduos, certamente, agiam com o auxílio externo da inteligência estadunidense ou organizados por seus próprios meios. Estes seriam aqueles que detinham uma consciência contrarrevolucionária mais sólida. Mas é razoável supor que outra parte destes indivíduos fosse guiada exclusivamente por interesses econômicos individuais. Uma boa dose de medo pela carestia que se avizinhava – ao menos assim deveriam pensar esses sujeitos – pode ter motivado algumas destas ações, tanto para garantir o seu sustento, quanto – motivo mais vil, por certo – para gerar lucros maiores com uma população desesperada por produtos que desapareceriam das prateleiras nas vendas. Esta seria, inclusive, uma agenda de pesquisa bastante interessante para ser desenvolvida, discutindo as motivações desses sujeitos diversos e a forma como esses dois grupos compuseram o que é apresentado, em um sentido amplo, como agentes da desestabilização da Revolução.

Outro conjunto de ações desempenhadas pelos CDR foi o estabelecimento de centros para o tratamento dos feridos em combate, de modo a realizarem os primeiros atendimentos àqueles que caíam, uma necessidade premente em um país que ainda contava com poucos

²⁵⁷ Ibidem, p.68.

²⁵⁸ Ibidem, p.67.

profissionais da saúde, sobretudo após as primeiras fugas iniciadas com a vitória revolucionária. Também buscou-se auxiliar a resistência com todo o tipo de suporte logístico aos soldados, além do suporte médico: preparando comida, realizando o transporte de armas etc.²⁵⁹ Nesse sentido, é seguro afirmarmos que os CDR estabeleceram uma rede de apoio pelo país, de modo a sustentar o esforço em se repelir a invasão mercenária. A exceção, que não aparece nas fontes consultadas, diz respeito à participação direta nos combates, na condição de soldados organizados. Embora *cederistas* possam ter cumprido esse papel, esta não foi uma tarefa desenvolvida pelos CDR na condição de organização. De fato, o *cederista* também era, frequentemente, membro das demais organizações cubanas.

Seria o caso de uma imensa rede de apoio, já previamente organizada, que se coloca em atividade no momento em que surge a necessidade e cumpre seu papel nos embates com eficiência. Essa imensa rede, por sua vez, parece suprir a carência existente nas próprias instituições cubanas após a revolução. O contexto que se abria exigia uma estrutura estatal forte, em condições de levar a cabo as tarefas da revolução e, principalmente, sobreviver aos ataques vindos das forças descontentes, interna e externamente. Os CDR se situam como alternativa à essa carência: a própria população organizada toma para si o dever de prestar todo o apoio necessário. Fidel convoca o auxílio desse setor das massas e é atendido, fazendo com que a invasão mercenária fracasse e que os inimigos não consigam ultrapassar os primeiros metros da praia, evitando a consolidação da cabeça de praia que se pretendia.

No dia 19 de abril, através de um comunicado, Fidel Castro anunciava a derrota das últimas posições mantidas pelos invasores em território cubano.²⁶⁰

É fácil supor o enorme impacto que essa vitória gerou na consciência da população cubana. Não apenas era possível vencer o gigante inimigo do norte, como a população cubana havia logrado fazê-lo na prática. Os *comités*, por sua vez, apareciam como organização com uma atuação absolutamente essencial. Cumpriram a tarefa que se impunha com sucesso, em um dos momentos mais críticos da história revolucionária e, principalmente, contra um dos seus maiores adversários, tanto em beligerância quanto em potencial militar. Os estadunidenses sofriam “una de las más grandes derrotas militares sufrida en su historia y la primera en América Latina”.²⁶¹ Os CDR tinham sucesso em seu batismo de fogo e percebiam que todo o esforço organizativo inicial colhia frutos.

²⁵⁹ Ibidem, p.67.

²⁶⁰ Ibidem, p.69.

²⁶¹ Ibidem, p.69. O tom pode parecer exagerado para o contexto das forças militares estadunidenses, mas não o é para a história do imperialismo na América Latina.

A vitória demonstrava que era possível resistir aos ataques externos, mesmo quando eles detinham uma força militar muito superior. Mas, para isso, era necessário contar com algo além do que apenas o desenvolvimento tecnológico ou, mais tarde, o auxílio material da URSS. Era preciso contar com a força humana, com a corporeidade e intelecto dos cubanos, recurso que a revolução detinha em abundância e, ao que nos parece, com consciência suficiente para reconhecer a importância do seu papel. A atuação dos CDR é demonstração disso. Uma Cuba revolucionária só seria possível se pudesse contar com o esforço e a determinação dos milhões de cubanos que estavam ao seu lado. O ataque certamente poderia ter sido pior e mais devastador. Mas isso significaria arruinar a ilha e arcar com um pesado custo na política internacional e doméstica dos Estados Unidos. A resistência em Girón sepultava as condições de vitória que eram do interesse do capitalismo internacional. De forma sintética: ou a contrarrevolução transformava radicalmente suas táticas, ou fracassava.

No dia 24, John F. Kennedy assumia a responsabilidade pela invasão. No dia seguinte, o governo dos Estados Unidos impõe um embargo total contra mercadorias destinadas à ilha.²⁶² Três dias depois, Cuba parecia responder. Em reunião nacional dos CDR, orientou-se a criação de 100 mil *comités*²⁶³, indicando a compreensão de que a organização detinha um papel absolutamente chave em um contexto de tamanho desequilíbrio material entre agressor e agredido. Contexto, além disso, que não indicava o cessar das investidas.

Segundo Weiner, Kennedy não pretendia permitir que a honra de sua família permanecesse manchada pela vergonhosa derrota em Playa Girón. Todo esforço deveria ser tomado para que a vingança fosse possível. Como dissemos, era preciso reatualizar o *modus operandi* de suas ações:

[...] recrutar e mover a Igreja Católica e o submundo cubano contra Castro, fraturar o regime por dentro, sabotar a economia, corromper a polícia secreta, destruir as plantações com uma guerra biológica ou química e mudar o regime antes das próximas eleições para o Congresso, em novembro de 1962.²⁶⁴

Essa decisão não foi apenas uma alteração de tática, de modo a atingir os seus objetivos, mas foi, também, uma transformação drástica da sua escala. Kennedy, então, disparou a operação *Mongoose*. A partir dela, o presidente

Formou uma equipe com pessoas de todo o mundo, criando a maior operação

²⁶² Ibidem, p.71.

²⁶³ Ibidem, p.71.

²⁶⁴ WEINER, Tim. **Legado de cinzas**: uma história da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.213.

de inteligência da CIA em tempo de paz até hoje, com cerca de seiscentos oficiais da CIA em Miami e arredores, quase cinco mil contratados pela CIA e a terceira maior frota naval no Caribe, incluindo submarinos, barcos de patrulha, lanchas de guarda costeira e hidroaviões, tendo a Baía de Guantánamo como base.²⁶⁵

A imprensa cubana apontava a resposta para o desafio no sentido em que encaminhamos o nosso raciocínio. No dia 28 de maio, afirmava: “Respuesta al terrorismo: Más Comités de Defensa”.²⁶⁶ Quanto mais vigoroso fosse o ataque perpetrado, mais radical seria a busca pelo suporte da população. Quanto mais soldados e agentes estadunidenses fossem mobilizados, mais setores da população eram organizados ao redor dos *Comités de Defensa de la Revolución*. Nesse momento, o lema cederista se transformava. A insígnia espartana era substituída por palavras de ordem que se dirigiam diretamente para sua função de vigilância. O lema escolhido, mantido até o presente, foi “Con la Guardia en Alto”.²⁶⁷

Figura 1
Logotipo dos *Comités de Defensa de la Revolución*



Fonte: NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.209.

2.3. Amadurecimento

Os CDR saíam de Girón significativamente mais confiantes da importância de seu papel na Revolução. Podemos supor que os *comités* tornavam-se uma referência para a população em sua capacidade organizativa na prática e, conforme veremos, ela seguiria sendo expressa no decorrer dos eventos seguintes. Ainda era preciso dar continuidade ao seu trabalho após essa

²⁶⁵ Ibidem, p.214.

²⁶⁶ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo I. 1959-1961. La Habana: Editora Política, 2008, p.71.

²⁶⁷ Ibidem, p.71.

primeira e significativa vitória.

A primeira tarefa de importância relacionada ao abastecimento cumprida pelos CDR foi o *censo de las grasas*, disparado a partir de Havana. Este censo foi organizado a partir de uma resolução conjunta dos CDR junto a outras organizações cubanas, no dia 8 de julho de 1961, e pretendia quantificar qual era a necessidade e disponibilidade dos produtos (manteiga e azeite) para a população naquele momento.²⁶⁸ Logo em 3 de agosto os CDR começariam a distribuição desses produtos para a população a partir do balanço feito no censo.²⁶⁹

Além disso, no contexto do primeiro aniversário cederista era criada a Frente de Reforma Urbana nos CDR. Fidel convocou a organização para que assumisse a responsabilidade sobre as residências e móveis de todos aqueles que abandonavam o país e tornavam-se “apátridas”.²⁷⁰ Um grande volume de construções e seu mobiliário precisava ser organizado e distribuído entre a população que sofria com a falta de moradia, perfazendo um enorme montante em valores imobiliários. Ao invés de ser cumprida por agentes da burocracia governamental, essa tarefa seria desenvolvida pela própria população, organizada nos CDR.²⁷¹

Em terceiro lugar, o mês de outubro iniciava-se com a necessidade de se ampliar o *censo de las grasas* para as demais mercadorias existentes no país. Iniciou-se realizando o controle de quais produtos estavam disponíveis nas vendas e em qual quantidade, de forma que fosse possível o estabelecimento de uma distribuição equitativa. Para o sucesso do racionamento, era igualmente necessário o levantamento de um censo de consumidores. Ambas as tarefas precisavam ser feitas em pouquíssimo tempo. A partir daí, foi elaborado o sistema de *libretas de racionamiento*, de modo a organizar essa distribuição. Já nos primeiros dias de outubro o trabalho de levantamento estava concluído e distribuía-se 450.000 *libretas* em diversos núcleos familiares.²⁷²

Essas três tarefas foram aqui agrupadas para que possamos refletir sobre a questão do racionamento (seja de mercadorias, seja de moradias) a partir da atuação cederista. Duas hipóteses precisam ser consideradas com seriedade para que possamos compreender as dinâmicas envolvidas nesse processo.

Em primeiro lugar: seria possível cumprir tarefas dessa magnitude sem o auxílio de uma

²⁶⁸ Ibidem, p.73.

²⁶⁹ Ibidem, p.74.

²⁷⁰ Ibidem, p.79.

²⁷¹ A *Ley de reforma urbana* foi uma medida implementada pela Revolução em 14 de outubro de 1960, com o objetivo de sanar a falta de moradias existente no país, combatendo a especulação. Os CDR cumpriram um papel fundamental para a implementação dessa lei. Ver: Ley de Reforma Urbana. IN: BELL, José. LÓPEZ, Delia Luisa. CARAM, Tania (orgs.). **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007, p.111-129.

²⁷² NOA, José Antonio Gell. Op. Cit., p.82.

organização que contasse com o alcance dos CDR? Lembremos que o país, saindo da convulsão revolucionária e iniciando o seu processo de estabilização, não contava com uma estrutura estatal sólida o suficiente para dar conta de tarefas como aquelas. Ainda que fosse possível, é certo que a velocidade necessária para que se organizasse algo tão essencial como a distribuição de alimentos dificilmente seria cumprida sem o esforço conjunto de uma ampla parte da população cubana.

Em segundo lugar: o fato do próprio povo estar dando conta dessas tarefas pode ter contribuído para a sua legitimação? Ora, são muitos os desafios que poderiam surgir a partir deste cenário. As moradias estão sendo distribuídas de forma justa? A parcela de alimentos ao qual meu núcleo familiar diz respeito é correta, equivalente as minhas necessidades e as necessidades dos demais? Discutimos no Capítulo Primeiro sobre os efeitos do afastamento da política e poderíamos, naturalmente, associar seus efeitos aos do afastamento da burocracia. Em outros contextos, um corpo de funcionários estranho à população poderia encontrar muitos desafios para cumprir essas demandas, estando sujeito à dúvida e aos questionamentos quanto à justeza de seu trabalho. A Revolução optou – ou foi forçada, mas os resultados são os mesmos – por estabelecer a partir da própria população, organizada nos CDR, a responsabilidade pelo abastecimento. Nossa hipótese é a de que esse fato contribuiu para uma maior eficiência e celeridade no cumprimento dessas atividades e para que este fosse um racionamento organizado pelo povo para atender as suas próprias demandas. No contexto do abastecimento e distribuição, a burocracia se confundia com a própria população e desaparecia.

Em nossa análise, concluímos que, ao fim deste período inicial dos *comités*, já é visível a socialização das tarefas estatais entre a população cubana, essencial em uma perspectiva de transição socialista. Esta socialização ocorre para tarefas que eram importantes e que gerariam um profundo impacto na vida da população. Além disso, a partir de Girón é possível observarmos o começo de um primeiro processo de amadurecimento dos CDR.

Ainda no primeiro aniversário da organização, surgem os *jefes de grupo*. Seu objetivo era o de centralizar a atuação de um número entre 5 e 10 CDR, de modo a facilitar a articulação dos centenas de milhares de *comités* que existiam em Cuba então (já existiam mais de 100 mil CDR, com mais de 500 mil membros no total). Posteriormente surgiriam os *Comités de Zonas*, com o mesmo objetivo de facilitar a articulação entre os distintos espaços.²⁷³

Observe-se que a organização dos *comités* fazia com que estes fossem mais ou menos dispersos conforme a localidade. Nas grandes cidades, chegavam a existir *comités* em cada

²⁷³ Ibidem, p.79-80.

bairro ou rua. Em reunião nacional dos CDR, ocorrida no dia 6 de outubro de 1961, é definida a nova estrutura organizacional dos *comités*, com um sistema de direção nacional, provincial, de distrito, seção, grupos e *comité*, além da reforma de algumas frentes e aparecimento de novas (como a de Abastecimento).²⁷⁴ Passando o primeiro e tempestivo ano, os CDR assumiam novas formas de organização com o fim de dar conta das muitas tarefas que ainda se colocariam pela frente.

É significativa a publicação, no dia 15 de outubro de 1961, da revista *Con la Guardia en Alto*, publicação oficial dos CDR em nível nacional. Segundo consta nas *cronologias*, com esta revista “(...) la organización se hace de un instrumento que se convertirá en importante elemento de organización colectiva, en informador veraz y orientador efectivo, y desempeñaría un destacado papel en la labor ideológica y política de los Comités de Defensa de la Revolución”.²⁷⁵ Dentre as muitas seções que compõem a revista, uma das mais destacadas foi a de publicação de cartas vindas dos diversos CDR. Esta revista funcionou como uma espécie de orientação nacional, na medida em que as dúvidas enviadas por carta eram respondidas pelo boletim, de modo a trazer uma maior coerência na atuação cederista. Além disso, a revista trará relatos das atividades realizadas pelos *comités* espalhados pelo país, notícias de criação de novos CDR e etc., apresentando a atuação da organização para o povo cubano.

A atividade educativa, política e ideológica dos *comités* parece ter sido uma ferramenta poderosa para o fortalecimento da consciência política da população cubana e de sua convicção revolucionária. De fato, antes mesmo do aparecimento da revista eram criados os *círculos de instrucción revolucionaria*.²⁷⁶ Os CDR se apresentam como um sistema massivo de discussões sobre a realidade cubana, sobre política e sobre as tarefas futuras que se colocavam. Novamente, destacamos que a vanguarda revolucionária dificilmente teria tido condições de estabelecer um sistema tão amplo de disseminação e formação ideológica.

O fato desse sistema funcionar a partir da própria população organizada – embora seja muito provável que as diretrizes políticas gerais viessem “a partir de cima” – deve ter servido como fator poderoso de legitimação dessa política. De certa forma, podemos dizer que os CDR realizavam propaganda política do povo dirigida ao povo, não através de agentes da burocracia central ou do partido.

Nos confusos e caóticos primeiros anos da revolução, é bem possível que os *comités* fossem um espaço de referência para o debate e informação da realidade cubana, podendo servir

²⁷⁴ Ibidem, p.81.

²⁷⁵ Ibidem, p.83.

²⁷⁶ Ibidem, p.75.

como uma resposta rápida e, principalmente, cobrindo um amplo território contra as tentativas de sabotagem ou influência sobre as massas contra a vanguarda e o processo revolucionário em si. De certa forma, as lideranças confiavam este importante trabalho político a centenas de milhares de cubanos. Naturalmente, essa demanda não poderia ser controlada em sua totalidade por agentes do poder central. Era preciso confiar que a população mesma cumprisse a tarefa com coerência política e aceitar que estes fossem, em maior ou menor grau, um espaço de debates e críticas. De qualquer forma, é possível que as condições materiais objetivas não permitissem que fosse tomado outro caminho, não sem abandonar essa rica oportunidade de ação.

Exemplo dessa forma de atuação é a exortação ao trabalho voluntário. Na revista cederista publicada no dia 15 de outubro, conforme consta na fonte analisada, podemos encontrar a seguinte mensagem:

Con el trabajo voluntario se puede ayudar a la Revolución en múltiples tareas, tales como: pavimentación de calles, en jardines productivos para aumentar nuestra producción agraria, en refugios antiaéreos para salvaguardar a nuestro pueblo en caso de bombardeo por parte del imperialismo, en la ayuda a Salud Pública para aumentar la salud del pueblo, en la recogida de cualquier sembrado que se vaya a perder y que no tengamos los suficiente brazos, como sucedió estos días en la recogida de café, en las regiones orientales, en el corte de caña, donde nuestro pueblo, organizado en batallones de trabajadores voluntarios, se iba todos los domingos y muchas veces entre semana a los cañaverales y no dejaba una sola caña en pie (...).²⁷⁷

O papel cumprido pelo trabalho voluntário no contexto da Revolução Cubana é inegável. Parte do seu sucesso parece ser de responsabilidade dos *comités*, atuando como incentivadores e organizadores desses esforços coletivos com o fim de dar estabilidade à Revolução e de fazer se aprofundar o socialismo. A própria lógica do trabalho voluntário, na medida em que escapa do efeito fetichista da relação capital-trabalho, empreendida em tal escala, é uma demonstração acertada na construção do socialismo. A vanguarda pode contar, desde os primeiros anos, com o apoio de uma organização forte e ampla como os CDR para que essa espécie de “consciência voluntária” fosse estabelecida.

No dia 22 de dezembro de 1961, na *Plaza de la Revolución José Martí*, foi celebrado um ato onde se declarava Cuba como território livre de analfabetismo, sendo finalizada a campanha de alfabetização.²⁷⁸ Apenas os CDR contribuíram com 100 mil alfabetizadores

²⁷⁷ Ibidem, p.86.

²⁷⁸ Sobre a campanha, ver: PERONI, Vera Maria Vidal. **A campanha de alfabetização em Cuba**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

populares. No dia 29 os *comités* organizavam massivamente os enfeites e decorações pelo país para a celebração do III Aniversário do Triunfo da Revolução.²⁷⁹ Não é difícil imaginar o clima de otimismo em que esta data seria comemorada. Os revolucionários haviam tomado o poder e não parecia que seriam derrubados tão facilmente; o imperialismo realizou seu primeiro e maior ataque contra a Revolução, em Girón, e sofreu uma dura derrota; os CDR atendiam as demandas que lhes eram impostas e a população participava ativamente do processo, através deles. Parece ter sido nesse clima que o ano de 1961 chegava ao fim.

²⁷⁹ NOA, José Antonio Gell. Op. Cit., p.104.

CUMPRINDO AS MUITAS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

1. Sistema de vigilância revolucionária

1.1. Ação e reação na vigilância revolucionária

Conforme mencionamos no capítulo anterior, a vitória de Girón, embora extremamente significativa para o moral do povo cubano e de seus CDR, não veio acompanhada de desistência por parte da contrarrevolução. Logo no dia 28 de janeiro de 1962, foi descoberto um grupo contrarrevolucionário que pretendia paralisar o transporte urbano, ao danificar os motores dos veículos com produtos químicos e minas magnéticas. Eles recebiam apoio da CIA.²⁸⁰ O objetivo desse ataque visava, por óbvio, a desestabilização logística do país, tendo sido evitado pelos cederistas. Infelizmente, a documentação não especifica onde ocorreria a ação. É razoável supor que aconteceria em um grande centro urbano. De modo semelhante, os CDR, no dia 31 de janeiro do mesmo ano, ajudaram na captura dos culpados por sabotagem contra uma *tienda* de Guantánamo²⁸¹, o que traria consequências para o abastecimento da região. Esta será uma frequente tônica nos ataques: sabotar o país, desestabilizá-lo, criar o caos que deveria servir como desencadeador para a queda de Castro e do socialismo.

A contrarrevolução lançava mão de muitas táticas para este fim. Uma delas se dava ocultando mantimentos e materiais caros à população, de forma a fazer com que produtos desaparecessem das prateleiras nas vendas. Desse modo, era preciso que os CDR estivessem atentos a esses locais, para que fosse possível a recuperação de ao menos parte dos bens subtraídos da circulação. Exemplo disso ocorre em junho de 1962, quando cederistas logram encontrar bens de consumo, dinheiro fora de circulação e armas escondidas em uma fazenda sob a propriedade do latifundiário Marcos Padrón Mosquera. A captura foi possível graças às investigações de membros dos CDR, levando a sua prisão e de seus dois filhos.²⁸²

Essa tarefa de investigação pode ter sido favorecida pela própria estrutura dos *comités*. Ao invés de um corpo de funcionários restrito, detentor de poder de polícia, um grande número de membros da população assume essa tarefa, ampliando o número de “olhos e ouvidos” do

²⁸⁰ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.3.

²⁸¹ *Ibidem*, p.3.

²⁸² *Ibidem*, p.16.

Estado revolucionário pelo país. Esse trabalho de investigação segue colhendo frutos: no dia 28 de julho de 1962, são detidos especuladores em Arroyo Apolo com a ajuda de membros dos CDR.²⁸³

Prova da eficiência deste amplo sistema de vigilância composto por cederistas em todo o país é a velocidade com que o “grosso” da contrarrevolução é desbaratado. Em dezembro de 1964, foram consideradas liquidadas, em sua totalidade, os bandos contrarrevolucionários que estavam atuando nos centros urbanos e, principalmente, nas zonas rurais. A ação cederista, no período dos anos de 1961, 1962, 1963 e 1964, teria cumprido um papel essencial nessa tarefa.²⁸⁴ Após cinco anos da vitória revolucionária, Cuba encontrava certa estabilidade nas ameaças internas. A ação contrarrevolucionária seguiria se fazendo presente, mas de forma menos sistemática do que nesses primeiros anos.

Um exemplo dessa continuidade aparece no dia 24 de março de 1966. Os CDR auxiliaram os órgãos de segurança estatais na captura do assassino Ángel María Betancourt Cueto.²⁸⁵ É interessante observarmos a partir desse evento que a vigilância revolucionária não se desenvolvia de forma isolada pelos CDR, mas articulada com o poder de polícia estatal. Ao invés de funcionar como um órgão isolado e independente, o que temos é uma relação próxima ao poder do Estado que, de certa forma, realiza uma aproximação entre o povo cubano e os funcionários que detêm de forma legal o poder de polícia. Essa característica nos parece profundamente democrática, na medida em que não aliena a segurança a um corpo limitado de funcionários mas, conservando a existência desses indivíduos, compartilha responsabilidades entre Estado e massas, o que possibilitaria uma espécie de controle mútuo entre ambos.

Embora a ameaça interna houvesse sido bastante reduzida, ocorreram formas de atuação contrarrevolucionária que escapavam ao controle cederista. Destacamos que no dia 9 de janeiro de 1968, um pacote vindo dos Estados Unidos explodiu na Administración de Correos de La Habana, ferindo cinco pessoas.²⁸⁶ Este tipo de ação “a partir de fora” se repetirá, com variações quanto à técnica. Se em algumas delas os CDR falhavam em sua tarefa de vigilância, em outras eles obtinham sucesso. Quatro cederistas colaboram na captura de nove contrarrevolucionários no dia 14 de setembro de 1970, que haviam se infiltrado no país desembarcando na província de Oriente.²⁸⁷ Mais adiante discutiremos os mecanismos pelos quais os cederistas lançaram mão na tentativa de antecipar esse tipo de atentado. É interessante salientar, por ora, o quanto a ação

²⁸³ Ibidem, p.21.

²⁸⁴ Ibidem, p.103.

²⁸⁵ Ibidem, p.145.

²⁸⁶ Ibidem, p.206.

²⁸⁷ Ibidem, p.295.

contrarrevolucionária vai se transformando no decorrer do tempo e, sobretudo, se diversificando.

A fonte destaca uma nova avaliação positiva para a vigilância cederista no início da década de 1970. Em uma reunião de balanço dos CDR, no dia 17 de setembro de 1970, foi anunciado que a atividade contrarrevolucionária havia sofrido uma redução de cerca de 90% com relação ao ano anterior²⁸⁸, de tal sorte que os *comités* aparecem como parte essencial no processo de estabilização do país em seu primeiro decênio.

Esse sucesso trouxe consequências. Na medida em que acumulavam vitórias em sua tarefa de vigilância, os CDR tornavam-se alvos desses contrarrevolucionários que combatiam. Os êxitos dos *comités* os tornavam uma verdadeira referência organizativa, o que terminava por refletir em ataques contra a organização. Um desses ataques ocorreu no dia 4 de maio de 1962: foi assassinado, por um grupo de contrarrevolucionários, o presidente de um CDR do município de Los Palacios, em Pinar del Río, chamado Dionisio Chirino Pérez.²⁸⁹ Este não será o único assassinato registrado nas *Cronologías*, nem a única forma de agressão que os *comités* precisarão enfrentar...

Temos registrada, neste íterim, também a ocorrência de agressões em “nível ideológico”. Tony Solar, redator do Miami News e significativa figura na imprensa anti-Cuba a partir dos Estados Unidos, realiza um forte ataque contra os CDR em setembro de 1962.²⁹⁰ Os insultos proferidos, de certo modo, eram esperados, uma consequência da expansão da organização, como dissemos. É interessante salientar que os CDR já eram reconhecidos como uma ameaça pela imprensa estadunidense – ainda que por um setor dela – logo em seus primeiros anos de existência.

Observe-se que só encontramos registros de violência física contra cederistas nos primeiros anos do período ao qual nos debruçamos. Além do citado anteriormente, no dia 9 de janeiro de 1963 foi assassinado o responsável pela Vigilância e Ordem Pública da seccional cederista nº10 de Río Blanco, em San Antonio de las Vegas. Um grupo contrarrevolucionário incendiou sua casa e realizou disparos contra ela.²⁹¹ No dia 25 de janeiro de 1963 foi assassinado Alberto Medina González, presidente de um CDR em Matanzas. O grupo contrarrevolucionário que impetrou a ação foi aniquilado.²⁹² Manuel Hernández, presidente de um CDR em Matanzas, foi assassinado por um grupo contrarrevolucionário no dia 26 de janeiro

²⁸⁸ Ibidem, p.287.

²⁸⁹ Ibidem, p.15.

²⁹⁰ Ibidem, p.25.

²⁹¹ Ibidem, p.37.

²⁹² Ibidem, p.37-38.

de 1963.²⁹³ Não aparecem novos registros a partir do ano de 1963. Um panorama geral do período estudado poderia afirmar que o primeiro quinquênio, talvez menos, tenha sido marcado pelo conflito entre massas revolucionárias e agentes da contrarrevolução em sua forma mais intensa. A partir de então, a violência explícita parece diminuir, dando lugar a tarefas de caráter mais “ostensivo”, preventivo.

Da mesma forma como temos sustentado a importância da participação popular, através dos CDR, no combate aos contrarrevolucionários, essa parece ser a tônica que guiava Fidel Castro na forma como ele encarava a organização. No dia 4 de julho de 1962 aconteceu uma reunião nacional dos CDR, onde participou Fidel Castro. Em sua intervenção, Fidel defendeu que o combate aos contrarrevolucionários nas ruas não deveria acontecer com o uso de forças militares, mas sim se dar através das próprias massas.²⁹⁴ Não encontramos condições de estabelecer parâmetros comparativos entre as ações realizadas pelos CDR e pelos órgãos oficiais de segurança, o que não nos permite afirmar quais dos “polos” deste sistema de vigilância pode ter tido maior participação. De qualquer forma, em consonância com o que propunha Fidel, a ação cederista foi determinante para a estabilização interna da Revolução, agindo de forma bastante ampla. Isso ficará claro quando, no item 1.3., analisarmos o modo como os CDR organizavam e desenvolviam sua vigilância.

1.2. Os CDR na Crise dos Mísseis

No capítulo anterior, mencionamos a atuação cederista nos embates ocorridos em Playa Girón. A atuação “na retaguarda” dos cederistas foi fundamental, o que acabou conferindo ao episódio o status de marco fundador da organização, a prova de fogo que demonstrou serem os *comités* aptos para as futuras tarefas que se colocariam. Atuação de igual importância pode ser verificada no contexto da Crise dos Mísseis.²⁹⁵

Os CDR mobilizaram 12.075 brigadas, contando com 309.666 membros no total, com o objetivo específico de auxiliar o país neste momento de tensão. Sua atuação foi direcionada na criação de centros de apoio aos cubanos e na criação de abrigos antiaéreos. Além disso, cederistas voluntários que não trabalhavam na produção (donas de casas, estudantes etc.) substituíram nos locais de trabalho os cubanos que iriam participar das preparações para o

²⁹³ Ibidem, p.38.

²⁹⁴ Ibidem, p.18.

²⁹⁵ Realizamos um panorama sobre a crise de outubro no item 1.2. do Capítulo Segundo.

combate.²⁹⁶

Assim como ocorreu em Girón, o cerne da atuação cederista se desenvolveu na retaguarda. Enquanto as forças armadas se preparavam para um possível confronto de consequências catastróficas em escala global, os CDR tentavam garantir o suporte necessário para a vitória cubana. A velocidade dos eventos demonstra a rápida capacidade de mobilização encontrada nos *comités*, o que lhe conferia, por certo, um importante papel no acúmulo de recursos para o esforço de guerra.

A segurança trazida pela existência dessa organização não pode ser desprezada. Nos contextos em que a guerra convencional pudesse ser desencadeada, havia a confiança de que os CDR seriam capazes de mobilizar um esforço organizativo que facilitaria a atuação das massas nos momentos prévios ao conflito e, por certo, em seu decorrer. Ainda que Cuba não se encontrasse em guerra aberta contra seu território, no seu interior, uma ampla organização estaria de prontidão para a busca da vitória no esforço de guerra, sem que com isso fosse reduzida a capacidade produtiva do país em níveis paralisantes.

Seu exemplo durante a Crise dos Mísseis parece ter servido para o crescimento da popularidade cederista entre os cubanos. No dia 1º de novembro de 1962, Fidel compareceu na televisão para comentar a situação crítica que se vivia no contexto da Crise dos Mísseis. O líder destacou o efeito da crise para as organização de massa. Milhares de cubanos que ainda não faziam parte dos CDR “alistaram-se” nas fileiras da organização.²⁹⁷ Esse é mais um exemplo de como a agressão imperialista podia se converter em propaganda positiva para os *comités*.

1.3. A organização da vigilância

Mas como, exatamente, ocorria essa vigilância? Façamos algumas considerações a respeito. A fonte aponta no dia 3 de novembro de 1962 a criação das patrulhas de vigilância e ordem pública, com o objetivo de estabelecer a vigilância revolucionária nas zonas rurais, principalmente. Nas zonas urbanas manteve-se o sistema de vigilância centrado a partir dos *comités*, embora patrulhas de vigilância tenham sido estabelecida, de forma conjunta, na província de Matanzas.²⁹⁸ A partir disso, podemos concluir que a atuação cederista estava concentrada, inicialmente, nos centros urbanos. Passaram-se três anos até que fosse sistematizada uma forma de vigilância revolucionária nas zonas rurais, ao qual se deu mediante

²⁹⁶ Ibidem, p.32.

²⁹⁷ Ibidem, p.33.

²⁹⁸ Ibidem, p.35.

o sistema de patrulhamentos, mais capaz de cobrir uma região habitada de forma dispersa do que aquela concentrada a partir dos *comités*. A presença urbana pode ter se dado por duas razões: em primeiro lugar, as cidades possuem uma maior concentração de pessoas em um mesmo território, o que facilitaria a composição dos *comités*; em segundo lugar, é possível que a ação contrarrevolucionária tenha se dado com mais intensidade nas cidades, embora tenham sido registradas guerrilhas rurais nos primeiros anos da Revolução.²⁹⁹ Apesar deste dado nos escapar, parece ser um ponto que merece uma pesquisa mais detida.

A forma como a fonte consultada se apresenta nos traz dificuldades para o esclarecimento de alguns aspectos. Ainda assim, podemos partir dos indícios encontrados para chegarmos em algumas conclusões. Em 28 de agosto de 1968 ocorreu uma reunião, em nível nacional, para tratar das tarefas de vigilância dos CDR. Os temas tratados em sua pauta nos ajudam a entender as dimensões de atuação na vigilância – embora a ausência de dados para outros anos traga dificuldades para uma maior precisão no decorrer do tempo. Foram eles:

1) La Vigilancia Revolucionaria y su expresión en los CDR en la lucha contra la actividad contrarrevolucionaria y la delincuencia común, 2) La información en los CDR, 3) La colaboración y ayuda a los órganos de la Defensa, 4) La Vigilancia Revolucionaria en la educación comunista de la familia revolucionaria de la cuadra.³⁰⁰

Alguns comentários acerca dos eixos abordados: o combate a contrarrevolução aparece lado a lado à delinquência comum. Iremos nos dedicar mais a fundo nesse ponto posteriormente, mas é interessante destacar que ambos os aspectos aparecem inseridos em um mesmo ponto, o que pode indicar um nível prioritário semelhante para ambas as tarefas; a questão da informação e da colaboração com os órgãos de defesa oficiais reforça a ideia que temos apresentado de que os CDR funcionavam como espécie de “olhos e ouvidos” da Revolução, atividade que poderia ser desempenhada com amplitude, dado o número elevado de cederistas; finalmente, o papel da educação comunista não pode ser desprezado. A criação de uma nova consciência revolucionária em amplos setores da população cubana permitiria estender a tarefa de vigilância mesmo para não-cederistas, na medida em que estes pudessem funcionar como colaboradores dos *comités*.

A fonte que consultamos traz uma rica descrição de como se desenvolvia o cotidiano da vigilância revolucionária pelos cederistas. Ao menos até Girón, os *comités* eram em um número

²⁹⁹ A mais significativa destas foi aquela conhecida como guerrilha da serra do Escambray.

³⁰⁰ *Ibidem*, p.225.

relativamente pequeno e contavam com poucos cederistas. Desta forma, a vigilância era desenvolvida fundamentalmente através de rondas e patrulhas, capazes de cobrir uma área maior, embora com menor “precisão”. Após Girón, com o rápido crescimento da organização, estabelece-se a vigilância por quadras, a partir dos *comités*, com patrulhas a pé ou a cavalo. Além disso, os CDR eram responsáveis pela vigilância em atos públicos e espetáculos, ocasiões potenciais para a ocorrência de atos contrarrevolucionários, como atentados e sabotagens. Finalmente, cederistas realizavam esta tarefa em estações de trem, ônibus, entradas das cidades etc., locais que contavam com a grande circulação de pessoas. Esse tipo de sistema perdurou até 1969. A partir de julho deste ano, é posto em prática o plano operativo de vigilância.³⁰¹

Este plano buscou melhor organizar a forma como a vigilância era realizada. Um dos cederistas ficava de guarda no espaço físico do *comité* e centralizava a vigilância na sua pessoa, unindo os demais cederistas e servindo como canal para com a Polícia Revolucionária, caso fosse preciso chamar ajuda. Os demais membros ficavam divididos em grupos. Um deles fazia a ronda por toda a área que correspondia à zona de atuação do *comité*. Outro grupo ficava responsável por assumir pontos fixos em locais chaves dentro desta mesma área: escolas, estabelecimentos comerciais etc.

Todo esse sistema nas ruas encontrava-se desarmado (daí a importância do contato com a Polícia Revolucionária) e ficava ativo da meia-noite até às seis da manhã, em dois turnos de três horas. As guardas massivas são realizadas em caso de necessidade, em casos onde houvesse o risco de uma ameaça mais concreta. Essas mesmas guardas massivas eram realizadas em datas históricas, como forma de lembrar o “pasado histórico y glorioso, época en que los revolucionarios se daban cita en las calles y patrullaban”.³⁰²

Os cederistas recebiam constantemente treinamentos acerca dos métodos pelos quais a contrarrevolução realizava suas ações, de modo a estarem informados e preparados. Estes treinamentos também abarcavam os crimes comuns. Além disso, foram criados os batalhões *Mirando al Mar*.³⁰³ Nas regiões costeiras, os *comités* se somavam aos órgãos de segurança do país no controle das fronteiras marítimas. Finalmente, o Censo de Población y Vivienda, organizado pelos CDR, ajuda a se ter o controle de quem são as pessoas que residem, temporária ou permanente, na zona pela qual o *comité* é responsável.³⁰⁴

³⁰¹ Ibidem, p.271.

³⁰² Ibidem, p.271.

³⁰³ A fonte destaca a atuação desses batalhões sobretudo na região de Guantánamo. A presença de uma base militar estadunidense faz com que a região fosse especialmente sensível para invasões mercenárias pelo mar. IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.4.

³⁰⁴ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La

Este sistema não permaneceu, no período estudado, sem transformações ou retificações. Diferentes necessidades poderiam levar à elaboração de novos mecanismos, novas táticas. Como exemplo, no dia 23 de setembro de 1970 foram reforçados os destacamentos de vigilância Mirando al Mar perto das regiões residenciais costeiras, com o fim de combater a infiltração de agentes da CIA por esses canais.³⁰⁵

A relação solidária entre CDR e órgãos oficiais de segurança é reforçada a partir do início da década de 1970. No dia 22 de janeiro de 1970, foi criada a frente CDR-FAR, com o objetivo de articular os *comités* e as Forças Armadas Revolucionárias na formação “patriótico-militar” da juventude.³⁰⁶ Em março foi anunciado o Plano de Trabalho Conjunto entre ambas as organizações, para que a responsabilidade pela defesa da revolução dos *comités* fosse melhor organizada em consonância às forças armadas.³⁰⁷ Logo no dia 13 de abril de 1970 era realizado um seminário conjunto com os novos dirigentes provinciais e regionais da organização, sobre aspectos da vida militar.³⁰⁸ Segundo a fonte consultada, contudo, a principal função desta frente detinha caráter ideológico, na medida em que os CDR deveriam cumprir a função de orientação sobre a vida militar no país para as camadas mais jovens da população:

[...] que los CDR expliquen a los jóvenes la necesidad del Servicio Militar Obligatorio y el honor que conlleva ser llamado a prestar servicio en las FAR. Igual labor se lleva a cabo con el pre-recluta y con sus familiares. Los CDR divulgan el funcionamiento y los fines de las escuelas militares Camilo Cienfuegos, organizan actos y encuentros con sus alumnos y realizan diversas tareas políticas y recreativas.³⁰⁹

Em fevereiro de 1971 ocorreu a primeira reunião nacional da frente CDR-FAR, com o objetivo de realizar um balanço do ano anterior e estabelecer o plano de atuação para o ano seguinte.³¹⁰

1.4. O combate ao crime comum e a questão das atividades “antissociais”

Na revista *Con la Guardia en Alto* de maio de 1963, segundo a fonte analisada, podemos encontrar a seguinte passagem com relação ao papel de vigilância dos CDR:

Habana: Editora Política, 2008, p.272.

³⁰⁵ Ibidem, p.287.

³⁰⁶ Ibidem, p.274.

³⁰⁷ Ibidem, p.275.

³⁰⁸ Ibidem, p.277.

³⁰⁹ Ibidem, p.301.

³¹⁰ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.2.

Podemos asegurar ya, que se ha reducido en gran medida en estos últimos meses estas actividades delictivas que tan gran juego les hace a los enemigos de la Patria. Pues no se sabe dónde termina un ratero, un traficante de mujeres y de drogas y dónde comienza el contrarrevolucionario. Por eso los miembros de los CDR están también con la guardia en alto frente al delito común.³¹¹

Fica claro que a concepção de vigilância cederista era bastante ampla desde os primeiros anos da Revolução. O crime comum era alçado a um patamar equivalente ao da ação contrarrevolucionária, na medida em que era igualmente um fator de desestabilização da ordem social. Era importante coibir o crime comum no esforço de superar as dificuldades surgidas após a vitória revolucionária. Além disso, podemos apontar outro problema: parte das forças de segurança do país eram pró-Batista, o que pode ter levado a uma onda migratória, sobretudo de oficiais. Não temos dados sobre essa questão, mas parece ser seguro inferir que o sistema de segurança cubano fosse mais insuficiente do que era antes de 1959. Daí a importância de que os CDR se colocassem como organização apta a remediar essa situação e fortalecer a segurança como um todo.

Essa não é uma característica que aparece apenas nos primeiros anos da Revolução Cubana. Na comemoração do VIIº aniversário da criação dos CDR, seu coordenador nacional de então, Luiz González Marturelos, destacou o papel desempenhado pelo sistema de vigilância revolucionária na redução do número de delitos “comuns”.³¹² Longe de ser apenas uma necessidade contingente, esta foi uma tarefa que se incorporou no rol de atividades desempenhadas pelos *comités*. Essa afirmação é reforçada quando lembramos que, em 6 de junho de 1971, Fidel Castro destacou que a luta contra o delito comum era uma responsabilidade de todo povo, não exclusivamente dos órgãos de segurança.³¹³

Um aparato de segurança pública que incorpora a totalidade da população é muito mais eficiente do que aquele restrito a um pequeno corpo de funcionários. Isso é ainda mais verdade quando pensamos em termos de policiamento ostensivo, em um esforço de coibir a ocorrência de crimes através da presença de indivíduos vigilantes. Se lembrarmos os abusos policiais tão frequentes na América Latina, fruto de hierarquias militarizadas e uma ideologia de violência e repressão, podemos refletir se o uso da própria população como força policial descentralizada não funciona como facilitador para uma noção mais comunitária das forças de segurança. Além

³¹¹ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.42.

³¹² Ibidem, p.193.

³¹³ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.7.

disso, a transferência de partes dessa responsabilidade para o próprio povo certamente contribuiu para que se estabeleça uma ideologia que favorece a importância da manutenção da ordem social revolucionária estabelecida, o que pode ter auxiliado na redução dos índices de criminalidade.

Uma passagem nas *Cronologías* chamou nossa atenção. No dia 30 de março de 1968 foi informado que diversas brigadas, com participação intensa dos CDR, estavam cumprindo tarefas de “higiene social” em Guantánamo, combatendo “elementos anti-sociais”.³¹⁴ Quem eram esses elementos antissociais? Em um primeiro momento, podemos supor que este trecho faça referência a criminosos como um todo. Mas a noção de “antissocial” parece demasiadamente ampla para afirmarmos isso. Este é um risco trazido pela vigilância da própria população que não pode ser desprezado. A responsabilidade pela segurança pública não pode ser levada a extremos em que sejam perseguidos indivíduos que não pareçam compor a ordem social historicamente dada?

Pensemos nos homossexuais. É sabido que, neste período, ocorria a perseguição de homossexuais em Cuba. Mas não podemos ser desonestos e apontar esta como uma peculiaridade cubana. Muito pelo contrário: homossexuais, lésbicas, transexuais etc. eram perseguidos em toda a América Latina e na maior parte do mundo. Isso não significa justificar a ocorrência de tal preconceito em Cuba, mas de compreendê-lo inserido em um contexto histórico mundial muito mais amplo.

Realizemos uma pequena pausa na questão dos CDR para nos debruçarmos sobre esse ponto com mais atenção. Não corroboramos com a tese de que existiam “campos de concentração” contra homossexuais em Cuba. Esta acusação tem origem na formação das Unidades Militares de Ajuda à Produção (Umap), surgida nos primeiros anos da Revolução, em um contexto bastante difícil gerado pela necessidade de um alto grau de militarização da sociedade. Sua existência foi curta: de 1965 à 1968. Elas buscavam inserir no esforço coletivo pela segurança do país setores da população que não podiam ser integrados às forças armadas, fazendo com que eles substituíssem os cubanos realocados de seu lugar de trabalho para a vida militar.

Três tipos de pessoas compunham as Umap: em primeiro lugar, pessoas com baixo grau de escolarização, pouco hábeis para o manejo de aparatos militares sofisticados, como baterias antiaéreas, por exemplo; em segundo lugar, grupos religiosos que não aceitavam o uso da violência e das armas por razões filosóficas, não podendo assim tornar-se soldados; em terceiro

³¹⁴ IDEM. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.213.

lugar, homossexuais. O preconceito contra homossexuais na sociedade cubana de então não permitia que estes fossem integrados ao serviço militar. Destaquemos que as Umap realizavam serviços de apoio ao trabalho, sobretudo na agricultura, por todo o país e integrando uma parte considerável da população.³¹⁵

Mas se não aceitamos a tese dos “campos de concentração”, é inegável, por outro lado, que houve preconceito contra homossexuais. Conforme reconhece o próprio Fidel Castro:

Era uma cultura, acontecia da mesma forma com as mulheres. Posso lhe dizer que a Revolução nunca promoveu isso; ao contrário, aqui foi preciso promover muito a luta contra os preconceitos por motivos raciais. Com relação à mulher, havia preconceitos e muito fortes, e com relação aos homossexuais havia preconceitos fortes. Não vou agora me defender dessas coisas, a parcela de responsabilidade que corresponde a mim eu assumo. Mas eu não tinha... Certamente eu tinha outras ideias sobre esse problema. Eu tinha opiniões e realmente me opunha e teria me oposto sempre a qualquer abuso, a qualquer discriminação, porque naquela sociedade havia muito preconceito... Sofrimentos de famílias. Sem dúvida os homossexuais eram vítimas de discriminação. Em outros lugares mais do que aqui, mas eram sim vítimas de discriminação em outros lugares e, felizmente, uma população muito mais culta, mais preparada foi superando esses preconceitos.³¹⁶

O risco que gostaríamos de destacar parte da afirmação final desse excerto. Enquanto a população não tivesse elevado seu nível cultural, superado o preconceito, pelo menos em sua parte mais perversa, com uma melhor educação ideológica, seria possível refrear abusos por parte dos CDR contra os homossexuais? Esta é uma questão essencial para pensarmos a transição socialista. A teoria marxista da transição deve refletir sobre como saber articular a democratização da segurança com a formação ideológica necessária para que esta tarefa seja cumprida de modo satisfatório e, principalmente, sem qualquer tipo de perseguições contra indivíduos de qualquer grupo pautadas pelo preconceito. É a grande questão de articular a superação da opressão do capital à opressão sexual e racial.

Não estamos aqui acusando que os CDR tenham realizado esse tipo de perseguição. Não fica claro na fonte e as referências passíveis de serem feitas a estes eventos reduzem-se a questão dos “elementos antissociais”. Logo, não podemos afirmar a ocorrência nem a ausência dessas perseguições. Mas é provável que isso tenha ocorrido em algum grau. De qualquer forma, essa reflexão nos ajuda a pensar sobre esta importantíssima questão referente à transição socialista.³¹⁷

³¹⁵ RAMONET, Ignacio. **Fidel Castro**: biografia à duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 202-203.

³¹⁶ Ibidem, p.203.

³¹⁷ Recomendamos a leitura interessante entrevista de Mariela Castro Espín ao Opera Mundi. LANRANI, Salin.

1.5. Influxo na vigilância: os CDR baixam a guarda

A atuação cederista não permaneceu constante em todo o decorrer do período analisado. Observamos um influxo a partir do final dos anos sessenta, momento em que os CDR “baixam a guarda”. Demonstrando seu dinamismo, podemos notar uma rápida adaptação a partir das críticas recebidas, apontando para sua recuperação.

Em 14 de outubro de 1968 ocorreu uma reunião entre os coordenadores nacionais dos CDR, com a participação de convidados. Dentre eles, estava Raúl Castro, que proferiu críticas à forma como a vigilância revolucionária vinha sendo realizada em tempos recentes. Havia ocorrido um enfraquecimento, em razão de um período de aparente tranquilidade nas ações contrarrevolucionárias.³¹⁸ Enquanto se buscou ampliar a atuação cederista para outras dimensões, perdeu-se o foco nesta que, segundo Raúl, seria sua função principal, a vigilância revolucionária.³¹⁹

No dia 28 de setembro e 1º de outubro de 1968 haviam sido capturados indivíduos que organizavam, respectivamente, uma rede de espionagem e sabotagens em um armazém de tecidos.³²⁰ Esses contrarrevolucionários haviam passado despercebidos durante certo tempo, em um momento do processo revolucionário em que esse tipo de ação havia diminuído drasticamente. Conforme veremos nos itens seguintes, os CDR dedicaram-se a dar conta de muitas tarefas para além da vigilância revolucionária. Parece natural que se perdesse a atenção na vigilância revolucionária.

Como reagiram os CDR à essas críticas? No começo de novembro foi preparada uma planilha organizacional cederista para tempos de guerra. A estrutura previa o estabelecimento de um Chefe do CDR e Responsáveis pela Evacuação, Vigilância, Saúde Pública, Propaganda, Refúgios e *Enmascaramiento*.³²¹ Além disso, no dia 21 de novembro de 1968, a Direção Nacional estabeleceu quais as tarefas específicas que deveriam ser cumpridas pela vigilância, sendo as guardas a nível de quadra, as rondas e as patrulhas.³²²

De fato, no Primeiro Congresso dos CDR, ocorrido em 1977, destacou-se que este

Sobre homofobia, Fidel sempre assumiu responsabilidades, diz Mariela Castro. Opera Mundi, 02 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/26925/sobre+homofobia+fidel+sempre+assumiu+responsabilidades+diz+mariela+castro.shtml>>. Acesso em 15 jun. 2016.

³¹⁸ NOA, José Antonio Gell. Op. Cit., p.232.

³¹⁹ Ibidem, p.236.

³²⁰ Ibidem, p.231-232.

³²¹ Ibidem, p.233.

³²² Ibidem, p.234.

período fora marcado por um “descuido” para com a vigilância. Em um dos trechos do Informe Central deste congresso, encontramos a seguinte passagem, proferida por Raúl Castro: “Tal vez derivado un poco también de la costumbre de responder golpe con golpe, y cuando no nos golpeaban no solo no teníamos a quien golpear, sino que bajamos la mano con qué golpear, los CDR bajaban su machete también”.³²³ No dia 10 de janeiro de 1969, em nova reunião dos coordenadores nacionais, Raúl Castro elogiou a rapidez com que os CDR reestabeleceram alto nível de vigilância, destacando seu papel nas informações que os cederistas ofereciam aos órgãos de segurança do Estado.³²⁴ As *Cronologías* apresentam que, na revista cederista de junho de 1969, afirmava-se o renovado esforço na vigilância como sendo fundamental para que o “campo de acción del enemigo contrarrevolucionario y antisocial se ha limitado considerablemente”.³²⁵

Na Reunião Nacional dos CDR sobre Vigilância e Tarefas Fundamentais, de 2 de abril de 1969, foi destacada a importância das tarefas de orientação das massas quanto a relevância do trabalho de retaguarda (lembrando o papel de “substituição” dos cederistas em Girón e durante a Crise dos Mísseis) e o aumento da divulgação sobre o papel da vigilância revolucionária.³²⁶ Na edição de *Con la Guardia en Alto* de dezembro de 1969 foi anunciado, nessa esteira, a elaboração de um seminário nacional sobre prevenção social, buscando orientar a população sobre o combate à “delinquência comum”.³²⁷ A importância de orientação da população está de acordo com a manifesta interpretação de a vigilância estar acompanhada de um “estado de consciência” revolucionária, fazendo com que o papel ideológico ande lado a lado com a vigilância “física”.³²⁸

O balanço desse período de influxo na vigilância parece ter sido bastante positivo. Por um lado, como dissemos, foi demonstrada a capacidade dos CDR se readaptarem rapidamente a partir das críticas que sofreram, prova de seu dinamismo como organização. Além disso, o reforço da noção de que a vigilância era tarefa também de toda a população deve ser salientado. Destacamos aí o trabalho de conscientização realizado com o povo cubano, no esforço de aproximá-lo das questões da segurança, o que demonstra uma ampliação no processo de democratização da segurança pública.

³²³ Ibidem, p.235.

³²⁴ Ibidem, p.241.

³²⁵ Ibidem, p.251.

³²⁶ Ibidem, p.249.

³²⁷ Ibidem, p.267.

³²⁸ Ibidem, p.270.

1.6. Os CDR no contexto da “Safra Gigante”

No dia 6 de abril de 1970 foi emitido um comunicado da Direção Nacional exortando os cederistas de todo o país à aumentarem a vigilância, no contexto da “Safra Gigante”.³²⁹ Seguindo o exemplo dos momentos de crise, em que os CDR cumpriram a tarefa de dar suporte ao país, agora era necessário que os cederistas auxiliassem na – hoje sabemos, desproporcionalmente elevada – meta de se colher 10 milhões de toneladas de cana. Trataremos sobre a ajuda na colheita em si posteriormente. Por enquanto, resta destacarmos o papel na vigilância desempenhado pelos *comités*.

O alerta praticamente antecipava a ação contrarrevolucionária: no dia 17 ocorreu um desembarque de um grupo de mercenários, vindos dos Estados Unidos, a 22 km da cidade de Baracoa. No combate foram mortos quatro revolucionários e não há a especificação de quantas baixas entre os mercenários.³³⁰ No dia 10 de maio foram afundadas duas embarcações pesqueiras e sequestrados seus onze tripulantes. A organização contrarrevolucionária Alfa 66 assume a autoria das ações. Os CDR organizaram manifestações de repúdio ao sequestro em frente à embaixada estadunidense entre os dias 15 e 19. No dia 18, os pescadores são abandonados nas Bahamas (onde se encontravam como prisioneiros) e os contrarrevolucionários fugiram para os Estados Unidos. Os pescadores foram recepcionados no dia 19, quando Fidel emitiu comunicado anunciando o fracasso da safra.³³¹ Não parece haver dúvida de que esse atentado buscava desestabilizar o país e enfraquecer – as já escassas – possibilidades de sucesso na “Safra Gigante”.

A guisa de conclusão, devemos destacar que existe um longo hiato, na fonte consultada, onde não aparecem referências a eventos e atuações que digam respeito à atividade contrarrevolucionária e os CDR. É possível afirmarmos que a partir de 1970 os CDR entram em um período de relativa tranquilidade no combate à ação contrarrevolucionária, ao menos até onde avançamos, no final de 1975. A última referência à vigilância revolucionária aparece no dia 25 de fevereiro de 1975, quando é elaborada a Instrucción Metodológica No.1, por parte da Direção Nacional, que estabeleceu uma classificação pelo “grau de incidência delitiva” de cada *comité*, com as letras A, B e C.³³² Essa categorização visava mapear as regiões onde era mais necessário o combate à delinquência comum, sobretudo.

³²⁹ Ibidem, p.277.

³³⁰ Ibidem, p.277.

³³¹ Ibidem, p.278.

³³² IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.73

* * *

Os CDR cumpriram um importante papel na democratização da segurança pública cubana. Isso se deu a partir do momento em que eles se constituíram como um sistema de vigilância amplo e descentralizado, contando com a participação maciça da população. Mesmo fora dos *comités*, deve-se destacar o papel cumprido pela conscientização das massas. Em si mesmo, os CDR eram formados por uma importante parcela da população. Ao convocar o povo cubano para se somar no esforço de vigilância, aprofundava-se a democratização da segurança. Sem ter jamais deixado de contar com os órgãos oficiais imbuídos no poder de polícia, foi estabelecido um sistema de atuação conjunta entre estes e o povo, aproximando os cubanos das responsabilidades do Estado, e mudando o seu caráter, nos marcos de uma das principais tarefas transicionais. Uma responsabilidade pela segurança que deveria ser mantida por todo o povo.

2. Sistema de organização revolucionária

Se a vigilância revolucionária é uma “marca heroica” na história cederista, sua atividade organizativa na sociedade cubana é a dimensão mais impressionante de sua atuação. Como veremos, os CDR assumem, no decorrer de sua trajetória, um número bastante amplo de atividades. É seguro afirmarmos que os *comités* foram um espaço fundamental para podermos compreender a sobrevivência desse processo revolucionário. São tantas as tarefas assumidas pela organização que fica difícil imaginar como seria possível que Cuba pudesse ter obtido tantas conquistas históricas após a Revolução sem a sua ajuda.

Através dos CDR, podemos observar como a população de um país dependente, no contexto da transição socialista, atua no decorrer do processo revolucionário e dá conta das muitas tarefas e desafios que se colocam pelas particularidades de sua realidade histórica, cumprindo-as de forma democrática. Começemos com algumas considerações acerca da forma como os CDR se estruturaram.

2.1. O funcionamento e a estrutura cederista

No dia 1º de janeiro de 1962 são criados dois CDR no prédio do Ministério do Comércio

Interior, no terceiro e quarto pavimento, bem como no setor de Recepção e Telefones.³³³ Destacamos esse evento pela relevância com que ele esclarece o funcionamento dos *comités*. Além daqueles situados nas ruas das cidades e nas zonas rurais, são criados CDR no interior de prédios públicos. O potencial de vigilância sobre o corpo de funcionários públicos do país não pode ser desprezado. É interessante observar, a partir desse evento, que o sistema de vigilância revolucionária não estava restrito à população apenas, mas se estendia ao próprio Estado, embora não possamos afirmar até onde ia o alcance desse controle.

Avançando, notamos que Fidel Castro, no dia 16 de março de 1962, em intervenção no ato de graduação de 300 instrutores revolucionários da Escola Conrado Benítez, pronunciou um discurso que fazia referência aos CDR. É interessante pensarmos sobre seu conteúdo, sobretudo pelo fato de que os *comités* ainda eram muito jovens no país. Neste, Fidel denunciou a ocorrência de vícios e equívocos por parte de alguns cederistas, principalmente no que diz respeito à ocorrência de privilégios entre seus membros.

O poder transferido aos CDR teria feito com que algumas pessoas se apropriassem dele de forma indevida, utilizando-se desse novo status como “cederista” para obter pequenas (ou não tão pequenas assim) vantagens cotidianas? É razoável supor que sim. Igualmente jovem era a própria Revolução e, assim, a consciência daqueles que faziam parte dela. Mas para superar isso, Fidel não propunha que a vanguarda interviesse sobre a organização para corrigir seus desvios. Isso, talvez, seria o que os muitos detratores de Castro esperariam. Ao contrário, a solução que propunha era o incremento da vigilância por parte da população cubana contra erros dessa organização.³³⁴ Para corrigir seus vícios, lançava-se mão de uma participação popular ainda maior.

Quatro dias depois, a Direção Nacional dos CDR emitiu instruções para que os *comités* do país enfrentassem o necessário processo de crítica e autocrítica. Uma resposta bastante rápida, acompanhada de um método para sua aplicação. O procedimento adotado deveria ser o seguinte: os CDR realizariam reuniões periódicas com esse fim, convocando todos os cidadãos cubanos que fizessem parte do raio de ação do *comité* em questão; a estes cidadãos deveria ser oferecida a oportunidade de expressar frente ao *comité* toda e qualquer crítica contra cederistas e suas práticas, livremente.³³⁵ As primeiras reuniões com esse caráter começaram a acontecer no dia 26 do mesmo mês, por todo o país.³³⁶ No dia 29 de dezembro já haviam acontecido

³³³ IDEM. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.1.

³³⁴ Ibidem, p.7-8.

³³⁵ Ibidem, p.8.

³³⁶ Ibidem, p.9.

90.072 assembleias de análise, com a participação de 1.574.894 pessoas.³³⁷

Podemos observar que o crescimento dos CDR parece ter ocorrido de forma bastante acelerada. A organização já constava com aproximadamente 1.700.000 membros em 1º de fevereiro de 1964.³³⁸ No contexto do seu quinto aniversário, os CDR possuíam mais de dois milhões de membros. Mais três centenas de milhares de cubanos se somavam a organização.³³⁹ Levando em conta que a população estimada no ano de 1965 era de 7.715.300 pessoas³⁴⁰, chegamos em uma cifra próxima de 26% da população integrada aos CDR. Este número é aproximado, já que não podemos contar com dados estatísticos precisos para o período. Seja como for, permanece impressionante a percepção de que um quarto da população faça parte desta organização. Este é um forte fator explicativo para compreendermos a capacidade de mobilização cederista: uma parcela gigantesca da população está organizada no sentido de garantir o funcionamento do país. Não é menos impressionante que encontremos esta proporção em apenas cinco anos.

Seguindo no sentido de pensarmos o crescimento da organização, observamos que, em meados de março de 1964, temos o seguinte balanço sobre a proporção de números de *comités* com relação à sua área de ocupação: no surgimento da organização, um CDR era responsável por um número entre 30 e 40 casas; em princípios de março esse número foi reduzido consideravelmente: agora um *comité* assumia a responsabilidade por uma zona que correspondia entre 12 e 13 casas.³⁴¹ O maior número de *comités* certamente significou uma atuação mais efetiva, na medida em que reduzia o escopo de responsabilidades dos cederistas com relação a uma parcela menor da população. Além disso, permitia que a participação popular fosse ainda mais distribuída a partir da dimensão local.

O quinto aniversário da organização significou um momento de retrospectivas para os CDR. Foi realizado um balanço de seu desenvolvimento até então, que pode ilustrar a velocidade de seu crescimento e a escala de sua atuação. Podemos sintetizar essas informações a partir do quadro abaixo. Note-se que inserimos, entre parênteses, a proporção da população que fazia parte da organização no decorrer do tempo. Para tanto, lançamos mão das mesmas estatísticas recentemente citadas³⁴². Novamente, esta é uma aproximação, mas que nos parece relativamente confiável:

³³⁷ Ibidem, p.36.

³³⁸ Ibidem, p.76.

³³⁹ Ibidem, p.129.

³⁴⁰ CUBA. **La población de Cuba**. La Habana: Centro de Estudios Demograficos, 1974, p.10.

³⁴¹ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.79.

³⁴² CUBA. **La población de Cuba**. La Habana: Centro de Estudios Demograficos, 1974, loc. cit.

Tabela 1
Balanço da atuação cederista em seu quinto aniversário:

	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Comitês	5.581	107.000	90.072	104.425	103.571	103.881
Membros	-	798.703 (11,3%)	1.119.835 (15,6%)	1.656.195 (22,6%)	1.954.546 (26,0%)	2.011.276 (26,0%)
Professores fornecidos	-	-	-	-	-	15.066*
Vacinações contra a poliomielite	-	-	2.216.022	2.293.256	2.450.360	1.407.631
Doações de sangue	-	-	8.109	6.743	8.128	10.019
Recipientes de vidro recuperados	-	-	8.930.673	11.655.885	14.792.806	6.651.483
Mobilização à agricultura	-	-	-	-	-	8.082.548*

* Este dado corresponde a todo o período entre 1960 e 1965.

Fonte: NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.131.

Podemos apresentar algumas notas a partir desses dados: os CDR aparecem como uma organização bastante sólida em um curto espaço de tempo. Pouco mais de dez por cento da população já integrava suas fileiras no seu primeiro aniversário, com um crescimento acelerado nos anos seguintes, estabilizando-se do quarto para o quinto ano. Além disso, as tarefas destacadas pelo documento foram desenvolvidas com bastante amplitude desde o princípio dessas práticas. Existiram outras atividades, com resultados insatisfatórios, mas que estão silenciadas na fonte? É possível, embora pouco possamos fazer para esclarecer essa situação no momento. De qualquer forma, não é irrelevante observar que os CDR dão conta da tarefa, por exemplo, de realizar a campanha de vacinação contra a poliomielite em um espectro muito amplo de atuação já no primeiro ano em que é assumida essa responsabilidade. Os CDR apresentaram um elevado grau de organização de forma bastante precoce.

Ainda sobre o contexto de seu quinto aniversário, é interessante mencionarmos a seguinte passagem, presente na revista cederista e citada pela fonte consultada:

Hoy más que nunca también, consciente la organización de que al socialismo y al comunismo solo se llega por las vías del trabajo, de la producción de bienes materiales, por la abundancia, los comités ponen su énfasis en la labor productiva, en el desarrollo agropecuario del país, en el crecimiento y fortalecimiento de la economía [...].³⁴³

No trecho, era apontada a contribuição cederista para a construção do socialismo nos próximos anos. A abundância é essencial para que a transição socialista tenha sucesso. Esta

³⁴³ Ibidem, p.122.

situação é especialmente crítica no contexto dos países dependentes, como era o caso de Cuba. Sendo assim, era preciso que os *comités* unissem forças na criação das condições materiais necessárias, enfrentando os obstáculos que se colocavam graças ao desenvolvimento histórico do país. Passados os primeiros anos da Revolução, os CDR enfatizavam cada vez mais sua dimensão organizativa e o papel que possuíam para que a economia nacional fosse fortalecida.

Precisamos desenvolver uma noção um pouco mais clara de quais dimensões do social estavam incluídas no rol de atividades desenvolvidas pelos CDR. Não possuímos condições de apresentar uma lista exaustiva e absolutamente segura. De qualquer modo, podemos lidar com os indícios que encontramos. Para tanto, lançamos mão de um dado: no dia 29 de setembro de 1966 a Secretaria de Organização do Comitê Central do Partido definiu quais seriam as frentes de trabalho dos CDR. De qual modo cada uma delas era encarada, com qual prioridade, não podemos saber no momento. Seja como for, se desenha um esboço que nos indica um projeto bastante ambicioso que, ao fim e ao cabo, parece ter sido relativamente bem-sucedido. As frentes seriam: 1. Coordenação; 2. Organização; 3. Finanças; 4. Cultura; 5. Educação; 6. Vigilância; 7. Reforma Urbana; 8. Trabalho Voluntário; 9. Administração Local; 10. Saúde Pública; 11. Propaganda; 12. Defesa Civil; 13. Solidariedade com os Povos; 14. Desporto e Recreação; 15. Valores de Estado; 16. Instrução Revolucionária; 17. Recuperação de Matéria-prima.³⁴⁴

Notemos que o incentivo moral se encontra presente em toda a história cederista analisada, indo ao encontro deste que foi um dos aspectos mais característico do processo revolucionário cubano. Não restam dúvidas de que o trabalho voluntário tenha sido a espinha dorsal que erigiu o funcionamento dos CDR através do tempo, que movimentou essa grande máquina de participação popular, difundida pelo país através dos *comités*. Nesse sentido, é importante destacarmos que o primeiro prêmio criado pelos CDR foi estabelecido no dia 10 de julho de 1970.

No ano do décimo aniversário da organização, era criada a “Orden 10 Años de Vigilancia”, que buscava reconhecer o mérito dos cederistas que haviam se destacado em suas tarefas.³⁴⁵ De caráter eminentemente comemorativo, o prêmio visava motivar a atuação determinada do cederista. Entretanto, essa não foi uma prática corriqueira no período analisado: não aparecem outras insígnias semelhantes neste intervalo.

Finalmente, ainda sobre o funcionamento dos *comités*, trazemos uma intervenção realizada por Fidel Castro, em 1970, no contexto de comemoração do décimo aniversário da

³⁴⁴ Ibidem, p.163.

³⁴⁵ Ibidem, p.283.

organização. Sua fala pontuou a forma como as atividades cederistas haviam sido ampliadas no decorrer do processo revolucionário cubano, indo ao encontro do que temos afirmado, acerca do fato de que os CDR assumem cada vez mais uma postura organizacional, bastante chave, no interior do processo cubano:

Los Comités surgieron, en primer lugar, como una organización de masas para enfrentar a la contrarrevolución. Sin embargo, a lo largo de estos años los Comités fueron desarrollando nuevas y nuevas actividades en diversos campos. Y puede decirse que cada año es mayor el campo que abarca la actividad de los Comités de Defensa de la Revolución. [...] La organización se puede decir que se ocupa territorialmente, o desempeña una función de carácter territorial; es decir, digamos: están en todas partes.³⁴⁶

Além disso, segundo a fonte, foi emitido um editorial pelo periódico Granma, no dia 26, que cumprimentava os CDR pelo seu décimo aniversário. Destacamos, no texto, a seguinte passagem:

Incluso algunos fenómenos susceptibles de aparecer en medio de un proceso revolucionario como el burocratismo, la hipertrofia administrativa, tiene su más eficaz antídoto en la acción organizada de las masas. Cada revolución encuentra sus propias fórmulas. En nuestro caso, la contribución – hace hoy precisamente diez años, de los Comités de Defensa de la Revolución ha resultado no solo una fórmula original, una fórmula creadora que se suma a la experiencia del movimiento revolucionario, sino también, y sobre todo, una fórmula eficaz, dinámica y de horizontes inagotables.³⁴⁷

A participação popular aparece aqui como o mecanismo pelo qual era possível deter tendências ao burocratismo. Na medida em que eram as próprias massas que assumiam essas funções organizativas, surgiria um freio democrático contra tendências centralizadoras. Hipótese que corrobora o que temos compreendido acerca do processo em questão.

Os Comités de Defensa de la Revolución apresentaram estrutura e funcionamento bastante originais. Nesse sentido, é interessante destacarmos como seu desenvolvimento foi acentuado através de um processo de críticas a partir da população que, como vimos, estava integrada de forma maciça na organização. É através dessa estrutura de funcionamento que serão desempenhadas todas as atividades que apresentaremos a seguir.

Para reforçar a transparência de nossa operação historiográfica, destacamos, novamente, que esses são aspectos trazidos pela relevância que apresentaram a partir de nosso ponto de

³⁴⁶ Ibidem, p.288-289.

³⁴⁷ Ibidem, p.305.

vista analítico, preocupado em compreender as vicissitudes da transição socialista em um país de capitalismo dependente.

2.2. Saúde

Passemos para a análise da contribuição trazida pelos CDR na área da saúde. Esta é uma questão bastante sensível para o povo cubano e ainda enxergamos seus avanços e conquistas como motivo de orgulho, tanto para a população, como para o Estado, que legitima seu papel. Não sem motivo, esta foi uma dimensão de atuação cederista de largo escopo. Ainda que não adquirisse tal importância posteriormente, alguém duvidaria da relevância de se pensar a saúde no decorrer desse processo? Esta é uma questão interessante para ser trabalhada e que, pelas características de nossa análise, será apenas tangenciada: como pensar a saúde no contexto da transição socialista e de uma posterior (possível) destruição do Estado?

Voltemos aos CDR. Começamos destacando que o Ministério de Saúde Pública organizou, no dia 1º de fevereiro de 1962, a I Campanha Nacional de Vacinação Antipoliomielite, levada ao cabo pelos *comités*. Esta tarefa, realizada logo nos primeiros anos de existência da organização, é significativa para pensarmos as formas pelas quais uma organização de massas é capaz de contribuir em áreas sensíveis à população e que, de modo geral, são desenvolvidas por pessoal “especializado”, sem que o mesmo seja imprescindível. Deixemos algo claro: estamos afirmando que o ofício médico pode ser desenvolvido por pessoal sem qualificação específica, mas dotado de treinamento abreviado? Nossa resposta é um contundente “não”. Mas, por outro lado, isso não significa dizer que não existam áreas específicas em que, atendendo-se certas condições fundamentais de treinamento, possa ser verificado esse cenário.

A logística envolvendo uma campanha de vacinação parece ser o caso. Após receberem o treinamento necessário, as vacinas foram aplicadas com o auxílio dos CDR cubanos e, logo no primeiro dia, 656.871 crianças foram vacinadas, por todo o país.³⁴⁸ A campanha foi concluída no dia 28 de abril, com um total de 2.187.855 vacinações, a totalidade das crianças pretendidas, tendo sido considerada exitosa.³⁴⁹ Essa primeira experiência bem-sucedida fez com que seu rol fosse ampliado e, rapidamente, foi assumido pelos *comités* a responsabilidade por campanhas de vacinação que preveniriam outras doenças. No dia 15 de setembro de 1962, por exemplo, os CDR iniciaram a IIª Campanha Nacional de Vacinação contra a Difteria,

³⁴⁸ Ibidem, p.5.

³⁴⁹ Ibidem, p.13.

Tosferina e Tétano.³⁵⁰

Essas experiências seguiram se repetindo em todos os anos analisados e não consideramos relevante elencar individualmente todas, o que seria enfadonho. O que importa destacar é o fato de que os CDR foram totalmente integrados no sistema de vacinações do país no período estudado.

Embora não tenhamos dados específicos para certos questionamentos, podemos apontar algumas hipóteses com relativa segurança: o uso dos CDR implicou em uma enorme economia de gasto com pessoal técnico – lembremos que o trabalho cederista é sempre voluntário –, o que é essencial em um contexto de transição socialista, onde a eficiência econômica do país deve ser otimizada, tendo em vista seus desafios; ainda que Cuba contasse com aporte financeiro para lançar mão de técnicos para a tarefa, é impossível que houvesse uma disponibilidade de pessoal na quantidade dos cederistas, o que, restam poucas dúvidas, aceleraria o processo em praticamente qualquer contexto; seu sucesso pode ter sido uma forte ilustração da capacidade dos CDR nesse tipo de tarefa – como temos chamado – organizativa para a sociedade cubana. Cronologicamente, foi a primeira grande empreitada para além da vigilância levada a cabo pelos *comités*. Seu impacto no moral e na forma como o povo cubano passa a reconhecer os CDR não deve ser desprezado.

Se o grande número de cederistas facilita que tarefas como campanhas de vacinação sejam realizadas com velocidade e longo alcance, também colabora para o sucesso de outras empreitadas que exijam menor capacidade técnica na prática, no decorrer da atividade. É o exemplo do ciclo de conferências sobre saúde pública que foi organizado pelos CDR de todo o país entre os dias 15 de janeiro e 11 de junho de 1964, em diversas datas.³⁵¹ O impacto que uma organização com o alcance dos *comités* pode exercer nesse tipo de atividade pedagógica não pode ser desprezado. Desde que estando bem orientados quanto a sua sistemática, é possível para uma organização de massas desse porte que sejam realizados ciclos de conferências e palestras em toda uma vasta região, bastando que hajam conferencistas em número suficiente, deixando a organização a cabo dos cederistas.

Podemos ainda destacar um outro evento de caráter pedagógico em matéria de saúde: por volta de outubro de 1968 ocorreu aquela que teria sido a maior audiência sanitária da história de Cuba, organizada pelos cederistas de La Habana e contando com a participação de mais de 6.000 pessoas. Mais de uma centena de médicos e técnicos em saúde palestraram e responderam as dúvidas da plateia, acerca de diversas doenças e seus métodos de prevenção,

³⁵⁰ Ibidem, p.25.

³⁵¹ Ibidem, p.73.

bem como esclareceram como se desenvolviam as atividades preventivas na área da saúde levadas a cabo pelos cederistas.³⁵²

Seguindo no suporte dado pelos CDR à Saúde, observamos que cederistas realizaram, no final de 1967, sob a orientação do Instituto Nacional de Oncología, investigações preventivas com suas vizinhas no combate ao câncer de colo de útero.³⁵³ Este é outro aspecto – como foi o caso das campanhas de vacinação – em que os CDR cumpriram um papel destacado auxiliando a consolidação da medicina preventiva no país.

Em síntese, observamos duas formas, até aqui, pelas quais os *comités* colaboraram com a saúde cubana: através de campanhas de vacinação e desenvolvendo atividades de caráter pedagógico. Ambas dizem respeito à medicina preventiva e este é o caráter de um terceiro grupo de atividades, mais especificamente sanitárias.

No dia 31 de dezembro de 1964 foi realizado um plano piloto de desratização na província de La Habana pelos CDR.³⁵⁴ Seu sucesso faria com que, no dia 6 de outubro de 1967, fosse iniciado o Plano Nacional de Desratização, contando com os mesmos esforços por parte dos cederistas, a exemplo do que havia acontecido em 1964.³⁵⁵ Em março de 1968, por sua vez, foi anunciado o êxito da campanha *Campana Anti-Aedes Aegypti*, levada ao cabo pelos *comités* da zona de La Habana.³⁵⁶ Finalmente, em junho de 1971, os CDR cumpriram uma importante função sanitária: foi realizado um censo dos porcos do país, sacrificios e recolhimentos de ossos, como forma de evitar um maior impacto infeccioso da gripe suína, que se espalhava por Cuba naquele contexto.³⁵⁷

Estas três atividades são ilustrativas de como os *comités* foram capazes de contribuir para uma melhora nos padrões da saúde do país, sem necessariamente contar com uma extensa formação técnica, mas sim com o esforço de importante parte da população cubana organizada. Nos três casos, temos tarefas relativamente simples e que exigem baixo treinamento. Quando realizadas por uma organização de massas, certamente ganham em alcance e eficiência, como já observamos.

Temos ainda outro indício da importância assumida pelos CDR nas questões concernentes à saúde, com um caráter mais logístico, por assim dizer: a partir de 1º de janeiro de 1967, o Estado cubano iniciou-se um processo de setorização da saúde pública, dividindo a

³⁵² Ibidem, p.231.

³⁵³ Ibidem, p.204.

³⁵⁴ Ibidem, p.101.

³⁵⁵ Ibidem, p.199.

³⁵⁶ Ibidem, p.211.

³⁵⁷ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.9.

população em zonas, entre 3.000 e 5.000 habitantes. Seu objetivo foi o de facilitar o gerenciamento dos programas de saúde implementados e foram usadas como referências nessa transição as seccionais cederistas.³⁵⁸

2.3. Alimentação e abastecimento

As particularidades de um país dependente no contexto da transição socialista podem gerar graves consequências para o abastecimento de alimentos da população. Isto é verdade por três motivos: a produção pode ser severamente afetada, com a sabotagem dos grandes proprietários de terras e pecuaristas, assim como dos donos de fábricas que beneficiem alimentos; essa escassez pode levar ao fenômeno da especulação que, no caso cubano, foi uma realidade frequente levada ao cabo por setores contrarrevolucionários ou de pouca consciência da população; finalmente, a própria distribuição é afetada, pela ausência de mercadorias em si, mas também por dificuldades logísticas que podem aparecer nos primeiros anos de uma revolução.

Foi tentando remediar o terceiro motivo citado que a Resolução nº1, da Lei 1.015 do Governo Revolucionário, estabeleceu, a partir do dia 12 de março de 1962, os CDR como órgão competente para a fiscalização da distribuição de alimentos.³⁵⁹ O controle sendo levado a cabo por cederistas colabora tanto na eficiência e alcance, quanto pelo fato de que a própria população, através dos CDR, tomava ciência das dificuldades que surgiam para o abastecimento. Além dessa tarefa de fiscalização, os CDR elaboraram, no dia 1º de julho, o Segundo Censo de Abastecimento, buscando irregularidades na distribuição e tentando realizar um melhor mapeamento para que a distribuição fosse realizada com maior eficiência.³⁶⁰

Curiosamente, essa atividade tem uma duração relativamente curta: no dia 1º de setembro de 1964, foi noticiado o desaparecimento da frente de abastecimento, sob o argumento de que a distribuição de alimentos e seu controle passariam a ser melhor realizados pelos organismos estatais e que os problemas haviam diminuído consideravelmente, não sendo mais necessária a participação cederista.³⁶¹ Na ausência de análises ao nosso alcance que confirmem ou não esta afirmativa, temos poucas condições de meditar sobre a questão para além do que consta nas *Cronologías*. Assim, precisamos deixar esse ponto parcialmente em aberto.

³⁵⁸ IDEM. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.169.

³⁵⁹ Ibidem, p.7.

³⁶⁰ Ibidem, p.18.

³⁶¹ Ibidem, p.90.

A única outra referência feita a este tipo de intervenção aparece por volta de janeiro de 1967, quando foi enfatizada a importância do sistemático recolhimento de vasilhames de vidro para reutilização. O motivo era o do aumento da produção de vinhos, vinagre, licores e sidra, exigindo que esse sistema de recolhimento pelos CDR fosse bem desenvolvido, de forma a diminuir os custos da produção.³⁶²

2.4. Educação

A atuação cederista na educação cubana foi interessante. Embora não seja citada com a mesma frequência na fonte do que outras esferas de atuação, ela chama a atenção pela variedade de formas como é desempenhada e, indo ao encontro do que temos observado, pela relativa simplicidade de suas tarefas. Simplicidade que não significa, é evidente, menor importância. Novamente, pensar a participação dos *comités* na educação reforça a ideia de que os CDR cumpriram um importante papel em garantir o avanço da transição socialista, sobretudo substituindo momentos em que seria natural encontrar a atuação do Estado.

As particularidades de sua atuação são francamente democráticas, na medida em que podiam ser levadas a cabo pela maior parte dos integrantes da população. Assim como ocorreu com a questão da saúde, é importante que destaquemos o papel que a educação desempenhará na Cuba socialista. Seus índices são bastante notáveis, especialmente quando inseridos no contexto latino-americano. Pensar a forma democrática como estas transformações parecem ter se dado, contando com o apoio das massas organizadas nos CDR, é enriquecedor para meditarmos sobre a transição socialista.

A primeira referência à educação presente na fonte ocorre entre os dias 22 e 31 de outubro de 1962. Nesses dez dias, os CDR realizaram um Censo Escolar em toda a zona urbana do país. Foi constatado que 623.760 crianças estavam matriculadas regularmente em escolas e 116.345 encontravam-se sem matrícula (aproximadamente 15,72%).³⁶³ Não sabemos se esta tarefa foi cumprida na zona rural, na medida em que não encontramos referência a ela. Dada a importância que este tipo de mapeamento possui para a gestão escolar em um país, é interessante observarmos que esta é uma tarefa que pode ser realizada com bastante rapidez ao lançar-se mão da atuação das massas. De qualquer forma, os cederistas não se restringiram à um recenseamento.

No começo de fevereiro de 1967, começaram a ser criadas salas de aula para a educação

³⁶² Ibidem, p.171.

³⁶³ Ibidem, p.31.

de adultos nos espaços físicos dos *comités*.³⁶⁴ Esta pode ter sido uma experiência muito valiosa. O espaço físico dos CDR agora também serviria para o ensino, o que certamente aproximava ainda mais a população dos *comités*, além de ser uma solução bastante simples para se resolver a necessidade de mais salas de aula, otimizando o uso dos espaços no país. Avançando nesse sentido, em março do mesmo ano foi anunciada a conclusão da construção de quatro escolas, com capacidade para 600 alunos cada uma, através de recursos do Ministério da Educação, com trabalho voluntário cederista.³⁶⁵

Um terceiro ponto de bastante interesse aparece no começo de 1968. A Direção Provincial cederista de Oriente demandou a criação de comissões de educação nos CDR de sua região. Seu objetivo era triplo: prestar assistência às classes nas escolas; realizar a aproximação dos pais com o meio escolar; e incentivar os alunos na prática dos estudos nas suas horas vagas.³⁶⁶ Estas seriam funções já cumpridas “informalmente” pelos CDR mas, a partir de agora, seriam sistematizadas pelas recém-criadas comissões. Formas simples, mas eficientes, de se melhorar o aproveitamento escolar dos estudantes cubanos, sem que para isso fosse necessário lançar-se mão de vultuosos recursos.

No período em que analisamos, não foi encontrada a reprodução dessa experiência de sistematização em outra região do país, o que não significa que ela não tenha ocorrido. Sendo o caso, teríamos um ponto onde a participação cederista pode ter sido subutilizada e, mais importante, onde o compartilhamento de experiências entre as regiões pode ter falhado. Essa é uma iniciativa que deve ter colhido frutos significativos no aumento do rendimento escolar da juventude cubana em Oriente, na medida em que o distanciamento entre a escola e sua comunidade é apontado com frequência como um dos maiores obstáculos para uma boa formação educacional. A organicidade dos CDR junto à população apenas engrandeceria seu impacto ao tentar realizar essa aproximação.

2.5. Obras públicas e serviços

Assim como, em 1967, foram construídas escolas pelos *comités*, outras obras de engenharia foram tornadas possíveis graças às massas, antes e depois desse período. Se incluirmos nesse quadro os serviços de manutenção e embelezamento realizados pelos cederistas, notamos que este é um aspecto da atuação de grande presença, sendo rotineiro a toda

³⁶⁴ Ibidem, p.174.

³⁶⁵ Ibidem, p.179.

³⁶⁶ Ibidem, p.205.

a trajetória dos CDR. Sobretudo no que diz respeito a pequenas intervenções na paisagem cubana, é possível que expliquemos essa frequência pelo fato de que são bastante simples e que podem ser facilmente realizáveis através de um sistema de trabalho coletivo voluntário, sem que para isso fosse preciso maiores esforços no sentido da organização e gestão das atividades. A exceção, claro, diz respeito à construção civil. Mesmo assim, talvez esta seja uma das principais razões para que essas atividades sejam tão frequentes. Justamente por esse caráter rotineiro, não tememos nos tornarmos repetitivos ao lembrar – novamente – que aqui constam referências que consideramos mais relevantes e esclarecedoras, não a totalidade dos eventos encontrados.

Em março de 1965 passou a ser elaborado um selo para ser colado em frente às casas de cederistas que estivessem em dia com o pagamento da Reforma Urbana. Seu objetivo era o de que membros dos CDR servissem de exemplo para a população cubana.³⁶⁷ É interessante que este selo não seria aplicado em frente à residência de qualquer membro da população, mas exclusivamente em casas de cederistas, o que nos indica uma concepção de que os membros desta organização deveriam se destacar pela sua responsabilidade para com a revolução, sobressaindo-se frente aos demais cubanos. A partir de maio de 1966, avançando em suas responsabilidades, os CDR organizarão um plano de cobranças dessa taxa em domicílio.³⁶⁸

Esse trabalho, tanto de fiscalização, quanto de conscientização, também ocorrerá no que diz respeito à economia de energia elétrica. A partir de novembro de 1970 se anunciava o esforço dos CDR em colaborar nas campanhas desenvolvidas em todo o país pela economia de energia elétrica. Sua atuação se centrou, fundamentalmente, no trabalho pedagógico, orientando a população sobre como poupar energia e como ler corretamente os contadores, de modo a se ter um controle sobre o consumo energético de forma individual.³⁶⁹

Contudo, passemos para uma atuação mais prática, ou melhor, mais “física”, concreta. Os CDR já vinham, desde o início de sua organização, assumindo a responsabilidade pela conservação dos espaços públicos. Mencionamos no capítulo anterior estas práticas, que não cessam em nenhum momento durante o período em que estudamos. Grandes mutirões são realizados para plantar flores e árvores, pintar ruas e muros, fazer pequenos reparos etc. Essa prática é definitivamente sistematizada a partir de março de 1966, momento em que os CDR assumem a responsabilidade pela limpeza urbana em todo o país.³⁷⁰ Atividade esta que, com

³⁶⁷ Ibidem, p.112.

³⁶⁸ Ibidem, p.147.

³⁶⁹ Ibidem, p.296.

³⁷⁰ Ibidem, p.146.

tanta frequência, é encarada como pouco digna e restrita à indivíduos de segunda categoria. No contexto revolucionário cubano, torna-se uma responsabilidade de parte significativa da população.

Na construção civil propriamente dita, encontramos alguns eventos interessantes. Em maio de 1967, uma rua foi construída pelos CDR na cidade de Jovellanos.³⁷¹ Não temos maiores especificidades quanto ao material de que foi feita, nem de sua metragem. Já em janeiro de 1971, foram construídos 1.500 metros de ruas novas asfaltadas (o equivalente a quinze quadras), no município de Guanajay.³⁷² Embora sejam as únicas duas referências do tipo, chama a atenção o fato deste ser um trabalho bastante difícil, ao menos no que diz respeito ao esforço físico, mas que é levado a cabo pela organização.

Seguindo nessa linha, sinalizamos dois eventos. O primeiro e, muito provavelmente, mais destacado esforço, ocorre em 1971: a preparação do Estádio Latinoamericano para a Série Mundial de Baseball Amador. A reforma começou em 31 de dezembro do ano anterior, tendo uma maior atividade cederista a partir do dia 26 de janeiro.³⁷³ Não temos informações sobre a data de sua conclusão. Outra obra importante, também ocorrida em 1971, foi a do Parque Zoológico Nacional, em La Habana. A partir de outubro, membros da regional de Boyeros – posteriormente, somaram-se os das regionais Marianao e 10 de Octubre – ajudaram no trabalho de construção do parque.³⁷⁴

Em ambos os casos é perceptível que a atuação cederista vai muito mais em um sentido de auxiliar no trabalho de construção, sem que assumam sozinhos essa tarefa. De qualquer forma, essa ajuda parece ter cumprido um importante papel em acelerar a conclusão dessas obras. Nos dois casos citados, temos construções que, sem dúvida, possuíam algum valor de orgulho para o povo cubano, o que pode ajudar a compreender a sua participação. No primeiro caso, do Estádio Latinoamericano, a afirmação é ainda mais verdadeira, tendo ocorrido grandes campanhas de incentivo à participação nas obras.

Nos chamou a atenção o fato de que não encontramos referência dos CDR terem auxiliado na construção, ou em reparos, nas ocorrências de catástrofes ambientais. Ciclones e tempestades não são raros no mar do Caribe e era de se esperar que existisse algum tipo de sistema, por parte dos *comités*, que desse conta dessa dimensão da defesa civil. Isso não significa dizer que os cederistas não tenham colaborado nesses eventos. Tomemos o caso do

³⁷¹ Ibidem, p.182.

³⁷² IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2008, p.1.

³⁷³ Ibidem, p.2.

³⁷⁴ Ibidem, p.14.

ciclone Flora, ocorrido em 1963: apenas na província de La Habana, foram registradas 629.317 peças de roupas coletadas para doação aos desabrigados.³⁷⁵ O mesmo esforço se repetiria no ano de 1966, com a passagem do ciclone Alma. Neste contexto, os cederistas invocarão o lema “Convertir, la adversidad en victoria”.³⁷⁶ Em ambos os casos, a atuação dos CDR agiu em um sentido de prestar apoio através da coleta e distribuição de doações para os atingidos.

2.6. Gestão da população

Neste sistema de organização revolucionária, uma das atividades desenvolvidas pelos CDR que mais nos chamou a atenção foi a que diz respeito a gestão da população. Nos referimos a todas as práticas que diziam respeito à administração da população cubana, aos aspectos burocráticos da vida em sociedade, do sistema judicial etc. Entendemos que a participação das massas, sobretudo no que diz respeito à burocracia, pode ser uma eficiente maneira de reduzir as distorções causadas pela formação de uma “elite” da burocracia, que ainda encontra na transição socialista condições para se manifestar, na condição de “herança do capitalismo, que é preciso expurgar”.³⁷⁷ Além disso, como muitas dessas tarefas tinham caráter claramente coercitivo, pode se configurar um avanço democrático ao se transferir essa responsabilidade para as massas, em detrimento de um corpo de funcionários do Estado.

Começamos em 1963. No dia 19 de agosto, os CDR passaram a realizar os inventários dos bens e pertences de cidadãos que desejavam sair do país.³⁷⁸ Esta é uma tarefa que encontraria muitas dificuldades em ser desempenhada sem a ajuda do povo cubano. Ficando sob a responsabilidade do Estado, o controle sobre o que era levado por aqueles que deixavam o país dificilmente seria satisfatório. Todos conhecemos alguém que, sem grandes dificuldades, consegue burlar o distante olhar do Estado sem que, com isso, sofra qualquer tipo de consequência (além daquelas “positivas”, que este sujeito hipotético pretendia gozar). Por mais burocratizado que seja o aparelho estatal, por maior que seja o seu controle sobre os cidadãos, é impossível que ele esteja em todos os lugares (e não tememos discordar da viabilidade da distopia orwelliana do *Big Brother*).

A única forma que nos parece viável para que o Estado, no contexto da transição

³⁷⁵ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.66.

³⁷⁶ Ibidem, p.151.

³⁷⁷ BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p.109.

³⁷⁸ NOA, José Antonio Gell. Op. Cit., p.55.

socialista, consiga exercer o necessário controle sobre a população, em um sentido que busca encontrar a máxima liberdade possível no interior dessa realidade, é lançando mão da própria população. Mas não em um sentido de que ela cumpra o papel de “continuação” do aparato estatal, imobilizada no interior de padrões ideológicos rígidos, e sim como força criativa e transformadora de uma nova sociedade que se ambiciona erigir.

Para tanto, é necessário que se compreenda que a transição socialista diz respeito a todo o povo, que obtêm a consciência de que é necessário superar o capitalismo. É necessário que a transição socialista tenha por protagonista as massas populares, não a vanguarda que desencadeou o processo. A não ser que consideremos Fidel Castro como um feiticeiro, capaz de encantar (no sentido “místico” da palavra) o povo cubano e submetê-lo à sua vontade, é inviável a hipótese de que, após quatro anos da vitória, tal controle (distorcido e degenerado em termos do socialismo) pudesse ser aplicado. O que nos parece ter ocorrido foi o seguinte: o poder foi transferido para o povo. Mesmo que em partes, mesmo que pontualmente.

Mas avancemos. A partir do dia 1º de setembro de 1964 começam a ser distribuídos os cartões de identificação de membro dos CDR. Esta era uma reivindicação surgida nas reuniões de críticas e autocrítica, com o objetivo de que a população estabelecesse um melhor controle sobre a militância da organização.³⁷⁹ Esse evento vai ao encontro do que já avaliamos em outros momentos, de que um dos aspectos democráticos que esteve presente nos *comités* encontra-se nesta “via de mão dupla”: os cederistas assumem cada vez mais responsabilidades no processo revolucionário; as massas, ainda que integrem maciçamente a organização, exercem o controle sobre os *comités*, de variadas formas. A criação de um sistema de identificação parece ser uma necessidade bastante razoável.

A atuação cederista também se dará no interior da burocracia estatal em seu sentido estrito. Nesses casos, podemos supor uma maior agilidade nas atividades administrativas, na medida em que elas são desenvolvidas por amplas parcelas da população. No dia 12 de novembro de 1964 foi anunciado um plano experimental de ajuda, por parte dos CDR, ao Ministério da Justiça. Inicialmente os *comités* se tornariam responsáveis pelos registros de nascimento e casamento.³⁸⁰ A partir do dia 22 de fevereiro de 1966, os CDR passarão a ter uma atuação massiva em auxílio do judiciário: além dos registros citados, os cederistas realizarão intimações judiciais, limpam e embelezam tribunais, etc.³⁸¹ No caso específico das intimações

³⁷⁹ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.88-89.

³⁸⁰ *Ibidem*, p.99.

³⁸¹ *Ibidem*, p.140.

judiciais, é fácil supor o acréscimo de sua eficiência. Os cederistas tem, por sua própria função, um amplo conhecimento sobre onde encontrar seus vizinhos, um conhecimento que é, ao menos, muito maior do que aquele existente no poder judiciário. Agilizando essas intimações, acelera-se todo o andamento do processo judicial, que deixa de ser arrastado além do tempo previsto por pequenos entraves, como o “desaparecimento” das partes citadas nos autos.

Seguindo nessa alçada, no dia 5 de dezembro de 1970 a Direção Nacional anunciou a finalização dos preparativos para que os CDR começassem o processo de confecção e distribuição das novas cédulas de identidade do país, o “Carné de Identidad y Registro Permanente de Población”.³⁸² O sistema foi implementado em definitivo a partir da promulgação da lei 1.234 do governo revolucionário, onde se estabeleceu como competência cederista o Sistema de Registro de Población y Carné de Identidad. O sistema passou a funcionar a partir do dia 15 de junho de 1971.³⁸³ Comentário semelhante ao anterior pode ser feito aqui: a soma dos CDR no processo certamente acelerou essas emissões e serviu para reduzir, ainda que parcialmente, os entraves burocráticos de nossas sociedades modernas, imersas em fichas e formulários.

Destes dois eventos, apontamos para uma reflexão interessantíssima que diz respeito ao potencial democratizante que a participação popular pode carregar ao compor o aparelho estatal neste tipo de tarefa. Podemos pensar, mais especificamente, a forma como esta dinâmica pode superar tendências burocratizantes presentes no contexto da transição socialista. Na medida em que a fonte consultada não nos permite um aprofundamento neste raciocínio, nos resta apenas aguardar o avanço de novas pesquisas. Esta parece ser uma oportunidade bastante rica.

Chama a atenção o papel cumprido pelos *comités* no que toca ao controle do trabalho. Mais especificamente, neste caso, do desemprego. O pleno emprego é um princípio lógico da transição socialista, na medida em que se busca superar os limites impostos pelo capitalismo à plena realização humana, o que passa pela realização através do trabalho.³⁸⁴ Neste sentido, Cuba buscou assegurar que toda a população fosse integrada nas relações de produção do país, dando um prazo para que os cidadãos cubanos desempregados informassem o governo, de modo a se tentar gerenciar essa demanda. O prazo citado concluiu-se no dia 31 de março de 1971. A atuação cederista neste processo parece ter sido fundamental: seus membros realizaram o

³⁸² Ibidem, p.299.

³⁸³ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.7.

³⁸⁴ Pleno emprego que só pode tornar-se possível quando for atendida a “necessidade primordial de adotarmos o modo de controle de nossa reprodução sociometabólica fundado no *tempo disponível*”. MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.159.

levantamento dos indivíduos em suas zonas de atuação que se encontravam nessa situação e desenvolveram “discussões persuasivas” para tentar integrar essas pessoas ao trabalho, nos casos em que havia a resistência de indivíduos mais interessados em permanecerem desocupados.³⁸⁵ Os CDR começaram, então, a oferecer informações sobre os indivíduos que continuavam a tentar burlar a Ley contra la Vagancia de forma intencional.³⁸⁶

Qual a validade deste sistema? Ora, a construção do socialismo não pode prescindir da construção de novas mulheres e novos homens. Construção que passa pelo despertar de suas consciências frente a necessidade de que sejam integrados ao funcionamento da sociedade, não por serem necessários, como ferramentas descartáveis – o que é natural no capitalismo –, mas por serem imprescindíveis, na medida em que compõem essa totalidade. Por serem seus “motores”, nas palavras de Che.³⁸⁷ Esse trabalho poderia ser desenvolvido por funcionários do Estado. Na medida em que ocorre através dos CDR, é possível que tenha contado com um maior grau de “humanidade”, por assim dizer, fugindo da frieza da burocracia e dos números. Os cederistas, ao tentarem conscientizar seus vizinhos de rua e quadra, podem ter atenuado um pouco as dores do parto para o nascimento desta nova consciência humana.

2.7. Safra Gigante³⁸⁸

Para encerrar essa seção, devemos nos concentrar na participação cederista no contexto da Safra Gigante, ou Safra dos 10 milhões. O governo, para superar as dificuldades econômicas encontradas nos primeiros anos da Revolução, lançou a meta de atingir uma safra de dez milhões de toneladas de açúcar. Este não foi um episódio menor. Para atingir esta meta:

[...] se mobilizaram todos os recursos disponíveis no país. Em meio a uma grande campanha de propaganda política e de mobilização de trabalhadores para participar da safra, para a qual se incorporou diretamente um milhão de pessoas, o país passou a girar em torno do objetivo dos dez milhões, conforme enunciava o nome do ano de 1970 (Ano dos 10 milhões). Apesar dos graves distúrbios que essa prioridade extrema de recursos trouxe para a economia cubana, o objetivo não foi alcançado: conseguiu-se uma safra recorde, mas próxima dos oito milhões de toneladas. A direção da revolução assumiu a responsabilidade pelo fracasso, e Fidel Castro submeteu a sua renúncia à consideração de uma concentração de centenas de milhares de pessoas na

³⁸⁵ Ibidem, p.3.

³⁸⁶ Ibidem, p.4.

³⁸⁷ GUEVARA, Ernesto “Che”. O socialismo e o homem em Cuba. IN: SADER, Emir (org.). **Che Guevara – Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.255. Acerca desse ponto, indicamos a leitura da integralidade do texto.

³⁸⁸ No que diz respeito ao papel empreendido pelos CDR na vigilância, abordamos essa questão no ponto 1.6. deste capítulo.

Praça da Revolução, que lhe ratificou sua confiança.³⁸⁹

Um evento de tamanha magnitude não passaria despercebido aos CDR, por óbvio. De fato, o que observamos foi uma maciça participação cederista voltada para este esforço nacional.

No dia 27 de setembro de 1968, véspera do VIIº aniversário dos CDR, é emitido um comunicado da direção nacional dos CDR enfatizando a importância do trabalho na agricultura, tendo em vista atingir a meta lançada para a safra de 1970.³⁹⁰ No contexto das comemorações do 1º de maio de 1969, a Direção Nacional voltou a exortar o esforço dos trabalhadores e cederistas de todo o país na construção da futura safra.³⁹¹ Em agosto, eram enaltecidos os esforços dos cederistas de Camagüey, já que mais de 100.000 membros dos CDR encontravam-se envolvidos em tarefas que se somavam ao esforço produtivo apenas nesta província.³⁹² Foi neste tom que os CDR se aproximaram de seu nono aniversário, levantando a consigna “Un 28 a la altura de los 10 millones”.³⁹³ No dia 27 de outubro de 1969, Fidel Castro esteve à frente de um ato público que anunciava o começo da etapa decisiva da safra.³⁹⁴

A Direção Nacional dos CDR havia estabelecido a hierarquia de prioridades nas chamadas Tarefas Fundamentais dos Comités de Defensa de la Revolución no dia 8 de janeiro de 1969, para o ano que se seguia. Na ordem, elas seriam: 1) Vigilância, 2) Trabalho Ideológico, 3) Informação e Orientação, 4) Saúde Pública, 5) Poder Local, 6) Poupança, 7) Agricultura, 8) Defesa Civil e 9) Organização.³⁹⁵ No contexto da “safra dos 10 milhões”, a Direção Nacional emitiu, em 9 de dezembro do mesmo ano, nova hierarquia das tarefas para que os CDR se somassem devidamente ao esforço na agricultura. A nova orientação era: 1) Vigilância, 2) Trabalho Ideológico, 3) Safra dos 10 milhões, 4) Organização, 5) Educação, 6) Saúde Pública, 7) Serviços, 8) Plano CDR-FAR, 9) Prevenção Social, 10) Tarefas Gerais.³⁹⁶

Para o novo contexto, reorganizava-se uma nova cadeia de prioridades. Observe-se, contudo, que o trabalho na colheita da cana não aparece, apesar de todo o drama envolvido com esta tarefa, no primeiro lugar da escala, aparecendo como terceiro ponto. Este continua sendo a vigilância, função pela qual nasceram os CDR, seguido do trabalho ideológico, ao qual faremos referência na próxima seção do capítulo. Ainda assim, é clara a importância dada para as

³⁸⁹ SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001, p.79.

³⁹⁰ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.228.

³⁹¹ Ibidem, p.249.

³⁹² Ibidem, p.254.

³⁹³ Ibidem, p.256.

³⁹⁴ Ibidem, p.264.

³⁹⁵ Ibidem, p.241.

³⁹⁶ Ibidem, p.268.

atividades relativas à safra.

Pois bem, no dia 19 de maio de 1970, Fidel Castro anunciava que a meta para a safra de 1970 não seria atendida.³⁹⁷ Em sua fala, destacou ser o momento de se materializar a consigna “Convertir el Revés en Victoria”. A safra fracassara, embora tivesse atingido uma marca impressionante, e era momento de organizar o país para se converter essa “derrota” em vitória. Observe-se que Fidel destacou o centro deste objetivo justamente no trabalho de fortalecimento dos CDR.³⁹⁸ Mas por qual razão se priorizariam os *comités* neste momento de se resgatar o país de um fracasso tão retumbante? Em primeiro lugar, isso parece ter sido uma decorrência da enorme importância que a organização adquiriu no decorrer de sua história e que temos nos referido até o momento.

Mas existe um fator específico à safra que carrega certo simbolismo. Observemos que no dia 27, a Direção Nacional dos CDR informava que as metas colocadas para as tarefas do ano de 1970 – incluindo-se aí a Safra dos 10 milhões – já haviam sido atendidas, antes da metade do ano.³⁹⁹ De um modo geral, a meta colocada pelo governo revolucionário havia fracassado. Mas, no que diz respeito especificamente à participação dos *comités*, havia obtido sucesso. Onde o país havia fracassado, os CDR saíam vitoriosos. Isso de modo algum deve ter servido como fator de exagerado orgulho, na medida em que o fracasso ficava bem claro. Mas é fácil supor que os *comités* se convertiam ainda mais em uma referência para o esforço. Mesmo na derrota, é possível que tal mensagem tenha ficado clara: se pretendemos vencer, precisamos contar com a participação dos CDR.

* * *

Do dia 7 ao dia 9 de fevereiro de 1974 ocorreu a IIIª Asamblea de Balance de los CDR. Além de analisar a atuação cederista, ocorreram algumas intervenções de suas principais lideranças. Destacamos uma afirmação feita por Fidel em sua intervenção:

[...] si alguien duda hasta donde son las posibilidades de desarrollo de los Comités de Defensa de la Revolución, habrá que decir: ¡hasta que se haya establecido el comunismo en la sociedad cubana! ¿Y después? Pues después habrá que buscar otras tareas, pero siempre habrá tareas. Entonces será la primera fase del comunismo, la segunda, la tercera, pero no se detendrá el progreso humano. Y por eso nosotros decimos: ¡mientras existan en el hombre ansias de progreso, de perfeccionamiento, tendrán una tarea los Comités de

³⁹⁷ Ibidem, p.278-279.

³⁹⁸ Ibidem, p.280.

³⁹⁹ Ibidem, p.279.

Os CDR foram totalmente integrados ao funcionamento do país. Muitas tarefas, agrupadas aqui e apresentadas brevemente sobre a noção de uma dimensão organizativa, tornaram-se responsabilidade dos cederistas em todo o país. Como pretendemos ter deixado claro, é patente o potencial “democratizante” que esta experiência desencadeou, na medida em que muitas das responsabilidades do Estado eram transferidas às massas e, dessa forma, passavam de um polo ao outro com um conseqüente acréscimo no que diz respeito ao número de pessoas que assumia o poder de decisão sobre elas.

Além disso, como fica claro no trecho destacado do discurso de Fidel, é muito difícil imaginarmos a experiência de transição socialista cubana sem a ajuda dos *comités*. Da limpeza de ruas, às campanhas de vacinação e passando por tarefas burocráticas como a emissão de documentos de identidade, foram muitas as atividades que foram aceleradas e otimizadas – ou ainda, tornadas possíveis, onde um Estado fragilizado não encontraria forças – graças aos esforços dos Comitês de Defesa de la Revolución. Não parece ser exagerada a afirmação feita por Fidel: enquanto houvesse transição socialista em Cuba, seria necessária a participação dos *comités*. Ao invés de uma organização com caráter transitório, os CDR consolidavam-se como experiência original e sólida da Revolução Cubana.

3. Sistema de participação política revolucionária

Antes de avançarmos, é necessário repetirmos uma breve ressalva. É evidente que não entendemos como políticas apenas as atividades que serão analisadas neste item do capítulo, conforme já expomos. Em verdade, os CDR fizeram política quando combatiam a contrarrevolução e quando organizavam seminários sobre saúde pública, com todos os outros intervalos entre e depois dessas duas atividades. Toda a atuação cederista é, em si mesma, política. Optamos, para fins expositivos, por agrupar aqui aquelas que podem ser consideradas como atividades político-ideológicas em um sentido mais estrito.

Estas atividades podem ser divididas em quatro grandes grupos: mobilização de massas, relativa ao trabalho de agitação feito pelos CDR; educação revolucionária, acerca do papel na construção de uma nova consciência, do homem novo e da mulher nova; de relações internacionais, relevante ao levarmos em consideração a importância que o internacionalismo

⁴⁰⁰ IDEM. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.52.

apresenta no decorrer da Revolução; e, finalmente, a atuação dos *comités* no processo de institucionalização da Revolução, através da implementação do Poder Popular. É nesse sentido que pensamos ser razoável considerar os CDR como um sistema de participação política revolucionária, além do que já foi considerado ao seu respeito. Passemos, então, ao primeiro tópico.

3.1. Mobilização de massas e apoio ideológico

Começamos por um evento bastante simbólico para a Revolução Cubana. Os CDR iniciaram um amplo trabalho de mobilização popular, no dia 1º de fevereiro de 1962, com o objetivo de que a população se deslocasse até a Plaza de la Revolución no dia 4, para que fosse votada a II Declaração de Havana. A declaração seria votada em ampla assembleia popular⁴⁰¹, como resposta aos acordos adotados na última reunião da OEA.⁴⁰² Era natural que a maior organização de massas do país atuasse sobre esse contexto. Como dissemos anteriormente, a relação vanguarda-população cumpriu um importante papel de legitimação para o processo revolucionário cubano. O que nos parece interessante é a observação de que os CDR, com menos de dois anos de existência, já estivessem integrados nesse tipo de dinâmica. Isso nos leva a crer – e essa hipótese se confirmará adiante – que os comités não foram apenas um “braço burocrático” da vanguarda, lidando com a vigilância e as tarefas administrativas do país, mas foram um legítimo canal de participação política pela base, assim como um disparador da agitação revolucionária.

A eficiência da agitação política cederista certamente se relaciona com o grau de legitimidade que é associado à organização. Já nos referimos extensamente às suas vitórias e aquelas atividades do cotidiano que passaram para sua responsabilidade e que parecem ter sido realizadas de modo satisfatório. Outra característica contribuiu para sua legitimação junto às massas: seus membros são parte do povo cubano, sua organização se estabeleceu organicamente a partir dele. Fidel Castro, no contexto do segundo aniversário (1962) dos CDR, proferiu um discurso saudando esta organização. Destacamos a seguinte passagem, que corrobora nossa hipótese:

⁴⁰¹ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.4-5.

⁴⁰² “Sem invasão nem guerra, os americanos buscaram derrubar Castro por todos os meios, e orquestraram diligentemente uma coalizão internacional contra a ilha na América Latina. A Organização dos Estados Americanos, sob pressão dos Estados Unidos, votou a expulsão de Cuba no começo de 1962”. GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.225.

El mérito grande de este éxito estriba, fundamentalmente, en el hecho de que esta organización ha ido extrayendo sus cuadros de las propias masas. No es que se contara desde el principio con un gran número de cuadros, no es que se contara desde el principio con compañeros experimentados en actividades organizativas, sino que sobre la marcha, esta organización ha ido formando cuadros, sobre la marcha ha ido seleccionando miles y miles de hombres y mujeres de la masa, al descubrir cualidades de organizadores.⁴⁰³

A afirmada organicidade dos CDR não exclui a interferência da vanguarda, estabelecida no Estado após 1959. Seria interessante refletir acerca da potencialmente criativa relação dialética entre Estado e massas no contexto da transição socialista, tensionamento de onde deve emergir uma nova democracia. Infelizmente, as fontes consultadas não permitem uma reflexão mais aprofundada. Observemos que, no dia 1º de outubro de 1965, o recém-constituído Comitê Central do Partido Comunista Cubano emitiu uma orientação aos CDR para que adotem uma estrutura organizativa similar àquela adotada pelo Partido. Entre outras coisas, deveriam ser suprimidos os CDR organizados nos locais de trabalho.⁴⁰⁴

Ocorre, em uma dimensão organizativa, a tentativa de “espelhamento” entre PCC e CDR. Nos parece que esta tenha sido uma forma de submeter os *comités* à estrutura burocrática do novo Estado, ou talvez de somar a organização em um esforço para dar uma certa homogeneidade em ambas as atuações. De resto, não fica clara a razão que pode ter levado à exclusão dos *comités* nos locais de trabalho, sobretudo por não termos conhecimento de qual organismo pode ter assumido as funções de vigiar e coibir sabotagens contrarrevolucionárias.⁴⁰⁵ Certamente é uma demonstração de que a autonomia cederista não era ilimitada e de que a vanguarda e partido detinham certo grau de ingerência sobre a organização.

Além de integrar a população ao processo revolucionário, os CDR também atuaram de forma conjunta a outras organizações. A mais expressiva nesta aproximação parece ter sido a Federación de Mujeres Cubanas. A revista *Con la Guardia en Alto* de 1º de fevereiro de 1967, segundo a fonte, trouxe uma mensagem conjunta dos CDR e da Federación de Mujeres Cubanas com o intuito de incentivar que as mulheres se somassem aos *comités*. No dia 3, ambas as organizações emitiram um comunicado conjunto, convocando as mulheres a comporem o esforço nas tarefas agrícolas.⁴⁰⁶ Não temos dados que apresentem a proporção entre homens e mulheres nos *comités*. É possível inferir que, tendo ocorrido esse comunicado conjunto,

⁴⁰³ NOA, José Antonio Gell. Op. Cit., p.27.

⁴⁰⁴ Ibidem, p.134.

⁴⁰⁵ Apontamos para a hipótese de que esta tarefa passasse para a Central de Trabajadores de Cuba (CTC).

⁴⁰⁶ Ibidem, p.176.

tenhamos um número abaixo do que era esperado para mulheres, do contrário não haveria razões para essa mensagem. Uma ampla composição de gênero é uma necessidade óbvia para uma organização de massas que pretende possuir o alcance dos CDR. Além disso, em uma sociedade de caráter historicamente machista, a aproximação entre CDR e FMC pode ter construído um canal para a manifestação de reivindicações feministas.

É interessante destacarmos um trecho do discurso proferido por Fidel Castro no X aniversário dos CDR (1970). Neste, o Comandante apontou o papel de “articulação” que tem sido cumprido pelos cederistas, indo ao encontro do que afirmamos:

Tiene una función que no podían llenar otras organizaciones. Por eso decíamos: complemento de la organización política, en primer lugar; de las organizaciones obreras, de las organizaciones femininas, de las organizaciones juveniles, de las organizaciones estudiantiles. De manera que en los Comités de Defensa de la Revolución se aglutinan los revolucionarios de todo el pueblo, sean jóvenes, sean viejos, sean personas adultas, sean hombres, sean mujeres. Con ello la base, el fundamento de nuestro movimiento de masas queda sólidamente y definitivamente articulado.⁴⁰⁷

Infelizmente, não temos acesso a documentos para mapear essa tarefa. Mesmo assim, podemos complementar essa afirmação lembrando que os *comités* foram a maior organização de massas no período. Não raro, cederistas compunham também outros espaços de militância. De fato, isso parece ter sido bastante frequente. Desse modo, é possível que os CDR fossem uma espécie de lugar comum para as diversas organizações, local em que os militantes de outros pontos encontravam-se, sobreposição de distintas dimensões de atuação, ainda que conservando sua autonomia.

Sobre a integração das massas aos CDR, devemos nos perguntar: na transição socialista cubana, era razoável que ela desse conta da totalidade da população? Deveriam os comités crescer ao ponto em que se confundissem ao povo? Segundo a própria organização, não. Vejamos um evento em específico, que pode nos ajudar a esclarecer essa questão. No dia 1º de junho de 1967, foi apresentado um comunicado da Direção Nacional com o fim de esclarecer alguns equívocos que estavam sendo realizados no recente processo de crescimento e fortalecimento dos CDR. Os dois pontos centrais eram os seguintes: em primeiro lugar, o ímpeto pelo aumento de suas fileiras fazia com que “inimigos da Revolução” fossem convocados a fazer parte dos *comités*; em segundo lugar, corrigia-se a interpretação equivocada de que existia a obrigatoriedade no ingresso dos CDR, de que 100% dos vizinhos deveriam se

⁴⁰⁷ Ibidem, p.289.

somar aos *comités*.⁴⁰⁸

Um risco evidente, conforme podemos observar. A tentativa de tornar a organização cada vez maior em pouco tempo teria feito com que indivíduos simpáticos à contrarrevolução engrossassem as fileiras de um organismo surgido, fundamentalmente, para combatê-los! Talvez o anseio por novos recrutamentos tenha suprimido o mais prudente dos filtros em uma transição socialista. A provável justificativa aparece na fonte, conforme citamos, por um erro interpretativo dos cederistas no entendimento do comando dado. Por mais amplos que tenham se tornados os CDR, no que diz respeito à sua atuação e no número de seus membros, a razão de ser dos *comités*, em essência, ainda era o combate aos contrarrevolucionários.

Encontramos um trabalho de agitação bastante ilustrativo no começo de 1968. Pois bem, na edição do dia 1º de abril de 1968, a revista cederista, segundo a fonte, enalteceu os esforços realizados na Ofensiva Revolucionária, anunciada por Fidel nos dias 13 e 15 de março, tendo por objetivo o aprofundamento do socialismo no país, sobretudo no que diz respeito ao comércio interno.

A resposta dos CDR a esta tarefa foi imediata: nos mesmos dias dos pronunciamentos, iniciou-se o trabalho político de orientação para a população; além disso, cederistas se deslocaram para a frente de locais de comércio onde ocorria especulação com preços de mercadorias e fizeram “comícios relâmpago” para o povo, ao mesmo tempo em que apreendiam suas mercadorias e maquinário.⁴⁰⁹ Esse tipo de tarefa poderia encontrar dificuldades, não fosse o massivo apoio da população. É certo que esses “comícios relâmpago” ampliaram o alcance daquilo que as lideranças apontavam como Ofensiva Revolucionária. Os locais escolhidos e o fato de que os cederistas atuavam diretamente, confiscando esses bens, pode ter elaborado cenários um tanto “heroicos” para essas medidas. Não podemos ignorar que a parte mais visível desse projeto era realizada pelo próprio povo, aos olhos da população, ainda que representados nas figuras cederistas.

Temos indicado o potencial das organizações de massa, no contexto da transição socialista, como fonte de tensionamento democratizante entre vanguarda revolucionária e massas. Esta hipótese tem sido demonstrada no decorrer de nosso trabalho, em diversos momentos. Contudo, pensamos ser possível afirmar de forma mais contundente a possibilidade em questão através do estudo de um evento.

Vejamos o ocorrido no dia 15 de agosto de 1970, quando foi realizada uma reunião da Direção Nacional dos CDR, com o intuito de se articular orientações sobre como essa

⁴⁰⁸ Ibidem, p.184.

⁴⁰⁹ Ibidem, p.214-215.

organização deveria se posicionar frente a futura reunião que o Partido realizaria com as organizações de massas, entre os dias 20 e 22. Essas orientações partiriam dos próprios *comités* espalhados pelo país. Podemos arrolar algumas das críticas apontadas para serem levadas a esse encontro, conforme encontramos nas *Cronologías*: informações imprecisas (ou inexistentes) acerca das ações contrarrevolucionárias e seus resultados; dificuldade do Partido em atender as inquietações das massas; e a dificuldade em se atender as exigências das comunidades pela ineficiência das administrações locais. Na reunião teriam sido discutidas soluções para como se poderia melhorar a relação entre o Partido e as massas.⁴¹⁰

Não surpreende a dificuldade, para a população, em se fazer ouvir pela estrutura burocrática do partido. Por mais democrático que ela fosse (ou pretendesse ser), como atender os anseios de milhões de cubanos com um mínimo de “ruído” nessa comunicação? Como dimensionar quais são as críticas mais regulares? Este é um papel que poderia ser cumprido pelas organizações de massas. Uma das críticas diz respeito especificamente à missão principal dos CDR, a vigilância revolucionária. Mas as demais são francamente democráticas, demonstrando uma preocupação por parte do povo cubano em ser ouvido no que lhe perturba, em serem atendidas as reivindicações locais. No período estudado, não encontramos referência à outra mobilização do tipo. Não parece ter havido outra crítica sistemática ao partido pelos CDR, ao menos até meados da década de 1970. Por quê desperdiçar um canal com este potencial?

Os *comités* foram importantes norteadores da atuação popular. A Revolução Cubana foi caracterizada pelo massivo apoio das massas, por uma atuação que lhe deu suporte e que tornou possível iniciar a construção do socialismo dentro dos duros limites de um país que rompia com o capitalismo dependente. Esse apoio foi possível, inclusive, graças ao papel desempenhados pelos Comités de Defensa de la Revolución, mobilizando, agitando e reproduzindo as orientações que era emitidas pela vanguarda. Mobilizavam a população ao mesmo tempo em que aglutinavam a atuação das organizações de massa, o que pode ter conferido uma certa coerência entre elas. Isso sem abandonar um sentido crítico às lideranças e ao Partido, que nem sempre eram capazes de corresponder ao que era esperado pelo povo.

⁴¹⁰ “Se plantea que ‘independientemente de algunas deficiencias que tenemos los CDR en el desarrollo de esta tarea las causas principales que inciden en su lento desarrollo son: La no participación de los responsables de los organismos que deben estar en las asambleas y la no respuesta o solución a los problemas planteados por los vecinos (...) como consecuencia de estos dos factores, los CDR y los comités de zonas que no pueden ni dar respuesta, ni solución a los problemas en la mayoría de los casos, son los que tienen que enfrentar la irritación de las masas, poniendo en una situación difícil a la Organización”. – El frente de Cultura en los CDR es ‘casi nulo’ debido a la falta de atención y recursos por parte de los organismos competentes”. Ibidem, p.284-285.

3.2. Educação revolucionária

Os CDR cumpriram um importante papel na educação revolucionária cubana. Desse modo, podemos atribuir a eles parte das responsabilidades pela formação de uma nova consciência socialista, marcada por sentimentos de solidariedade e internacionalismo.

A primeira referência encontrada nesse sentido aparece no dia 31 de janeiro de 1962, quando a Direção Nacional dos CDR orientou a criação de bibliotecas populares em todos os *comités* espalhados pelo país.⁴¹¹ Esta não foi a primeira prática desse tipo. De fato, os CDR estiveram plenamente integrados no esforço empreendido pela Revolução em formar sua população, melhorar os níveis educacionais e superar os limites de consciência formadas no interior da ideologia capitalista. Tarefa que não pode ser menosprezada, na medida em que não podemos conceber um processo de radical e profunda democratização sem conferir ao povo as ferramentas teóricas e analíticas necessárias para que este possa operacionalizar a realidade.

Disponibilizar o acesso a livros em todo o país já é empreendimento considerável, mas ele não ocorre de forma solitária. A partir do dia 28 de abril de 1962⁴¹², começam a funcionar nos CDR os Círculos de Instrucción Revolucionaria (CIR). Os primeiros materiais para estudo foram alguns discursos de Fidel Castro, a II Declaração de Havana e o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.⁴¹³ Aparentemente, os CIR se concentraram em aspectos ideológicos.

Esse trabalho também ocorreu de outras formas, não apenas em círculos de estudo. Por exemplo, entre fins de fevereiro e início de março de 1967 – a fonte não deixa clara a data – foram organizadas audições públicas da II Declaração de Havana, com o fim de homenagear o quinto aniversário desse pronunciamento.⁴¹⁴ Aparelhos de rádio em toda Cuba reproduziam, a partir dos Comitês de Defensa de la Revolución, um dos mais importantes e históricos discursos proferidos por Fidel Castro.⁴¹⁵

Dando continuidade a uma formação ideológica que tentava não ignorar os aspectos nacionais de sua realidade, foram criados, no início de 1968, “Libreros Martianos” em cada regional dos CDR, contando com as obras completas de José Martí, no contexto das comemorações de seu 115º aniversário.⁴¹⁶ O “apóstolo” da Revolução era homenageado, entre

⁴¹¹ Ibidem, p.4.

⁴¹² Ano da Campanha de Alfabetização.

⁴¹³ Ibidem, p.12.

⁴¹⁴ Ibidem, p.178.

⁴¹⁵ Ver: CASTRO RUZ, Fidel. **As declarações de Havana**. Apresentado por Tariq Ali. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

⁴¹⁶ Ibidem, p.208.

outras formas, aproximando a população do conhecimento de seus textos.

Esta formação também teve um caráter bastante prático. No dia 9 de fevereiro de 1968 foram criados os “Diálogos con el Pueblo”. Os cederistas passaram a informar a população de suas zonas sobre as medidas que a Revolução pretendia implementar, de modo a recolher críticas e sugestões por parte da população.⁴¹⁷ Através dos CDR, tentava-se criar um canal de orientação e diálogo sobre aquilo que era decidido pelo poder estabelecido. Não temos condições de avaliar a eficiência com que as críticas chegavam às lideranças responsáveis por cada medida, mas é certo que esse espaço serviu, ao menos, como lugar de onde a população poderia tomar um melhor conhecimento sobre estas medidas que seriam, futuramente, implementadas pelo governo. Tarefa que colaborava na formação de consenso ao qual a Revolução buscou sustentação.

Chamou nossa atenção a forma como a revista cederista pretendeu homenagear o XV aniversário do Assalto ao Quartel Moncada. Sua edição de julho de 1968, conforme consta nas *Cronologías*, vinha acompanhada de uma edição integral do texto presente no Diário de Che Guevara na Bolívia.⁴¹⁸ Lembrava-se de um feito do passado, realizando a ligação com feitos heroicos do presente, como em um processo contínuo, como em uma revolução que não se esgotava em seus eventos pretéritos, mas que avançava sempre e mais.

Notemos que esse aspecto educacional não ficava restrito “para fora” dos CDR, direcionado à população não organizada, mas também significou a formação revolucionária dos próprios cederistas. No dia 28 de setembro de 1962, foi inaugurada a primeira Escuela Nacional de Cuadros de los CDR, tendo sido matriculados 220 cederistas membros dos níveis de direção.⁴¹⁹ Logo nos primeiros anos de existência dessa organização, foi criada uma instituição exclusivamente responsável por atender a necessidade de formar quadros capazes de coordenar as atividades nos CDR, demonstrando a forma precoce como esta preocupação se fez presente.

Além dessa formação, também tentou-se realizar esse trabalho educativo por outros meios. É digna de nota a criação da revista Guía para la Acción, publicada a partir de 31 de março de 1963. Seu objetivo específico era o de oferecer orientações para o trabalho político dos membros dos CDR.⁴²⁰ Embora não detendo a complexidade de uma formação na Escuela Nacional de Cuadros, é certo que o alcance deste meio foi muitas vezes maior, podendo abarcar um número muito grande de cederistas, mesmo aqueles não incluídos nos quadros de direção.

⁴¹⁷ Ibidem, p.209.

⁴¹⁸ Ibidem, p.221.

⁴¹⁹ Ibidem, p.28.

⁴²⁰ Ibidem, p.41.

O processo de formação ideológica “escolar” dos CDR parece ter avançado de forma bastante veloz. No dia 31 de julho de 1963 foi informada a situação em que este se encontrava. Neste momento, 255.460 cederistas recebiam instrução marxista em distintos espaços, de escolas orientadas para esse fim a círculos de estudo.⁴²¹ Este número corresponde a pouco mais de 15,45% de todos os cederistas recebendo formação política direcionada para sua atividade nos *comités*.

O mais destacado esforço na formação dos cederistas aparece no dia 22 de setembro de 1969, quando é anunciada a “Ofensiva Ideológica”, buscando reforçar esse trabalho entre seus membros. Essa ofensiva se organizou sob o lema “Un día de cada mes, día del estudio en los CDR”.⁴²² Em dezembro foi anunciado que 1.012.312 membros dos CDR já haviam sido incorporados aos estudos políticos.⁴²³

3.3. Relações internacionais

O internacionalismo revolucionário é uma marca de todo o processo cubano. Por esta razão, não nos impressiona que encontremos inúmeras referências a ações com esse caráter realizadas pelos CDR. Esta atuação inicia-se bastante cedo, demonstrando que os *comités* não ignoravam o contexto internacional ao qual Cuba estava inserida. No dia 22 de janeiro de 1962, a Direção Nacional dos CDR emitiu mensagem em apoio à Conferência dos Povos e condenando a Conferência de Punta del Este. O governo cubano seria expulso da Organização dos Estados Americanos (OEA) no dia 31, o que iniciaria um longo processo de agressões e boicotes estrangeiros.⁴²⁴ Chama a atenção que a primeira viagem cederista oficial para fora do país ocorre de forma bastante precoce: entre os dias 9 e 14 de julho de 1962, uma delegação dos CDR participou do Congresso Mundial pelo Desarmamento e pela Paz, ocorrida em Moscou.⁴²⁵

No contexto de seu segundo aniversário (1962), tomava-se conhecimento da criação de Comitês de Vigilância em cidades da Argélia, sob a inspiração dos CDR cubanos.⁴²⁶ É interessante observar a velocidade com que os *comités* inspiram outras experiências. Não temos informações acerca desses comitês argelinos, mas não temos dúvidas de que seria uma

⁴²¹ Ibidem, p.51.

⁴²² Ibidem, p.261.

⁴²³ Ibidem, p.268.

⁴²⁴ Ibidem, p.3.

⁴²⁵ Ibidem, p.19.

⁴²⁶ Ibidem, p.28.

interessante análise sobre a relação entre ambos os processos e as formas como eles se influenciaram mutuamente. Outro evento interessante, ainda nos primeiros anos da organização, ocorreu no dia 11 de setembro de 1963. No contexto das comemorações do quarto aniversário de sua criação, os CDR declararam “homenagem dos CDR a todos os povos do mundo”. Neste dia, cederistas acolheram membros e funcionários das embaixadas situadas em Cuba, bem como marinheiros atracados na ilha, em comemoração.⁴²⁷

No período estudado, ocorreram inúmeras visitas aos *comités* e viagens de comitivas cederistas para fora do país.⁴²⁸ Elas, naturalmente, concentraram-se em organizações e países que passavam por experiências revolucionárias, membros da União Soviética ou não. Em muitas delas, os visitantes estavam interessados em compreender como se dava o funcionamento dos Comitês de Defesa de la Revolución, tentando aprender com essa experiência de modo a enfrentar as necessidades que se colocavam em seus contextos específicos.

Avancemos para alguns eventos em específico, que nos parecem ilustrativos. Podemos começar notando que os CDR estabeleceram fortes laços de solidariedade para com o povo vietnamita, em razão da guerra de agressão que sofriam por parte dos Estados Unidos da

⁴²⁷ Ibidem, p.98.

⁴²⁸ Os CDR estabeleceram acordos de intercâmbio e colaboração com a Frente Nacional da República Democrática Alemã (RDA) e com a Frente pela Pátria da Bulgária no dia 3 de outubro de 1964. No dia 12 de maio de 1966, uma delegação cederista parte para a RDA, em convite feito pela Frente Nacional Patriótica. No dia 10 de junho do mesmo ano, outra delegação parte rumo à Tchecoslováquia. No dia 15 de julho, é feita uma viagem para a Bulgária. O número de recepções de representantes estrangeiros e viagens ao exterior por parte de membros dos CDR é especialmente significativo no terceiro quinquênio que estamos analisando. No dia 1º de março de 1971, Laura Allende, deputada do Partido Socialista do Chile, visitou a Direção Nacional dos CDR para conhecer o funcionamento da organização. Representantes cederistas visitaram o Comitê Executivo do Soviete de Moscou em 1º de novembro. Em 18 de julho de 1972, uma delegação da Aliança Socialista Iugoslava visitou Cuba a convite da Direção Nacional dos CDR. No dia 17 de outubro, uma delegação da Frente Nacional da Tchecoslováquia visitou a sede nacional dos CDR. No dia 31 do mesmo mês chegavam representantes do Comitê Popular de Pyongyang, da República Popular da Coreia. Em novembro, os CDR foram visitados por uma comitiva do Iêmen do Sul. Em 23 de novembro foi a vez de uma delegação da Frente Popular Democrática da Hungria. Uma delegação do Partido Esquerda Comunista da Suécia chegou no dia 1º de dezembro. No dia 6 uma comitiva dos CDR chegava na República Democrática Popular do Iêmen, à convite da Frente de Libertação Nacional. Os CDR foram convidados, pelo Comitê Popular de Pyongyang, à visitar a Coreia. Uma delegação chegou ao país em 2 de janeiro de 1973. Membros da Frente da Unidade Socialista da Romênia visitaram a Direção Nacional cederista entre os dias 24 de março e 2 de abril. Ocorreu um diálogo com uma delegação do Partido Comunista da Colômbia em 6 de junho. John Gollan, secretário-geral do Partido Comunista da Grã-Bretanha, visitou a Direção Nacional dos CDR em 29 de novembro. O mesmo fez, no dia 11 de dezembro, uma delegação da Frente Nacional da República Democrática Alemã. No dia 11 de janeiro de 1974, foi a vez de uma delegação panamenha, seguidos por uma delegação de mulheres do Panamá em 25 de maio. A Direção Nacional dos CDR visitou a República Democrática Alemã no dia 3 de outubro, a convite da Frente Nacional Democrática. Entre os dias 7 e 15 de novembro a Direção Nacional visitou o Panamá e o Perú. A Organização para a Libertação da Palestina visitou a sede nacional dos CDR em 19 de novembro. Uma ampla delegação panamenha conheceu os CDR no dia 8 de janeiro de 1975. Ela era composta por integrantes da Guarda Nacional, da Federación de Mujeres Democráticas, Confederación Nacional de Asentamiento Campesino e Federación de Estudiantes de Panamá. Ibidem, p.96, 149, 150 e 154. **IDEM. Cronología para la historia de los Comitês de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.3, 15, 24, 30, 31, 32, 36, 38, 40, 48, 51, 57, 65, 66, 67 e 71.

América, conforme podemos observar em uma série de atos e eventos realizados pela organização sobre o país.

Os *comités* começaram a organizar uma ampla campanha de doações (de vestuário, sobretudo) no dia 24 de janeiro de 1964, em apoio ao povo vietnamita. Seu lema era “Vietnam te necesita, ningún Flora detendrá la Revolución de los pueblos”.⁴²⁹ 1967 foi nomeado como “Ano do Vietnam Heroico”. Neste contexto, a Direção Nacional dos CDR enviou, em junho, uma mensagem de saudação ao líder revolucionário Ho Chi Minh. No mesmo período foi comemorada o abatimento do avião militar estadunidense de número 2.000, realizando-se comemorações em todo o país com a organização dos CDR.⁴³⁰ Ho Chi Minh faleceu no dia 3 de setembro de 1969 e, em razão disso, foram cumpridos sete dias de luto oficial pela morte do líder revolucionário no país. Os CDR organizaram diversas atividades em honra à sua memória.⁴³¹ A Direção Nacional emitiu um comunicado, no dia 5 de maio de 1971, demandando o fim dos bombardeios estadunidenses no Vietnam.⁴³² Em 29 de agosto de 1972, novo comunicado denunciava os crimes genocidas perpetrados pelo governo dos Estados Unidos contra o povo vietnamita.⁴³³ No dia 12 de outubro do mesmo ano, outro comunicado condenava os bombardeios.⁴³⁴

Chama nossa atenção outros três eventos: do dia 22 ao dia 28 de maio de 1967, os cederistas apoiam diversas atividades na jornada de solidariedade aos povos da África.⁴³⁵ No dia 4 de fevereiro de 1972, a Direção Nacional emitiu um comunicado oficial condenando a prisão da militante estadunidense Angela Davis. Nesse texto, foi destacado o papel revolucionário da mulher.⁴³⁶ Entre os dias 23 e 25 de dezembro de 1972 foram recolhidos e enviados diversos medicamentos e alimentos para a Nicarágua, como forma de se prestar ajuda humanitária às vítimas do terremoto que assolou Managua.⁴³⁷ O primeiro é ilustrativo de uma relação de solidariedade que se repete em muitos momentos, para com o continente africano. No segundo caso, observa-se que a atuação dos CDR no que diz respeito às relações exteriores

⁴²⁹ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.107.

⁴³⁰ Ibidem, p.186.

⁴³¹ Ibidem, p.257.

⁴³² NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.5.

⁴³³ Ibidem, p.26

⁴³⁴ Ibidem, p.30.

⁴³⁵ IDEM. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.183.

⁴³⁶ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.20.

⁴³⁷ Ibidem, p.33.

não se vinculava exclusivamente ao que afeta diretamente Cuba. Por fim, é interessante observar o esforço por parte dos cederistas para ajudar os moradores de Managua, realizando mutirões, bastante típicos como forma de atuação desta organização.

A última referência que encontramos, para o período estudado, diz respeito a um triste episódio latino-americano: no Chile, ocorre o violento golpe contra o governo de Salvador Allende, no dia 11 de setembro de 1973. Os CDR reagiram vigorosamente contra essa ação que frustrava a tentativa de criação de uma alternativa socialista por via eleitoral no Chile. No mesmo dia do atentado, a Direção Nacional emitiu um comunicado repudiando o “golpe fascista no Chile”.⁴³⁸ No dia 28 de setembro, XIII aniversário dos CDR, a população compôs essa ampla manifestação portando as já típicas bandeiras de Cuba e do Movimento 26 de julho, mas também apareceram muitas bandeiras do Chile.⁴³⁹ De fato, a tônica das intervenções realizadas no evento foi o tom de virulenta crítica aos ataques sofridos pelo povo chileno e por seu presidente, Salvador Allende.⁴⁴⁰

Pois bem, dito isso, podemos observar que os Comités de Defensa de la Revolución buscaram se integrar em um contexto internacional mais amplo, tanto ao realizar visitas, como recebendo observadores internacionais. Além disso, a postura dos cederistas refletia o espírito de solidariedade internacionalista que perpassou a experiência revolucionária cubana. O fato dos *comités* participarem dos eventos citados neste item chama a atenção, ao indicar a integração que a população cubana adotava ao aproximar-se do internacionalismo revolucionário. Internacionalismo que, como fica claro, não se reduzia a uma política adotada pelas lideranças na vanguarda.

3.4. Legislação e Poder Popular

A institucionalização do Poder Popular foi um verdadeiro divisor de águas no processo revolucionário cubano. Em termos políticos, foi o momento em que a transição socialista avançou para uma nova etapa, muitas vezes mais democrática do que a anterior. Conforme apresentou Feitosa, foi o momento em que a Revolução passou dos mecanismos de democracia direta (como assembleias, plebiscitos etc.) para uma democracia mais profunda e radical. Até então, a população poderia participar das decisões do Estado apenas através de organizações

⁴³⁸ Ibidem, p.43.

⁴³⁹ Ibidem, p.43.

⁴⁴⁰ Ibidem, p.43-45.

políticas e de massas, com o notório caso dos CDR, ao qual temos nos dedicado.⁴⁴¹ Agora, ela tinha acesso a novas formas de atuação política nas assembleias do Poder Popular. Além disso, não pode ser desprezada a própria elaboração das Constituição de 1976⁴⁴², fruto deste mesmo processo de institucionalização.

Não é nosso objetivo nos determos especificamente sobre o que foi e como funcionou o sistema de Poder Popular, vigente de 1976 até sua reformulação, com a reforma constitucional de 1992.⁴⁴³ Nosso enfoque, como já explicitado, encerra-se justamente antes de que este sistema entre em vigor, na medida em que buscamos compreender como os CDR atuaram neste período de “não-institucionalização”, nesta primeira fase da transição socialista em Cuba. De resto, existem outros bons trabalhos acerca dessa questão.⁴⁴⁴ Mas dada a importância que o sistema irá adquirir, pensamos ser razoável avaliar qual foi a contribuição cederista em sua implementação. Ao fazermos isso, de fato, conservamos o recorte analítico estabelecido anteriormente.

A primeira questão que chama nossa atenção, quando refletimos acerca desse processo, é a envergadura e alcance que a participação popular teve lugar na sua gestação, sendo impossível compreendê-lo sem ser mencionada a atuação dos CDR. Mas esse evento foi precedido de alguns ensaios: entre os dias 1º e 10 de fevereiro de 1973 foram organizadas diversas discussões nos *comités* de cinco projetos de lei. Entre eles, destaca-se a lei que reorganizava o Sistema Judicial no país.⁴⁴⁵ No dia 28 de abril foi informado que a Ley de Organización del Sistema Judicial havia sido discutida por mais de três milhões de pessoas.⁴⁴⁶

A província de Matanzas foi escolhida para servir como experiência de testes, realizada em 1974 para a implementação do sistema de Poder Popular. Segundo Feitosa, isso ocorreu fundamentalmente por duas razões: em primeiro lugar, esta província era considerada a mais organizada do país, o que facilitaria a análise de sua viabilidade; e, além disso, a população cubana associava processos eleitorais a fraudes, herança dos períodos anteriores à Revolução.

⁴⁴¹ FEITOSA, Emily Couto. **As Assembléias de Poder Popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Política e Social da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, 2000, p.34.

⁴⁴² CUBA. **Constitución de la República de Cuba de 1976**. Disponível em <www.juridicas.unam.mx>. Acesso em 3 de junho de 2014.

⁴⁴³ FEITOSA, Emily Couto. Op. Cit., p. 41-43.

⁴⁴⁴ Podemos mencionar o já citado trabalho de Emily Feitosa, bem como outros dois bons trabalhos para a sistematização do sistema de Poder Popular: COLL, Mariana Fiordelisis. **Poder Popular y autogobierno en Cuba: la revolución desde el municipio**. Tesis para o grau de licenciada em Sociología. México D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁴⁴⁵ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.37.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p.39.

Seria preciso reeducar a população nesses termos.⁴⁴⁷

É interessante analisarmos o papel chave que será assumido pelos CDR nesta experiência. De fato, todo o processo eleitoral se irradiou a partir dos *comités*: “para a escolha dos candidatos, os moradores de cada circunscrição eleitoral se reuniram, organizados pelos Comitês de Defesa da Revolução, e escolheram publicamente, à mão alçada, seus candidatos”.⁴⁴⁸ Não sem motivo, no XIV aniversário dos CDR (1974), Jorge Lezcano Pérez, então Coordenador Nacional dos CDR, destacou a importância de que a experiência em Matanzas fosse usada como um exemplo para o resto do país e, naturalmente, para os esforços feitos por parte dos CDR em fortalecer a democracia, contribuindo na sistematização do Poder Popular.⁴⁴⁹

Qual foi o desenrolar dos eventos que levaram à implementação do sistema? No dia 23 de outubro de 1974 formou-se a comissão encarregada de redigir o anteprojeto para a próxima Constituição cubana.⁴⁵⁰ O texto foi entregue ao Comandante-em-chefe Fidel Castro no dia 24 de fevereiro de 1975.⁴⁵¹ O anteprojeto sofreu aprovação prévia pelo Buró Político del Comité Central do PCC no dia 10 de abril.⁴⁵² No dia 23 foi anunciado que o texto constitucional seria discutido pelas organizações de massas do país.⁴⁵³ A Direção Nacional dos CDR destacou a importância desse debate no dia 6 de maio.⁴⁵⁴

Uma reunião entre a Direção Nacional dos CDR e o Ministério da Justiça, em 23 de maio de 1975, organizou a forma como seriam realizadas as discussões do anteprojeto com a população.⁴⁵⁵ No dia 1º de julho essa tarefa foi iniciada, tendo sido concluída em pouco mais de uma semana.⁴⁵⁶ O resumo das discussões foi entregue ao Comitê Central do Partido no dia 9 de julho. 2.120.868 pessoas discutiram o anteprojeto, em 71.576 assembleias.⁴⁵⁷ O Comitê Central aprovou, no dia 29 de dezembro, a realização de um referendo para a aprovação final do texto.⁴⁵⁸ A Direção Nacional iniciou o ano de 1976 afirmando que o apoio ao anteprojeto seria a principal tarefa a ser desempenhada pelos *comités* no começo daquele ano.⁴⁵⁹ No dia 15

⁴⁴⁷ FEITOSA, Emily Couto. Op. Cit. p.37.

⁴⁴⁸ FEITOSA, Emily Couto. Ibidem. p.38.

⁴⁴⁹ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comitês de Defensa de la Revolución.** Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.63.

⁴⁵⁰ Ibidem, p.66.

⁴⁵¹ Ibidem, p.73.

⁴⁵² Ibidem, p.74.

⁴⁵³ Ibidem, p.75.

⁴⁵⁴ Ibidem, p.75.

⁴⁵⁵ Ibidem, p.76.

⁴⁵⁶ Ibidem, p.77.

⁴⁵⁷ Ibidem, p.77.

⁴⁵⁸ Ibidem, p.86.

⁴⁵⁹ Ibidem, p.90.

de fevereiro, a nova Constituição cubana e a Ley de Tránsito Constitucional foram aprovadas pelo referendo.⁴⁶⁰ Participaram desse processo eleitoral 98% dos cidadãos cubanos aptos e o texto constitucional recebeu a aprovação de 97,7% dos votos.⁴⁶¹

Chama a atenção a agilidade com que todo o processo foi desenvolvido. O anteprojeto constitucional foi debatido por um número impressionante de cubanos em pouco mais de uma semana, centralizando-se a partir daí as sugestões de alterações que haviam sido feitas e que, ao que nos parece, vinham sendo acumuladas previamente. O quão mais demorado seria o mesmo processo, tendo ele ocorrido no interior de assembleias nacionais constituintes, e o quanto menos ele refletiria o que pensava a população, quais eram os seus desejos, graças ao filtro de seus representantes! Pensemos, além disso, no tamanho do papel cumprido pelos cederistas. Cubanos em todo o país se dirigiram ao *comité* mais próximo para participar das discussões, tomar conhecimento do conteúdo do texto e propor alterações. Podemos afirmar, sem medo, que no interior dos CDR se desenvolveu um dos processos democráticos mais intensos e originais da América Latina.

* * *

Os Comités de Defensa de la Revolución foram “el primer elemento de participación orgánica, sistemática y territorial de la sociedad cubana después del triunfo de la revolución [...] que juegan un papel organizativo territorial de toda la sociedad que es fundamental hasta nuestros días”.⁴⁶² No decorrer desse capítulo, discorreremos sobre uma série de episódios que confirmam esta afirmação. De todo, podemos apresentar algumas afirmações, como um balanço, sustentada em nossa análise:

1. Os CDR foram a maior organização de massas do país. O alcance de sua atuação se estendeu por toda Cuba, através das centenas de milhares de *comités* existentes na ilha e dos milhões de cederistas;
2. A contrarrevolução foi derrotada graças ao esforço sistemático de vigilância empreendido pelos cederistas. Não fosse sua ajuda, é muito possível que as forças de segurança do país encontrassem sérias dificuldades em antecipar os atentados que a Revolução sofria;

⁴⁶⁰ Ibidem, p.91-92.

⁴⁶¹ Ibidem, p.106.

⁴⁶² COLL, Mariana Fiordeliso. **Poder Popular y autogobierno en Cuba**: la revolución desde el municipio. Tesis para o grau de licenciada em Sociologia. México D.F., Universidad Nacional Autonoma de México, 2005, p.107.

3. As particularidades trazidas por um país de capitalismo dependente, no contexto da transição socialista, trazem como consequência a necessidade de um desmonte ainda mais severo do aparelho estatal preexistente. Não fosse a atuação cederista, muitas tarefas cotidianas e burocráticas encontrariam enormes obstáculos para sua concretização;
4. Em um contexto onde as tensões revolucionárias dificultavam a descentralização do poder, os CDR converteram-se em um espaço por excelência para a participação popular na política, como um canal de onde as massas poderiam tensionar seus interesses contra um aparelho estatal centralizado. Além disso, também serviram como agente mobilizador da população, pela construção do socialismo;
5. Os CDR foram uma experiência absolutamente original do processo revolucionário cubano.

Dito isso, e antes de passarmos às nossas considerações finais, podemos fazer ainda alguns apontamentos. Destacamos uma passagem do pronunciamento de Fidel Castro para o VII aniversário (1967) dos CDR:

Saben ustedes que nuestra Revolución no se caracteriza por crear instituciones abstractas; saben ustedes que una de las características de esta Revolución es tratar de extraer las instituciones de la realidad y no de la imaginación. Ese ha sido un estilo de esta Revolución. La Revolución no empezó creando instituciones abstractas y, ciertamente, las pocas veces que la Revolución ha creado instituciones abstractas, a la larga ha descubierto que ese es un método equivocado de crear instituciones sociales.⁴⁶³

E Fidel acrescentava:

Y yo me pregunto si en la constitución definitiva que nuestra revolución elabore en años venideros se podrá prescindir de los Comités de Defensa de la Revolución [...] si se podrá ignorar la existencia de esta realidad, de esta formidable institución de masas que la Revolución ha creado. Es indiscutible que no.⁴⁶⁴

Precisamos concordar com as palavras de Fidel Castro nas duas passagens. Os CDR são a prova de que a Revolução Cubana foi marcada por uma intensa organicidade e originalidade, sobretudo em seus primeiros anos. É interessante observar o surgimento dos *comités*, como organização que iria se contrapor aos ataques da contrarrevolução, tornando-se depois uma

⁴⁶³ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008, p.194.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p.196.

parte indissociável do que foram as dinâmicas revolucionárias cubanas. Em 1967, Fidel afirmou que pensava não ser possível imaginar a Revolução sem esta “formidável instituições de massas”. Os anos que se seguiram provaram que ele estava certo. Se era inevitável? Certamente não. Mas seria pouco sensato desperdiçar a ajuda de uma organização como os Comités de Defensa de la Revolución.

Embora tenhamos avançado um pouco mais para além disso, podemos olhar para o XV aniversário dos CDR como uma espécie de marco final de nossa análise. Dele, gostaríamos de extrair mais uma intervenção de Fidel Castro:

Podríamos decir, haciendo un símil con las edades biológicas, que los Comités de Defensa salen de la adolescencia y entran en la juventud. Y les auguramos una vida de trabajo fecundo, de éxitos y de victorias. Muy sinceramente, en nombre del Partido y del Gobierno, los felicitamos y les damos las gracias por la confianza y por el trabajo que juntos, ustedes y nosotros, pero principalmente ustedes, han hecho en estos quince años.⁴⁶⁵

Analisamos até aqui a adolescência dessa organização, não sendo pequenos seu papel nessa década e meia. Novas pesquisas deveriam se debruçar sobre sua “juventude” e “fase adulta”. Muito, certamente, poderá ser extraído daí, contribuindo para que o estudo da experiência de Cuba, a luz da teoria da transição socialista, se aprofunde e complexifique, ajudando também a lançar novas luzes sobre a própria teoria da transição. As contradições do capitalismo, em nossos dias, tem exigido cada vez mais esse esforço de sistematização.

⁴⁶⁵ NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución**. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009, p.82-83.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Cubana foi uma das experiências mais transformadoras da história latino-americana. Após 1959, uma população que fora durante séculos submetida aos interesses estrangeiros, via-se livre e começava a construir sua autonomia nacional e, junto dela, sua dignidade. Em pouquíssimo tempo, tornou-se um ícone para os povos do mundo que não aceitavam mais permanecer de joelhos. A revolução social era possível, mesmo onde as condições materiais pareciam mais escassear. Podia-se seguir sendo um país pobre, mas construtor de uma sociedade mais justa.

A Revolução, porém, trouxe consigo a tempestade. Assim que o movimento revolucionário cubano tomou o poder, uma série de agentes internacionais começou a direcionar seus interesses para ilha, mas estes não procuravam uma inspiração. Quando Cuba fez a sua opção pelo socialismo, foi aceso um sinal de alerta. O “quintal dos Estados Unidos” era invadido pela ameaça vermelha.

Prontamente, forças de segurança e inteligência estadunidenses começaram a organizar a forma pelas quais pretendiam derrubar o regime revolucionário do poder e – assim pensavam – reverter a Revolução. Nenhum país na América Latina foi mais agredido pela violência imperialista dos Estados Unidos, durante o século XX, do que Cuba. A ilha foi bombardeada, material e metaforicamente, de um número muito variado de formas. Mas como um país tão pobre pode resistir?

Conforme ficou claro em nossa pesquisa, a resposta para essa pergunta passa pelas massas. O povo cubano, organizado em seus Comitês de Defesa de la Revolución, ergueu um aparato de defesa que articulava um sistema altamente eficiente de vigilância, fundamentado em um princípio bastante simples: que o povo defenda a sua revolução. A partir desse momento, foram capazes de garantir a sobrevivência do processo, enfrentar e repelir as ameaças que surgiam de dentro do país e a partir do Norte.

A transição socialista cubana sobreviveu às investidas da contrarrevolução porque se apoiou nas massas populares, protagonistas desse processo, organizadas através dos CDR, uma das mais originais experiências da Revolução Cubana. Esta era a missão original assumida pelos *comités* e nela foram bem-sucedidos. Apesar das dificuldades e equívocos, é certo que este sistema de vigilância foi capaz de desencorajar e, em muitos cenários, conter as agressões. Para isso foi preciso que se lançasse mão do auxílio de grande parte da população. Para a sorte da Revolução, suas conquistas e vitórias parecem ter encorajado fartamente esse tipo de desprendimento.

Essa vitória se deveu, também, ao fato de que os Comités de Defensa de la Revolución foram a organização de massas com mais ampla atuação no decorrer do processo revolucionário cubano. No período em que estudamos, ficou claro o enorme alcance obtido pelos CDR em suas práticas. Mesmo sendo um recorte parcial da totalidade, não restam dúvidas de que os *comités* verdadeiramente estiveram “em todos os lugares”. De fato, o resultado final da pesquisa superou nossa expectativa inicial, nas primeiras hipóteses que esboçadas.

Por si só, obter essa conclusão já serviria como justificativa para o trabalho que realizamos. Ao fim, concluímos que os CDR deveriam receber maior atenção por parte da historiografia. Nossa divisão temática inicial sobre o objeto, exposta no Capítulo Terceiro, precisou sofrer crescente ampliação enquanto a pesquisa avançava. Isso ocorreu porque fomos surpreendidos por uma variedade de práticas além do que imaginávamos originalmente. Apesar da bibliografia aceitar que os CDR tenham sido um organismo essencial do processo revolucionário cubano, de que foram (e são) a maior organização de massas do país, o conhecimento acerca dos *comités* é excessivamente superficial.

Quando nos deparamos com essa situação, optamos por estabelecer um panorama geral de sua atuação, sem que com isso se perdesse de vista a pergunta central, acerca da participação popular no contexto transicional como força democratizante de todo o processo. Ao tomarmos esse rumo, resolvemos uma necessidade nova – para a pesquisa – que se colocava: conhecer, de fato, qual foi o papel dos CDR.

Sem ultrapassarmos essa etapa, não teríamos sido capazes de alcançar nossa meta central. Esperamos, como “efeito colateral” de nossa pesquisa, ter ajudado a lançar bases para que a historiografia avance e aprofunde outros aspectos referentes aos *comités*. A envergadura dessa organização justifica, em definitivo, que detenhamos uma maior compreensão sobre ela.

Mas como foi possível que os CDR se convertessem em uma organização de tal dimensão? Nos parece que isso passa pela elevada legitimidade que o organismo adquiriu junto ao povo cubano, o que se explica por diversas razões. Em primeiro lugar, os *comités* se constituíram organicamente a partir das próprias massas; no momento em que enfrentavam seus primeiros desafios – e alguns deles eram monumentais, como em Girón –, obtiveram a vitória, trazendo imediata confiança para a sua capacidade; além disso, os CDR colocaram-se abertos à crítica de seus métodos pela população e, talvez mais importante, não parecem ter assumido um posicionamento subserviente frente à vanguarda.

Foi graças à capacidade de mobilização dos CDR – possível pelo seu grande número de integrantes – que os limites impostos pelo capitalismo dependente puderam ser superados. Passada a vitória, Cuba se viu como uma sociedade que, paulatinamente, implodia. Parte

importante das forças de segurança do país tinham sido fiéis à Batista e, em muitos casos, cúmplices de seus crimes. Um número elevado de quadros técnicos e especializados da população emigrou, temendo as consequências de uma sociedade buscando construir o socialismo. O capitalismo mundial, personificado nos Estados Unidos da América, fez o que pode para asfixiar a Revolução através do isolamento. Por fim, o baixo desenvolvimento tecnológico praticamente impossibilitava que Cuba sobrevivesse por si mesma.

A ajuda soviética, nesse sentido, foi muito importante. Mas não é esse o aspecto que mais nos interessou ao observarmos a capacidade de resistência da sociedade cubana, mesmo nessas duras condições. O que nos chamou a atenção foi a ajuda conferida pelo próprio povo, através dos *comités*.

No decorrer de nossa exposição, demonstramos como os CDR participaram das mais variadas atividades, cumprindo tarefas onde o Estado não possuía condições. Na saúde, conferiram ajuda em volume massivo, onde a formação técnica não era essencial. Quando bens de consumo começaram a escassear, organizaram o racionamento. O mesmo pode ser dito para a construção civil, a burocracia, a educação e assim por diante. Os *comités* deram demonstração da capacidade da própria população em resolver demandas através do trabalho voluntário. Esse desprendimento por parte dos cederistas foi notável, tendo em vista que toda atividade realizada dentro da organização ocorreu de forma voluntária.

Em muitos casos, essa participação popular cumpriu outra função: ela foi um agente democratizante da atuação do Estado. Queremos dizer com isso que funções cumpridas por funcionários, por membros do governo, passam a ser realizadas pelo próprio povo. Pensemos, por exemplo, no já citado caso dos levantamentos para o racionamento de alimentos e outros bens de consumo. Qual das opções parece deter mais potencial em ser aceita pelo povo, em ser considerada justa, em não “levantar suspeitas” de distorções, abusos etc.: um levantamento feito por funcionários, interessados em “otimizar” os recursos do Estado, ou àquele feito pela própria população, por indivíduos que residem na mesma quadra, na mesma rua? Evidente que o funcionário público é, ao mesmo tempo, membro da população. Mas ele se encontra investido em um cargo público, ele cumpre uma função oficial, possui certa “separação” da população em suas atividades.

Chegamos, assim, à questão central de toda a nossa pesquisa. Os *comités* adquiriam excepcional importância para o funcionamento da sociedade cubana, o que deve ter vindo acompanhado de um respeito crescente das massas pela organização. Cada vez mais, funções e atividades tornavam-se responsabilidade dos cederistas. Conforme Fidel Castro afirmou muitas vezes, os CDR se associaram a tal ponto ao processo que se tornou difícil pensar na Revolução

Cubana sem os *comités*. Pois bem, isso pode ter contribuído para um ponto chave: o tensionamento entre vanguarda-partido e massas.

Não seria fácil para as lideranças da Revolução, para qualquer grupo, simplesmente submeterem os cederistas do país aos seus desígnios. Quanto mais força a organização recebia, assumindo mais e mais responsabilidades, maior era seu respeito e, conseqüentemente, sua estabilidade institucional. Lembremos de dois episódios, a forma como os CDR sistematizaram críticas para levar ao Partido e a elaboração de projetos de leis, discutidos nos *comités*. As massas encontravam um canal por onde era possível, mesmo que parcialmente, se fazer ouvir. Além disso, o crescimento de suas atividades tornaria cada vez mais difícil dispor dos *comités*. Ao assumirem a Revolução para si, tornavam-se indispensáveis.

Os *Comités de Defensa de la Revolución* receberam autonomia na proporção em que ampliavam sua atuação. A vanguarda jamais poderia ter considerado a Revolução Cubana como um presente seu dado ao povo. Pelo contrário, os CDR ajudaram a deixar claro o óbvio: todo o processo revolucionário fora construído pelo povo e assim seguiria sendo. Isso era uma verdade e, cada vez mais, uma necessidade. Graças aos CDR, a população tomava a Revolução para si.

Além disso, os próprios *comités* não parecem ter se tornado, no período, instituições estanques. De fato, os CDR parecem ter permanecido abertos à crítica vinda de “seus vizinhos”, o que favoreceu a sua legitimidade de atuação. Para que fossem um canal para a democratização de uma sociedade imersa na luta de classes, era preciso que fossem igualmente democráticos no interior do seu funcionamento.

Por fim, destacamos a originalidade dessa experiência. Os *Comités de Defensa de la Revolución* foram a forma pela qual a Revolução Cubana foi capaz de integrar as massas ao seu processo e, com isso, apoiar-se nela. Não foi uma cópia, uma mimetização, não se baseou em experiências externas. Mesmo quando associamos os *comités* aos conselhos operários, conceitualmente, o fizemos reconhecendo a sua indiscutível originalidade, suas particularidades.

* * *

A transição socialista não tende, necessariamente, à democracia. Isso ocorre porque o poder precisa ser conquistado por sobre a resistência daqueles que, até então, pensavam-se detentores do direito de explorar as massas de despossuídos. Ora, os exploradores não deixam seu lugar de dominação voluntariamente. É preciso que eles sejam retirados do poder com a

força das massas. A transição socialista tende, assim, à violência. Poucas coisas são mais autoritárias (e pouco democráticas) do que um contexto onde impera a violência.

Mas a democracia é, ao mesmo tempo, o fim último da transição socialista. Uma democracia autêntica e, sobretudo, radical, que ponha fim à exploração do homem pelo homem, que ponha fim à alienação do trabalho. Uma democracia que democratize todas as relações sociais, que coloque um ponto final no autoritarismo e na anti-democracia da propriedade privada dos meios de produção. Uma democracia que, ao retomar o *demo*, liberte os seres humanos da dominação anti-democrática do capital. Uma democracia onde toda autoridade seja partilhada e onde não exista autoridade sem reconhecimento popular.

Este é o objetivo da transição socialista. Mas como, então, superar a contradição entre violência-autoritarismo e democracia?

Retornando às massas populares, aos excluídos do mundo. Esta contradição fundamental da transição socialista é resolvida quando colocamos o povo em seu lugar de direito, como os agentes da emancipação humana, da transformação social. Resolvida quando reconhecermos pertencer à classe trabalhadora o direito – e dever – de definir os rumos da nova sociedade que está para ser construída. Não à vanguarda, não ao gênio individual. Estes cumprem seu papel de inspirar; às massas, o de transformar.

Talvez aqui resida o maior legado cubano ao marxismo e às esquerdas como um todo: quando a Revolução se apoiou nas massas, ela acertou, avançou na construção do socialismo. Nem sempre podemos dizer isso para as outras ocasiões. Muitos de seus erros passam pelo autoritarismo, pelo abandono da originalidade em nome da cópia, do mimetismo. Socialismo se constrói com o povo.

Os Comités de Defensa de la Revolución foram protagonistas deste processo. Foram o meio pelo qual o povo cubano deixou de fetichizar a sociedade e o Estado e recolocou-os em seu devido lugar: produção humana, fruto de seu trabalho, conservado (ou transformado) pelo seu esforço. Foram o meio pelo qual se podia reconquistar seu mundo que, até então, havia lhes escapado.

Isso significa dizer que devemos seguir os passos dos CDR? A resposta é, claramente, não. Em primeiro lugar, porque reproduziríamos seus erros; em segundo lugar, porque os *comités* foram o caminho encontrado pelo povo cubano para enfrentar seus desafios. Devemos encontrar nosso próprio percurso para seguir, a partir de nossa própria realidade, de nossas necessidades. Isso significa, então, dizer que nada temos para aprender com os CDR?

Em realidade, temos. Aprendamos que todos os caminhos para a construção do socialismo passam pelas massas, por uma democracia radical. Tudo fora disso, todo caminho

que pretenda acabar com a exploração do capital contornando os seus explorados, leva ao autoritarismo e a anti-democracia. Jamais ao socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

1.1. Discursos

CUBA. **Discursos e intervenciones del Comandante em Jefe Fidel Castro Ruz, Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba.** 1959-2008. Disponível em <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/index.html#f281106>>.

1.2. Legislação

CUBA. **Ley fundamental de 1959.** Disponível em <www.juridicas.unam.mx>.

_____. **Constitución de la República de Cuba de 1976.** Disponível em <www.juridicas.unam.mx>.

_____. **Ley de tránsito constitucional.** Disponível em <www.juridicas.unam.mx>.

1.3. Publicações

BELL, José. LÓPEZ, Delia Luisa. CARAM, Tania (orgs.). **Documentos de la Revolución Cubana 1960.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007

CASTRO RUZ, Fidel. **A história me absolverá.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. **As declarações de Havana.** Apresentado por Tariq Ali. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CUBA. **La población de Cuba.** La Habana: Centro de Estudios Demograficos, 1974.

NOA, José Antonio Gell. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución. Tomo I. 1959-1961.** La Habana: Editora Política, 2007.

_____. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución. Tomo II. 1962-1970.** La Habana: Editora Política, 2008.

_____. **Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución. Tomo III. 1971-1980.** La Habana: Editora Política, 2009.

2. Bibliografia

- AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- ALONSO, Aurelio. **Cuba**: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. **Estudos Avançados**, vol.25, no.72, São Paulo, maio/ago 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- _____. **La Revolucion Cubana**: una reinterpretacion. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.
- _____. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Cuba e o socialismo possível. **Estudos Avançados**, vol. 25 no.72 São Paulo, mai./ago. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 ago. 2014.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CIVEIRA, Francisca López; VEGA, Oscar Loyola; LEÓN, Arnaldo Silva. **Cuba y su historia**. La Habana: Editorial Gente Nueva, 2005
- COLL, Mariana Fiordelisis. **Poder Popular y autogobierno en Cuba**: la revolución desde el municipio. Tesis para o grau de licenciada em Sociologia. México D.F., Universidad Nacional Autonoma de México, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DIÉGUEZ, André Zaldívar. **Bloqueo**: el asedio económico más prolongado de la História. La Habana: Editorial Capitán San Luiz, 2003.
- DIETERICH, Heinz. ¿Cómo puede un Estado socialista medir el apoyo de la población? IN:

- DIETERICH, Heinz. **Cuba y el socialismo del siglo XXI**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A., 2006, 131-140.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGHIST/UFRGS, 2014.
- DOYLE, Hélio Marcos Prates. **Revolução e Democracia: o Poder Popular em Cuba**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, 1992, 2v.
- DUARTE, Fernanda da Rosa. **A Revolução Cubana e a busca pela democracia em Cuba**. Monografia do Bacharelado em Ciências Econômicas. Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a autoridade**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>. Acesso em 28 mar. 2016.
- FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 ago. 2014.
- FEITOSA, Emilly Couto. **As Assembléias de Poder Popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação e História Política e Social da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. Democracia e Socialismo. **Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1989/mes/01.htm> Acesso em 6 set. 2015.
- FREI BETTO. **Fidel e a Religião**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- _____. *Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução*. **Estudos Avançados**, vol.25, no.72, São Paulo, maio/ago 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142011000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2014.

FURIATI, Cláudia Maria Thiebaut. **Fidel Castro**: biografia consentida. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GERRATANA, Valentino et al. **Consejos obreros y democracia socialista**. Cuadernos de Pasado y Presente 33. Ediciones Pasado y Presente: Córdoba, agosto de 1972.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HARNECKER, Marta. **Cuba**: democracia ou ditadura? Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

_____. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LE RIVEREND, Julio. **Breve historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.124.

_____. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do revolucionário na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007

MARIÁTEGUI, José Carlos. O socialismo indo-americano. IN: LÖVY Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, 108-110.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. IN: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.131-172.

_____. Prologo. IN: BAMBIRRA, Vânia. **La revolucion cubana: una reinterpretacion**. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

_____. Socialismo e democracia, 1993. IN: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.199-211.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia**: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. IN: **MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013
- _____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **A campanha de alfabetização em Cuba**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.
- PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RAMONET, Ignacio. **Fidel Castro: biografia a duas vozes**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011
- SADER, Emir (org.). **Che Guevara: política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clássicos Políticos; Banco central de Venezuela, 2012.
- SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. IN: **A hora obscura: testemunhos da repressão política**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p.189-304.

- SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VALDÉS PAZ, Juan. Sistema político y socialismo en Cuba. **Política y Cultura**, Distrito Federal, México: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, núm. 8, pp.279-293, primavera, 1997. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26700813>>. Acesso em 29 out. 2015.
- WEINER, Tim. **Legado de cinzas**: uma história da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editoria, 2011.